

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

RILMA BENTO

**A vida após dez anos do acolhimento institucional: a
processualidade dos afetos e vínculos**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2019**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

RILMA BENTO

**A vida após dez anos do acolhimento institucional: a
processualidade dos afetos e vínculos**

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dra^a Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO
2019

ERRATA Tese aluna Rilma Bento

Ficha catalográfica:

Onde consta: A vida após dez anos da saída do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos

Leia-se: A vida após dez anos do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos

RESUMO:

Onde consta: A vida após dez anos da saída do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos

Leia-se: A vida após dez anos do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos

ABSTRACT

Onde consta: Life after ten years of leaving the institutional foster care: the process of affections and attachments

Leia-se: Life after ten years of institutional foster care: the process of affections and attachments

RESUMEN

Onde consta: La vida después de diez años de la salida de la acogida institucional: la procesalidad de los afectos y los vínculos

Leia-se: La vida después de diez años de la acogida institucional: la procesalidad de los afectos y los vínculos

Página 32, segundo parágrafo

Onde consta: Em 2008, a atual diretora do museu esteve presente no Seminário sobre serviço de acolhimento, realizado pelo Neca, para apresentar algumas dessas entrevistas.

Leia-se: Em 2017, a atual diretora do museu esteve presente no Seminário sobre serviço de acolhimento, realizado pelo Neca, para apresentar algumas dessas entrevistas.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

B478 Bento, Rilma
A vida após dez anos da saída do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos / Rilma Bento. -- São Paulo: [s.n.], 2019. 181p. ; 30 cm.

Orientador: Bader Burihan Sawaia.
Tese (Doutorado em Psicologia Social)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, 2019.

1. Acolhimento e desacolhimento institucional. 2. Estudo longitudinal. 3. História de vida. 4. Afetividade. I. Sawaia, Bader Burihan. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. III. Título.

CDD 302

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

À Profª Myrian Veras Baptista (in memoriam), pela presença ímpar e entusiasta em minha vida, assertiva nas palavras e nas ações. A narrativa de suas histórias, recheadas de emoção, deixaram muito mais do que aprendizado teórico, imprimiram uma marca na qual a afetividade era o fio condutor. Com uma pitada de firmeza e carisma, diante de novos desafios, esboçava um sorriso e acreditava que há sempre uma possibilidade de superação. Obrigada por me inspirar na busca de minhas intencionalidades.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001. Processo n. 88887.149686/2017-00.

AGRADECIMENTOS

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio econômico.

Muitas pessoas fizeram parte do meu cotidiano nesse percurso. De alguma forma, umas mais, outras menos, cuidaram de mim para que eu tivesse tranquilidade e sabedoria na condução desse processo denso de pesquisa e escrita.

Aos meus pais, Terezinha e Francisco, que sempre me apoiaram incondicionalmente, em todas as etapas da minha vida. Muita gratidão por todos os ensinamentos ao longo da minha existência, e pela compreensão de tantas ausências. Esta conquista também é de vocês! Com muita sabedoria conduziram minha educação e são minha fonte de inspiração para enfrentar todos os desafios impostos pela vida. Obrigada por tanta dedicação e amor!

Ao Renato, pela companhia amorosa, entusiasta e paciente, diariamente. Por tantos momentos bons que me propiciou e que foram cruciais para tornar esse processo de trabalho mais leve e possível. Pelos incentivos, dia após dia, quando o cansaço se fazia presente. Pelos instantes que pôde ouvir meu entusiasmo no avanço da pesquisa e da escrita. Pela compreensão em eventos aos quais não pude estar presente. Obrigada por seu amor e por sua presença em minha vida!

Ao Murilo, meu afilhado querido, que tanto amo, por estar sempre presente em minha vida acompanhando minhas conquistas. Por entender minhas ausências nos últimos anos e sempre perguntar o quanto ainda faltava para eu terminar de escrever.

À minha orientadora, Bader Sawaia, pela acolhida e confiança demonstradas ao longo dessa trajetória. Pelas sugestões e direcionamentos que possibilitaram a organização das minhas ideias. Obrigada pela assertividade nas orientações!

Aos amigos do NECA, em especial, à Isa Guará, à Dayse Bernardi e à Maria Angela Rudge, pelas conversas e parcerias em minhas andanças pelo tema.

Aos colegas do NEXIN, pelas contribuições nas discussões do projeto de pesquisa, em especial, às colegas Carina Frazatto, por algumas conversas e compartilhamento de informações, e à Elisa Musha, pela disponibilidade em ajudar sempre que possível, e pela parceria na ida ao Congresso da Ulapsi em Buenos Aires.

Ao amigo Marcelo Alves, pelos bons encontros ao longo desses quatro anos, em várias disciplinas que cursamos juntos. Por inúmeras conversas sobre o andamento da pesquisa e “cafés e almoços filosóficos” na PUC.

Ao amigo e companheiro de trabalho, Luciano Barbosa, que com uma generosidade rara, sempre tirava da cartola uma palavra confortante nas situações difíceis dessa trajetória. Obrigada pela descontração e pelos bons encontros!

Aos amigos Walter, Graziela, Carol, Mel e Danilo, por se fazerem presentes no cotidiano dos meus pais, com tanto carinho, quando eu não podia estar.

Aos professores, dra. Maria Lucia Martinelli, dra. Maria do Carmo Guedes, dr. Celso Takashi Yokomiso, pelas considerações e sugestões valiosas que permearam o exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Psicologia Social, pelos encontros nas aulas e, por tão sábia e respeitosamente, compartilharem suas experiências, que muito contribuíram para a construção de novos conhecimentos.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social pela acolhida e pela possibilidade de compartilhar saberes e construir novos conhecimentos.

Aos sujeitos participantes da pesquisa que, ao compartilharem suas histórias de vida foram, comigo, protagonistas da ação, ajudando na desconstrução de saberes e na construção de novos conhecimentos que resultaram nesta tese. Só com eles e por meio deles esta produção foi possível!

À Marlene Camargo, mais que secretária do programa, amiga e acolhedora sempre! Dentre tantos afazeres, frequentemente, tinha disponibilidade para tirar dúvidas e amenizar a tensão em momentos de preocupação e ansiedade com prazos e burocracias. Obrigada pela paciência e assertividade nas palavras!

O ENCONTRO MARCADO

Andei.

Por caminhos difíceis, eu sei.
Mas olhando o chão sob meus pés,
vejo a vida correr.

E, assim, cada passo que der,
tentarei fazer o melhor que puder.

Aprendi.

Não tanto quanto quis,
mas vi que, conhecendo
O universo ao meu redor,
aprendo a me conhecer melhor,
E assim escutarei o tempo, que ensinará
A tomar a decisão certa em cada momento.
E partirei, em busca de muitos ideais.

Mas sei que hoje

Se encontram meu passado, futuro e presente.
Hoje sinto em mim a emoção da despedida.

Hoje é um ponto de chegada e,
ao mesmo tempo, ponto de partida.

Se em horas de encontros
pode haver tantos desencontros,
que a hora da separação seja, tão-somente,
a hora de um verdadeiro,
profundo e coletivo encontro.

De tudo ficarão três coisas:

a certeza de estar sempre começando,
a certeza de que é preciso continuar
e a certeza de ser interrompido antes de terminar.

Fazer da queda um passo de dança,
do medo uma escada, do sonho uma ponte,
da procura um encontro."

Fernando Sabino

Bento, R. (2019). **A vida após dez anos da saída do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Esta tese discute a medida de acolhimento e desacolhimento institucionais e tem como objetivo analisar o que aconteceu na vida de um jovem após dez anos de saída da instituição de acolhimento por maioridade. O sujeito da pesquisa esteve em acolhimento institucional e foi atendido pela pesquisadora no programa de “Recolocação Familiar” nos anos de 2006 e 2007, em um município da região do ABCD paulista. Procurou-se identificar como o jovem se reorganizou uma década após a saída da instituição de acolhimento, mediante decisão judicial, até o momento, analisando a qualidade dos vínculos na sua processualidade, que ele foi construindo com as pessoas no contexto familiar e institucional, nesse período. A coleta de dados foi realizada de forma qualitativa, de tipo longitudinal, por meio do método retrospectivo, que utiliza as narrativas de vida ou entrevista biográfica para reconstruir sequências de acontecimentos na vida dos indivíduos. Foram utilizados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, incluindo leis, portarias, pesquisas e documentos oficiais do poder judiciário, análise do prontuário do sujeito, e entrevistas semiestruturadas, com o sujeito e com pessoas de sua família, na tentativa de englobar a totalidade de sua vida. O estudo é orientado pela teoria da psicologia sócio-histórica, cujo principal teórico é Vigotski e, no Brasil, Lane, tal como são apropriados pelo NEXIN e sua coordenadora, Sawaia. Também compõem o referencial teórico, respeitadas as diferenças epistemológicas, conceitos de Winnicott, que abordam a relação entre o desenvolvimento emocional e o ambiente. A partir do método de investigação proposto por Vigotski, buscou-se unidades de sentido, comuns e individuais. Os resultados obtidos indicam que o tipo de acompanhamento recebido pelo sujeito e sua família, antes, durante e após a saída da instituição de acolhimento, pelo judiciário e pelos equipamentos públicos, foram insuficientes para garantir os princípios do direito à convivência familiar e comunitária, de forma satisfatória. Faltou preparo para a vida pós-saída da instituição, e ao adolescente coube lidar com o desacolhimento e a desproteção. Não houve preparo profissional. Evidencia-se que a trajetória profissional foi favorecida pelo acaso, assim como dificuldade de o sujeito estabelecer vínculos, pois as relações são facilmente desfeitas e não se sustentam por muito tempo, sendo prevalente a sensação de que as pessoas desistem dele. Procura manter a ligação com o espaço territorial ao qual já se sentiu pertencente, orientando-se pela busca de criar, reviver vínculos afetivos, familiares e institucionais. Identificou-se que nem sempre a família é o lugar de trocas afetivas produtoras de potência, de proteção e acolhida de seus membros. Assim, questiona-se a intervenção e pressão do Estado em priorizar a convivência com os membros da família, mesmo quando a mesma não demonstra disponibilidade para tal feito. Esse estudo incita à necessidade de se desvendar artimanhas que possam instituir impedimentos para novas práticas psicossociais voltadas a crianças e adolescentes durante e após o acolhimento institucional.

Palavras-chave: Acolhimento e desacolhimento institucional. História de vida. Psicologia Social. Afetividade. Estudo longitudinal. Política de Assistência Social.

Bento, R. (2019). **Life after ten years of leaving the institutional foster care: the process of affections and attachments**. Thesis (Doctorate in Social Psychology). Pontifical Catholic University of São Paulo.

ABSTRACT

This thesis discusses foster care and leaving the institution by analyzing what happened in the life of a young person ten years after leaving foster care upon reaching adulthood. The subject of the research was in institutional foster care and was attended by the researcher in the program "Family Replacement" in the years 2006 and 2007, in a municipality of the ABCD region of São Paulo. I sought to identify how the young person reorganized a decade after leaving foster care, by judicial decision, to date, analyzing the quality of the attachments in his procedure, which he had built with people in the family and institutional context, during that period. The data collection was conducted qualitatively and longitudinally, through the retrospective method, which uses the life narratives or biographical interview to reconstruct sequences of events in the life of individuals. The following procedures were used: bibliographic and documentary research, including laws, ordinances, research, and official documents of the judiciary, analysis of the subject's medical records, and semi-structured interviews with the subject and with people in his family, in an attempt to encompass the totality of his life. The study is guided by the theory of socio-historical psychology, whose main theorist is Vygotsky and, in Brazil, Lane, as appropriated by NEXIN and its coordinator, Sawaia. The theoretical framework also included, respecting the epistemological differences, Winnicott's concepts, which deal with the relationship between emotional development and the environment. Using the investigation method proposed by Vygotsky, we searched for units of meaning, common and individual. The results indicate that the type of follow-up the subject and his family received, before, during, and after leaving the foster institution, by the judiciary and public services, were insufficient to guarantee the principles of the right to family and community living, in a satisfactory way. He lacked preparation for life after leaving the institution, and the adolescent had to deal with the lack of care and protection. There was no professional preparation. Evidence shows that his professional trajectory was left to chance, as well as the difficulty of the subject to establish bonds, because the relations are easily disrupted and do not sustain for a long time, with prevalent feeling that people give up on him. He tries to maintain the connection with the territorial space to which he has already felt the he belonged, being guided by the search to create and revive affective family and institutional bonds. The family is not always the place of affective exchanges that empower, protect, and accept of its members. Thus, we question the intervention and pressure of the State to prioritize the coexistence with family members, even when it does not have availability to produce such a feat. This study prompts the need to discover ways that may instigate impediments to new psychosocial practices directed at children and adolescents during and after institutional foster care.

Keywords: Foster care and care leavers. Life history. Social Psychology. Affectivity. Longitudinal study. Social Assistance Policy.

Bento, R. (2019). **La vida después de diez años de la salida de la acogida institucional: la procesalidad de los afectos y los vínculos**. Tesis (Doctorado en Psicología Social). Pontificia Universidad Católica de São Paulo.

RESUMEN

Esta tesis discute las medidas de acogida y salida de acogida institucionales y tiene como objetivo analizar lo que sucedió en la vida de un joven después de diez años de haber salido de la institución de acogida por mayoría de edad. El sujeto de la investigación estuvo en situación de acogida institucional y fue atendido por la investigadora en el programa de "Reubicación Familiar" en los años 2006 y 2007, en un municipio de la región metropolitana de São Paulo. Se buscó identificar cómo el joven se reorganizó una década después de la salida de la institución de acogida, mediante una decisión judicial, hasta la fecha, analizando, en su procesalidad, la calidad de los vínculos que fue construyendo con las personas en el contexto familiar e institucional en ese período. Se recolectaron los datos de forma cualitativa, de tipo longitudinal, por medio del método retrospectivo, que utiliza las narrativas de vida o la entrevista biográfica para reconstruir secuencias de acontecimientos en la vida de los individuos. Se utilizaron los siguientes procedimientos: investigación bibliográfica y documental, que incluyó leyes, decretos, investigaciones y documentos oficiales del poder judicial, análisis del prontuario del sujeto y entrevistas semiestructuradas, con el sujeto y con personas de su familia, en el intento de abarcar la totalidad de su vida. El estudio está orientado por la teoría de la psicología socio-histórica, cuyo principal teórico es Vigotski y, en Brasil, Lane, tal como apropiados por el Grupo de Investigación NEXIN y su coordinadora, Sawaia. También componen el referencial teórico, respetando las diferencias epistemológicas, conceptos de Winnicott que abordan la relación entre el desarrollo emocional y el ambiente. A partir del método de investigación propuesto por Vigotski, se buscaron unidades de sentido, comunes e individuales. Los resultados obtenidos señalan que el tipo de acompañamiento recibido por el sujeto y su familia, antes, durante y después de la salida de la institución de acogida, por el poder judicial y los equipos públicos, fue insuficiente para garantizar los principios del derecho a la convivencia familiar y comunitaria de forma satisfactoria. Faltó preparación para la vida pos-salida de la institución y al adolescente le tocó lidiar con la salida institucional y la desprotección. No hubo una preparación profesional. Se evidencia que la trayectoria profesional fue favorecida por el azar, así como la dificultad de que el sujeto establezca vínculos, pues las relaciones se deshacen fácilmente y no se sostienen por mucho tiempo, prevaleciendo la sensación de que las personas renuncian a él. Busca mantener la conexión con el espacio territorial al que ya se sintió perteneciente, orientándose por la búsqueda de crear, revivir vínculos afectivos, familiares e institucionales. Se identificó que no siempre la familia es el lugar de intercambios afectivos productores de potencia, protección y acogida de sus miembros. Por ende, se cuestiona la intervención y presión del Estado en priorizar la convivencia con los miembros de la familia, aun cuando esta no demuestra disponibilidad para ello. Este estudio incita a la necesidad de dilucidar artimañas que puedan instituir impedimentos para nuevas prácticas psicosociales dirigidas a niños y adolescentes durante y después de la acogida institucional.

Palabras clave: Acogida y desacogida institucional. Historia de vida. Psicología Social. Afectividad. Estudio longitudinal. Política de Asistencia Social.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FICE	Federação Internacional de Comunidades Educativas
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NCA	Núcleo da Criança e do Adolescente
NECA	Associação dos Pesquisadores de Núcleos de estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente
NEXIN	Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social
ONG	Organização Não Governamental
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
SAI	Serviço de Acolhimento Insitucional
SAICA	Serviço de Acolhimento Insitucional de Criança e Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto da Unidade da Funabem	64
Figura 2 – Crianças no Asilo dos Expostos	72
Figura 3 – Grupo de crianças cuidadas por amas contratadas	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Número de serviços de acolhimento por modalidade	71
Quadro 2 –	Ações voltadas para o desligamento da instituição de acolhimento	78
Quadro 3 –	Tipos de auxílio mais frequentes	78
Quadro 4 –	Trajatória de convivência familiar e institucional	85

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para começo de conversa: a escolha do tema	18
MAPEAMENTO DA PESQUISA: Estado da Arte	30
1 – REVISÃO DA LITERATURA	33
2 – INTERLOCUÇÃO TEÓRICA QUE FUNDAMENTA A PESQUISA	39
3 – O MÉTODO DA PESQUISA.....	50
3.1 – A escolha do método da pesquisa	50
3.2 – A escolha do sujeito da pesquisa	52
3.3 – Análise do material coletado	55
4 – ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	58
4.1 – A institucionalização como forma de acolhimento e cuidado de crianças - breve histórico	58
4.2 – As intervenções do Estado - Garantia de Direito à convivência familiar e comunitária X desacolhimento e desproteção	73
5 – A PROCESSUALIDADE DA CONVIVÊNCIA INSTITUCIONAL E FAMILIAR	83
5.1 – Relações e afetos na instituição de acolhimento: encontro com pessoas de referência	115
6 – SAINDO DA INSTITUIÇÃO – Liberdade X Responsabilidade	126
6.1 – A busca por pessoas de referência fora da instituição	126
6.1.1 – Territórios de afeto	137
6.2 – A busca pela inserção no mercado de trabalho	142
6.2.1 – Necessidade de reconhecimento	148
7 – “QUANTO A ISSO FIQUE TRANQUILA” - a eticidade da pesquisa.....	151
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	156

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
10 – APÊNDICES	171
10.1 – Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ..	171
10.2 – Apêndice B – Roteiro de Entrevista	173
11 – ANEXOS	174
11.1 – Anexo 1 – Parecer Consubstanciado de CEP	174
11.2 – Anexo – Parecer sobre o projeto de pesquisa	178

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para começo de conversa: a escolha do tema

Escolher o tema de pesquisa com o qual se pretende trabalhar não é tarefa nada fácil. Descobrir qual é o problema de pesquisa, definir hipótese, métodos apropriados para coleta e análise de dados, aspectos éticos, dentre outros, são questões com as quais nos deparamos quando resolvemos entrar no universo da pesquisa.

Paugam (2015) afirma que, o tempo entre a escolha inicial do tema e a primeira problematização efetiva da pesquisa, há de levar seis meses ou mais. Admitimos que levamos bem mais do que seis meses. Primeiramente, porque tentávamos identificar as razões de tal escolha, e se havia um distanciamento necessário para trabalhar o tema. Sabe-se que não há neutralidade total do pesquisador, mas identificar as motivações, para além de cumprir as exigências acadêmicas no que se refere à pesquisa, eram cruciais para a pesquisadora.

Ainda com base nas ideias de Paugam (2015, p. 18), considera-se que: “Na realidade a escolha de um tema nunca é anódina. Geralmente, e em não poucos casos, ela resulta de motivações inconscientes ou, no mínimo, pouco explicitadas”. Nesse sentido, o autor não vê um problema metodológico no fato de haver afinidade com o tema de pesquisa, mas de saber lidar com qualquer inconveniente no momento de proceder à análise.

Da mesma forma, Silvia Lane considera que não há neutralidade do pesquisador, pois haverá sempre uma interação entre pesquisador e pesquisado.

[...] o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e do homem necessariamente comprometida e, neste sentido, não há possibilidade de se gerar conhecimento “neutro”, nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência. Pesquisador e pesquisado se definem por relações sociais que tanto podem ser reprodutoras como podem ser transformadoras das condições sociais onde ambos se inserem; desta forma, conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre outros. (Lane, 1989, p. 18)

Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que acreditávamos, desde o início, que se tínhamos um importante problema de pesquisa, também surgiram muitas dúvidas sobre a forma de condução da mesma, principalmente de como

evitar expor os participantes a situações emocionalmente difíceis – aspecto que é discutido na seção Ressalvas éticas.

Voltando à delimitação do tema da pesquisa, podemos dizer que a memória foi nossa aliada em muitas situações, principalmente durante as conversas com os participantes da pesquisa.

A memória é, sem dúvida, nossa maior aliada no resgate de fatos e acontecimentos significativos ao longo da vida. Isso nos reporta ao que considera Gondar (2000), quando afirma que entre os diferentes estímulos que nos chegam do mundo, alguns serão investidos e outros serão segregados de acordo com o desejo da memória. Assim, o autor considera a memória um espaço singular de lembranças e esquecimentos.

Portanto, é na conjunção dessa temporalidade singular, na qual transitam lembranças, esquecimentos, experiências do presente e projeção do futuro, que são ao mesmo tempo presente que já foi futuro e é agora passado, cujo personagem principal é um jovem que passou pela experiência de acolhimento institucional, que convidamos o leitor a percorrer as linhas que seguem.

Escrever esta tese implica em recorrer às lembranças e trazer à tona os momentos significativos que fizeram parte do processo de construção do conhecimento e do acompanhamento da vida do sujeito da pesquisa. Considera-se que, de alguma forma, o tema ou nuances dele sempre permearam a trajetória da pesquisadora, desde a época da formação em Psicologia.

Ainda como aluna de graduação realizei estágio no Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos da Infância do ABCD (CRAMI). O estágio contemplava a realização de um psicodiagnóstico, atendimento posterior de uma criança que foi encaminhada para o serviço por ser considerada vítima de maus-tratos e que poderia ser afastada da família. Poderia afirmar que esse foi o momento de minha primeira aproximação com o tema. No entanto, pós-término da graduação em Psicologia, dediquei muitos anos no atendimento clínico de crianças, o que, de certa forma, me levou à descoberta da teoria de Winnicott entre os anos de 2002 e 2003.

Quase que à mesma época, em junho de 2003, passei a atender um menino de 13 anos de idade, em vias de ser inserido em instituição de acolhimento. Na ocasião, a assistente social, coordenadora do setor técnico da Vara da Infância e da Juventude do município, fez uma solicitação de atendimento para um adolescente de 13 anos de idade, com possibilidades de deixar a casa da irmã, com quem morava, e passar a viver em situação de acolhimento institucional.¹ Um adendo a ser considerado é que a assistente social aqui mencionada, a senhora “G”, tinha por hábito buscar, por iniciativa própria, profissionais que pudessem atender, voluntariamente, algumas crianças em situação de acolhimento, uma vez que os equipamentos públicos da rede não davam conta de suprir a demanda existente no município e a espera por atendimento se prolongava por muito tempo.

Tal situação revelava a contradição entre o que o Estado oferecia como suporte para viabilizar a garantia de proteção integral, prevista na política de diretrizes dos serviços socioassistenciais, e o que realmente a população em situação de risco vivencia – uma violência velada pela desproteção a que essas pessoas estão expostas. O direito ao acompanhamento está previsto nesses casos, mas não há, ou pelo menos não havia na época, serviços e/ou profissionais suficientes para que o adolescente tivesse seu direito garantido, e dependia da iniciativa isolada de uma técnica do judiciário para garimpar entre os profissionais liberais, atuantes no município, encontrar alguém disponível para atendimento voluntário.

Voltando ao atendimento mencionado, pode-se dizer que a teoria de Winnicott trouxe subsídios importantes para uma intervenção psicoterapêutica com aquele adolescente. Foi um período no qual muitas inquietações surgiram, e ali nascia o desejo de mergulhar em um tema ainda desconhecido: o acolhimento institucional.

Logo no início dos atendimentos percebi a necessidade emergente de aprofundamento de aspectos conceituais e legais que pudessem subsidiar uma escuta interventiva, já que estava diante de um cenário diferente dos casos que

¹ O termo acolhimento institucional é utilizado em conformidade com a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção, que altera a Lei nº-8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, e a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Com as novas determinações, o termo “abrigo” cai em desuso e é substituído por “acolhimento institucional”.

chagavam ao consultório. Ficou evidente que os conhecimentos de psicologia na área clínica, acumulados até então, não dariam conta, por si sós, de atender àquela demanda. Havia um desconhecimento do funcionamento do universo jurídico e das instituições de acolhimento. O primeiro passo foi conhecer o contexto situacional e legal do assunto, além de buscar novos aportes teórico-metodológicos na Psicologia, no Serviço Social e no Direito. Com isso, foi possível identificar, na prática cotidiana, relacionada às políticas públicas, que essas três áreas do conhecimento se conversavam de forma transdisciplinar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Garantia do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária passaram a ser contemplados em minhas leituras cotidianas, assim como os referenciais teóricos de Winnicott, Bowlby, entre outros, que dialogavam sobre o tema.

Além de recorrer à supervisão clínica específica sobre o assunto e participar de um grupo de estudos vinculado ao Programa de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo – Laboratório de Pesquisa e Estudo sobre desenvolvimento emocional e criatividade (Lapecri) – que tinha como um dos eixos de pesquisa crianças abrigadas, realizei ali as primeiras discussões pertinentes ao tema. Aproveitando meu interesse também pela área de pesquisa, entre 2004 e 2005, na condição de aluna especial, estudei algumas disciplinas do mestrado no Programa de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo.

Foi um período marcado por supervisões clínicas do caso, por aproximações teóricas que pudessem subsidiar o atendimento de crianças em situação semelhante à daquele menino. Assim, transcorridos dois anos de estudo e de aproximação do cotidiano da instituição de acolhimento, pensamos na possibilidade de desenvolver uma proposta de intervenção clínica que pudesse abarcar a complexidade dos casos de crianças em situação de acolhimento institucional. Tal proposta tinha como base utilizar o resgate da história de vida de crianças e adolescentes como forma de mediação para a saída da instituição de acolhimento, e a inserção no contexto familiar, fosse por meio do retorno à família de origem, fosse por meio de processo de adoção.

Enquanto isso, cada vez mais sentia-me convocada pelo tema, tão delicado e, ao mesmo tempo, desafiador. Poderia, então, contribuir de alguma forma? Eram tantas lacunas nas histórias de vida de crianças em acolhimento institucional que decidi realizar um projeto de intervenção do resgate da história de vida de crianças e adolescentes que viviam em acolhimento institucional em um dos municípios do ABCD paulista. Em 2006 o Projeto foi apresentado ao município e ao poder judiciário do mesmo município, uma vez que entendíamos que a parceria com o judiciário seria fundamental para o desenvolvimento do trabalho. O projeto intitulado: “Programa de Recolocação Familiar” foi aprovado pelo judiciário e, posteriormente, aprovado e registrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Em 2007, na busca de um espaço de discussão mais ampliado sobre a situação do acolhimento institucional, passei a frequentar o Núcleo de pesquisa sobre Criança e Adolescente (NCA), vinculado ao Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Percebemos que havia uma diversidade de temas abordados, mas todos que diziam respeito a crianças e adolescentes, principalmente sobre políticas públicas direcionadas a essa população. Além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, as outras siglas mencionadas eram totalmente novas aos nossos ouvidos.

Preparei-me para a seleção do mestrado e ingressei no Programa de Serviço Social no primeiro semestre de 2008. O projeto de pesquisa teve como título: “A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar”. O estudo se deu a partir dos casos atendidos, de crianças que viviam em acolhimento institucional, em um dos municípios da região do ABCD paulista, conforme mencionado.

Para a pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Serviço Social, foram analisados dois casos: um de retorno à família de origem de um grupo de cinco irmãos, assumindo o papel de guardiã a avó paterna, e outro, de adoção de uma criança com cinco anos de idade, considerada adoção tardia. Os dois casos escolhidos indicavam pouca perspectiva de saída da instituição. A saída das crianças foi possível, o que foi considerado, na ocasião, um desdobramento exitoso,

em virtude da possibilidade de restabelecimento do convívio familiar e comunitário, já que no início dos atendimentos as probabilidades de saída da instituição eram restritas. À época da pesquisa as famílias consideraram que ter recebido suporte de âmbito emocional foi fundamental, uma vez que a possibilidade de desistência se fez presente em vários momentos. Ambos os casos eram complexos e demandaram intervenção com as crianças e com as famílias. As famílias demonstravam necessidade de serem cuidadas a fim de se organizarem para receber as crianças no contexto familiar. É importante salientar que as intervenções procuravam implicar todas as pessoas envolvidas no processo, fossem os profissionais da instituição de acolhimento ou os profissionais do poder judiciário (assistente social, juiz e promotor).

Desenvolver a pesquisa em uma área do conhecimento diferente da formação inicial em Psicologia, possibilitou uma reflexão sobre o papel do assistente social, como profissional que pode agregar conhecimento no cotidiano profissional do psicólogo, assim como desempenhar um papel importante de mediador na implementação e operacionalização de políticas sociais.

As discussões desencadeadas durante o curso das disciplinas possibilitaram identificar o processo de constituição das principais matrizes do conhecimento e da ação do Serviço Social brasileiro, compreendendo as tendências de análise e as formas de interpretação da realidade social. Além disso, contribuíram para entendimento do contexto sócio-histórico de falta de políticas públicas que abarquem as necessidades na área da criança e do adolescente.

Foi possível estabelecer uma interlocução entre psicologia e serviço social, por se tratar de áreas diferentes do conhecimento, mas representarem um espaço possível de interação entre sujeitos políticos e a prática profissional.

Os resultados dessa pesquisa, finalizada em 2010, indicaram que o resgate da história de vida das crianças e dos adolescentes que viviam em acolhimento institucional representaram um elemento de mediação importante para o retorno ou a inserção à convivência familiar.

Ainda na discussão dos resultados, a pesquisadora aponta que:

As crianças em situação de acolhimento institucional, além de estarem afastadas de seu ambiente de pertencimento, têm como protagonistas das decisões – sobre o seu cotidiano, sobre o seu futuro, e sobre o registro de suas histórias de vida – os operadores do direito e as instituições de acolhimento. Estando sob a tutela da justiça, essas deliberações são tomadas na maioria das vezes sem consulta às crianças, a profissionais que a acompanham ou a pessoas que fazem parte de seu convívio (como por exemplo, a família extensa, padrinhos, vizinhos). Também, os registros encontrados nos prontuários institucionais e nos autos da criança apontam para uma perspectiva de adulto, a qual não contempla sua subjetividade.

O acolhimento institucional, assim como as transferências ocorrem, muitas vezes, de forma abrupta, expondo a criança a novos cenários e, ao mesmo tempo, promovendo rupturas de vínculos afetivos. A criança fica exposta a várias pessoas, porém sem condições reais de formar vínculos afetivos. As conjunturas cultural, social e política são desconsideradas. Existe uma desconsideração também da história de vida da criança e uma valorização da institucionalização como solução de fenômenos sociais e políticos. (Bento, 2010, p. 102)

Isto posto, fica clara a importância de se considerar a historicidade das crianças e das famílias, e de se respeitar o tempo que precisavam para resolução e ressignificação de seus conflitos e não de ficarem submetidas à desconsideração de suas histórias de vida e à valorização de registros institucionais determinados pelo viés adulto, representado por profissionais das instituições e pelos operadores do direito que acompanham o caso.

Com a finalização do mestrado resolvi me dedicar mais à atividade de docência, além de prestar assessoria em projetos sociais que envolviam a temática da criança e do adolescente. De 2011 a 2014 desenvolvi atividades em Organização Não Governamental (ONG) mantida pela associação do Rotary. Atuava como gestora técnico-administrativa e coordenava o projeto de Medidas Socioeducativas em meio aberto do município de São Caetano do Sul. Na ocasião participei como membro do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no município de São Caetano do Sul, nos períodos de 2012 e 2013.

Entre 2014 e 2016, participei de um projeto desenvolvido pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em parceria com a Neca (Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente): “O enfrentamento da violência e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos para a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil”. Após levantamento bibliográfico de temas tais como: Violência contra criança e adolescente; Trabalho Infantil; Acolhimento Institucional e

Familiar; Medidas Socioeducativas; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar e Prevenção de Desastres foram elaboradas resenhas das publicações, de vídeos e de legislação sobre as temáticas elencadas.²

Ainda em 2014 publiquei o livro *Integração familiar de crianças e adolescentes: possibilidades e desafios*, uma adaptação da minha dissertação de mestrado.

O fato de estar novamente desenvolvendo atividade de pesquisa, e de lançar um livro com um tema pelo qual temos tanto apreço, contribuiu para a decisão de retomar a pesquisa acadêmica e iniciar o doutorado.

Em 2015 ingressei formalmente no doutorado, sob orientação da professora Bader Burihan Sawaia, e passamos a frequentar o Nexin – Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social. Os encontros do Nexin muito contribuíram para o andamento da presente pesquisa, uma vez que durante as discussões teóricas e metodológicas se abria um espaço de discussão no qual os profissionais inseridos em práticas sociais buscavam aprimorar o desvelamento da realidade por meio da pesquisa. Em todas as discussões do Núcleo sempre ficou clara a necessidade de se criar referenciais de pesquisa voltados para entender a realidade e, ao mesmo tempo, subsidiar a prática de grupos e movimentos voltados à superação de diferentes formas de exclusão e/ou de uma inclusão perversa, o que vai ao encontro da proposta do Programa de Psicologia Social da PUC-SP.

Partindo dessa perspectiva, entende-se que a Psicologia enquanto área do conhecimento pôde dar subsídios para a discussão proposta e, especificamente, a Psicologia Social muito contribuiu para o estudo em questão, uma vez que nas suas linhas de pesquisa foi identificada a compreensão do homem de acordo com o registro que faz da realidade e das experiências vividas, de modo a não dissociar-se do mundo social e cultural no qual se insere, e encontra suas possibilidades e seus limites.

Ao longo dessa trajetória, muitas indagações e inquietações foram se ampliando à medida que novos estudos foram apontando dificuldades enfrentadas

² O material está disponibilizado em biblioteca digital no site do Unicef, sob o título: Biblioteca Digital: “Crescer sem violência – Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas para a Infância e Adolescência”.

por crianças e jovens em condição de acolhimento institucional, além de não haver registros de acompanhamento efetivo após a saída da instituição. O que acontece com as crianças e com os adolescentes após a saída da instituição de acolhimento?

Como foi sinalizado, esta tese teve como ponto de partida a pesquisa de mestrado, na qual foi trabalhada a reintegração³ familiar de crianças e adolescentes que viviam em acolhimento institucional, entre os anos de 2006 e 2007, período em que teve início o reordenamento das instituições de acolhimento – medidas para nortear a organização dos serviços de acolhimento pautadas nos pressupostos do ECA e do SUAS.

Durante o levantamento na literatura sobre o tema, encontramos em pesquisa de âmbito nacional (Assis, Farias, 2013) dados que indicam que após o desligamento da instituição de acolhimento não há uma prática efetiva de acompanhamento dos jovens, e as que existem demonstram fragilidade. Além do que, muitas vezes, a instituição acaba sendo a única referência para os adolescentes.

Ainda sob esse enfoque, a presente pesquisa visa a analisar o que aconteceu na vida das crianças e da família, uma década após a saída da instituição de acolhimento, mediante decisão judicial, até o momento, analisando a qualidade dos vínculos existentes entre as pessoas no contexto familiar e comunitário nesse período. Dessa forma, procurou-se investigar, transcorridos dez anos, como um dos sujeitos da intervenção mencionada e seus irmãos se reorganizaram após a saída da instituição. Se esta foi uma experiência transformadora, e qual o sentido que teve para os jovens? Quais foram as experiências vividas e os relacionamentos significativos após a saída do acolhimento? O papel da família, as possibilidades e os limites? Se houve reincidência e se permanecem, ou não, convivendo com a família? Quais outros laços afetivos eles criam?

³ O conceito de reintegração utilizado nos documentos jurídicos e conforme é expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente, parte de um conceito durkheimiano que expressa a situação em que determinado indivíduo volta a assumir os valores do seu grupo de pertença. Conforme Sá (2007), no contexto jurídico, o termo reintegração social foi proposto por Alessandro Baratta, autor que trata das teorias criminológicas contemporâneas, por considerar que pela reintegração social a sociedade (re) inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias nas quais esses “excluídos” tenham participação ativa. Adiante nesta pesquisa discutiremos esse conceito com base nas considerações de Frazatto e Sawaia, que apontam para a contradição presente no termo, em virtude do prefixo “re”.

A partir das narrativas dos participantes da pesquisa, considera-se ser possível discutir a matricialidade familiar⁴ na política, pois permite analisar se a medida judicial tomada na época foi a mais adequada para a criança e para a família; se para esses sujeitos a família é o único lugar possível de afeto, e se foram estabelecidos vínculos significativos em outros grupos e na instituição de acolhimento; como as experiências vividas durante o período de institucionalização afetaram suas vidas; qual a qualidade de vida e de relações estabelecidas após a saída da instituição até o momento; como o cotidiano foi organizado em termos da relação com a família e com a comunidade.

Para tanto, buscou-se fazer uma pesquisa, acompanhando a vida de um jovem após dez anos de saída da instituição de acolhimento por maioridade. O tema torna-se relevante para a comunidade acadêmica a partir do avanço e da produção de novos conhecimentos. Para a sociedade, de forma geral, e para profissionais que trabalham com o tema pode representar uma possibilidade de melhor compreensão das implicações da desinstitucionalização de crianças e adolescentes e da concepção de família adequada, que reproduz o viés da culpabilização e segregação, tanto por vias do senso comum como por vias de adaptação do indivíduo pelos parâmetros da psicologia e do direito.

O Capítulo 1 apresenta uma revisão da literatura sobre o tema em estudo.

No Capítulo 2 será demonstrada a interlocução teórica que fundamenta a pesquisa.

O Capítulo 3 delinea a opção pelo método da pesquisa, assim como a escolha do sujeito protagonista do caso selecionado para estudo, além dos procedimentos para coleta e análise dos dados. Aborda por que foi adotado o estudo longitudinal, que trabalha com a narrativa a partir do método retrospectivo, que permite reconstruir sequências de acontecimentos da vida do sujeito.

Na sequência, o Capítulo 4 discute a institucionalização de crianças e as políticas de assistência social voltadas ao acolhimento institucional.

⁴ O termo parte da concepção de que a família é o núcleo protetivo intergeracional presente no cotidiano e que opera tanto no circuito de relações afetivas como de acessos materiais e sociais. O conceito aparece como um eixo estruturante da política de assistência social e recoloca a responsabilidade do estado de apoiar as famílias no seu papel de proteger os seus membros e indivíduos.

Nos Capítulos 5 e 6 – cernes deste trabalho –, constam a história de caso que impulsionou a realização desta pesquisa, e a elucidação das narrativas com o devido respeito e importância que lhes devem ser conferidas. É importante dizer que as concepções teóricas e literárias que dialogam com as narrativas serviram para lapidar a sua essência e não se sobrepor a elas.

Com o devido cuidado para preservar a identidade do sujeito da pesquisa e respeitar suas narrativas, é demonstrada, no Capítulo 7, uma discussão sobre a eticidade da pesquisa, trazendo uma reflexão sobre a postura do pesquisador diante de emoções desencadeadas nos sujeitos, com base nos conteúdos evocados durante todo o processo de interação com os participantes.

Já no Capítulo 8, não há pretensão de finalizar com conclusões, mas, sim, de trazer uma reflexão, que não se esgota, sobre o que se tem feito efetivamente, na atualidade, em busca de se considerar as questões da afetividade nos cuidados destinados às pessoas em situação de acolhimento institucional. Uma discussão é sugerida, no sentido de pensar se é possível implementar propostas de intervenção pautadas no cuidar com afetividade, o que na maioria das vezes vai na contramão da política reguladora e penalizante do Estado.

Escrever esta tese demandou um investimento emocional intenso, num trabalho denso, mas prazeroso, de imersão na atividade de expressar tudo o que foi vivido e pensado nesse percurso. Diante de um referencial teórico e literário extenso, associado a um campo rico em detalhes de expressão de histórias de vida, tudo se torna relevante num primeiro momento. Mas, respeitando-se os padrões metodológicos da pesquisa, recortes e escolhas são inevitáveis. No entanto, de modo suficientemente sensível, a ponto de deixar transparecer a dimensão afetiva deste trabalho, desvela-se o subtexto, presente nas narrativas do sujeito, sem perder o rigor acadêmico.

À medida que fluía a escrita, muitas mudanças foram acontecendo, novos conceitos foram surgindo, desconstruções foram cedendo lugar a novas concepções anteriormente impensadas e, aos poucos, como num gesto espontâneo, foi sendo delineado um contorno que pudesse contemplar a totalidade da pesquisa.

Dentre tantas formas pensadas de como apresentar este trabalho, chego a uma delas, que parece compatível com minhas inquietações e reflexões sobre o tema. Assim, convido o leitor a percorrer as linhas que seguem como um caminho trilhado por alguém que idealizou não apenas uma pesquisa, mas uma ação que te, como escopo um projeto ético-político.

MAPEAMENTO DA PESQUISA: Estado da Arte

Em trabalho preliminar de coleta de dados identificou-se carência de produção de material bibliográfico que discuta intervenções nos casos de reintegração de crianças no contexto familiar e comunitário, o que vai ao encontro da dificuldade que os profissionais, que atuam na área de crianças e adolescentes, mencionam. Da mesma forma, durante o trabalho realizado pela pesquisadora de seleção de produções bibliográficas para criação de uma biblioteca digital “Crescer sem Violência: subsídios para a formulação de políticas públicas para a infância e adolescência, em parceria com Unicef, não foram encontrados estudos sobre acompanhamento dos casos após a determinação judicial de reintegração familiar e comunitária.

Em levantamento realizado na plataforma Capes, em (<http://www.periodicos.capes.gov.br>) entre 2015 e 2017, utilizando reintegração familiar, como termo de busca, encontramos setenta publicações, das quais não localizamos nenhum estudo longitudinal que tratasse do tema aqui proposto. A maioria das publicações aborda a questão do acolhimento institucional e familiar como medida de proteção para a criança em situação de vulnerabilidade social.

Em pesquisa feita no banco de dados do portal periódicos Capes, via acesso PUC, utilizando a ferramenta Cafe, no mesmo período, e como termo de busca a pesquisa longitudinal de crianças, ou a pesquisa longitudinal de crianças em acolhimento institucional, não localizamos trabalhos que discutissem o tema. Foram encontrados trabalhos que utilizam a pesquisa longitudinal das áreas biológica, econômica, ciências do esporte e educação, e um trabalho de tipo longitudinal com crianças, porém, referia-se ao acompanhamento do desenvolvimento de crianças cujas genitoras tiveram gestação na adolescência. Especificamente no banco de Dissertações e Teses do Programa de Psicologia Social foi encontrada uma dissertação de 1983 intitulada: “A criança, sua representação social de família, seu comportamento – um estudo longitudinal com três crianças de Santo André”, na qual a autora acompanhou três crianças em seus primeiros anos escolares.

Realizamos levantamento na biblioteca do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente em <http://www.mppr.mp.br/> entre 2015 e

2017, e não encontramos publicação que abordasse o tema que estamos propondo. Na mesma época fizemos levantamento na biblioteca da Escola Paulista de Magistratura, em <http://www.epm.tjsp.jus.br/> e não encontramos produções que abordassem o tema.

Acessando o banco de dados do Instituto Fazendo História⁵ encontramos uma publicação sobre o Projeto intitulado “Grupo Nós”, criado e desenvolvido pelo instituto, que descreve experiências de trabalho realizado com os adolescentes e com os adultos responsáveis por eles, antes e após a saída do acolhimento.⁶ A publicação e o projeto visam a instrumentalizar os profissionais que trabalham com o tema, pois se propõe ações que possam ser tomadas com esses jovens nesse momento de transição. No entanto, não há estudos sobre o que acontece com esses adolescentes tempos após a saída do serviço de acolhimento.

Na base de dados da Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (Neca)⁷ há um vasto acervo de publicações sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional, no entanto, há apenas a publicação de um relatório de pesquisa realizada em 2008, sobre o Programa Seguindo Pegadas: Aldeias Infantis SOS Brasil.⁸ Trata-se de um estudo longitudinal, realizado com os usuários do programa, que procurou investigar o impacto do processo socioeducativo sobre os educandos e a qualidade de vida que conseguem alcançar após sua independência pessoal e social. A pesquisa foi realizada em 14 cidades do Brasil, com um total de 103 jovens. Alguns dos resultados da pesquisa que convergem com o tema serão apontados posteriormente.

⁵ Instituto Fazendo História é uma ONG, estabelecida na cidade de São Paulo, que funciona desde 2005 e desenvolve trabalhos voltados a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, além de realizar produções sobre o tema.

⁶ No referido projeto, o jovem ingressa com 16 anos e é acompanhado até os 18 anos, idade de saída da instituição de acolhimento. De acordo com as informações disponibilizadas, no programa o objetivo é desenvolver ações que garantam o direito de jovens à construção e realização acompanhada de seus projetos de vida e do fortalecimento de suas redes de pertencimento social, cultural, familiar e comunitário.

⁷ Neca - instituição fundada em 2005, na cidade de São Paulo, e que tem como missão gerar e difundir conhecimentos e metodologias para o aprimoramento, a inovação e a articulação de políticas de intervenção na defesa de direitos da criança, do adolescente, do jovem e de sua família.

⁸ Aldeias Infantis SOS é uma instituição existente desde 1949, que atua em 135 países. No Brasil existem 187 projetos distribuídos em 27 localidades diferentes. Uma das frentes é trabalhar com acolhimento institucional no formato Casa-Lar (tipo de instituição pela qual passou o sujeito desta pesquisa).

Atualmente, o Neca foi eleito membro associado do Fice Internacional (*Federation of Educative Communities*), e tornou-se representante dessa instituição no Brasil. No site do Fice Brasil encontram-se algumas publicações, entre elas uma pesquisa realizada na Inglaterra em 2018, publicada na revista eletrônica *Children & Young People Now*,⁹ em que se discute como ponto central a construção de relacionamentos, tanto com as famílias quanto com os profissionais, o que estaria vinculado às boas práticas no serviço de acolhimento. Da mesma forma, no site da Fice Brasil não encontramos produções que tratem do tema da pesquisa.

No acervo do Museu da Pessoa constam alguns depoimentos de pessoas que passaram por instituições de acolhimento. No entanto, não há um projeto que trabalhe com essa temática, assim como outras temáticas com as quais a instituição trabalha. Em 2008, a atual diretora do museu esteve presente no Seminário sobre serviço de acolhimento, realizado pelo Neca, para apresentar algumas dessas entrevistas.¹⁰

Ao pesquisar estudos internacionais, por meio da palavra-chave *care leavers*¹¹ (abandono de cuidados/alta do serviço), ou *leaving care* (deixando os cuidados), ou *transitions to adulthood* (transições para idade adulta), verificamos que, no momento, também há uma preocupação com o que experimentam os jovens que viveram em serviço de assistência domiciliar e estiveram afastados de sua família de origem, e quais são as principais dificuldades que encontram após deixarem o serviço e não terem mais os cuidados que recebiam. Alguns resultados dessas pesquisas serão mencionados adiante.

⁹ Texto original publicado na revista *Children & Young People Now*, em junho de 2018 por Neil Puffett e disponibilizado no site do Neca. Pesquisa denominada “Apoio de parentes é o mais indicado para o enfrentamento da ‘crise do sistema de acolhimento’, segundo estudos na Inglaterra”. Traduzido e adaptado por Isa Guará, em 2018.

¹⁰ Informações confirmadas via e-mail com representante do museu. O museu solicitou, por e-mail, ter acesso à essa pesquisa, uma vez que o tema é de interesse da instituição.

¹¹ A expressão em inglês remete à ideia de saída do serviço de acolhimento, ou ter alta do serviço. Aspecto que tem sido discutido em vários países vinculados à Fice - Federação Internacional de Comunidades Educativas presentes em 35 países, entre eles o Brasil.

1 - REVISÃO DA LITERATURA

Em sua obra sobre a Instituição e as Instituições, René Kaës traz uma discussão interessante sobre o funcionamento e o papel das instituições, sobre a realidade psíquica que é mobilizada pelo fato institucional. O autor (1991), considera que as instituições gerenciam formações e processos heterogêneos, sejam eles sociais, econômicos, culturais, políticos e psíquicos, e torna-se este um fenômeno unificado e unificante. Considera, ainda, que a realidade psíquica pode ser mobilizada, trabalhada, paralisada, mas também apoiada na instituição, de acordo com a simbolização que cada sujeito tem sobre a vida institucional.

[...] a parte mais indiferenciada da nossa psique, bem como as estruturas da simbolização – está engajada na vida institucional para o duplo benefício dos sujeitos individuais e do conjunto concreto que formam e do qual são parte ativa, para seu benefício e para seu prejuízo, ou sua alienação. Sobre o fundo de outros níveis da realidade na instituição, resulta uma vida psíquica característica do vínculo e do lugar institucionais, um “clima” típico de cada instituição: aí se conjugam a história e a estrutura da instituição, a natureza e as imposições da sua tarefa primária, a infraestrutura inconsciente que as suas relações organizam, visando satisfações que dela podem ser auferidas. (Kaës, 1991, p.16)

Na concepção de Kaës (1991), é difícil tomar um certo distanciamento para se analisar as instituições, quando se está engajado ou vinculado a elas. Daí a ideia de que há a possibilidade de as instituições representarem, em algum momento, uma alienação da vida psíquica. Reconhece que as instituições asseguram a continuidade da vida, seus encaixes biológicos, sociais, políticos, religiosos e culturais, portanto, não se pode negar a instituição, mas não se deve perder de vista suas funções e sua legitimidade a fim de garantir a instância psíquica dos indivíduos singulares. O autor, apoiado na concepção freudiana, reforça a ideia de que toda psicologia individual é ao mesmo tempo social.

Na mesma obra, José Bleger (1991), discute a ideia de Grupo como Instituição, e o Grupo nas Instituições, trazendo a concepção de que em qualquer tipo de grupo há uma relação que não é uma relação, à medida que não há uma individuação e que pode persistir por toda a vida. A esse tipo de relação o autor denomina de relação sincrética que deve ser entendido opostamente à sociabilidade por interação. Quando prevalece a identidade grupal sincrética a identidade dos

indivíduos reside na filiação do grupo. Aspecto esse que é comum no caso de crianças que vivem ou viveram em acolhimento institucional, como veremos adiante nesta pesquisa.

Tomando por base Enriquez (1991), trazemos a ideia do caráter paradoxal das instituições, uma vez que as mesmas trazem normas que permitem uma obra coletiva para a civilização, ou seja, sem instituições o mundo não seria possível. Por outro lado, as instituições são lugares em que a violência aparece como algo substancial, à medida que, no momento de seu surgimento, impõe interdições, exige sacrifício dos homens que os faz abdicar de suas pulsões. Nesse sentido, se instaura uma violência legal e a instituição, se autoriza, e é autorizada a punir aqueles que tentam transgredir as normas institucionais. O autor menciona:

Sem instituições o mundo se constituiria apenas em relações de forças, e nenhuma civilização seria possível. Em toda instituição se revela o olhar divino, daquele que permitiu a existência da harmonia no mundo, que nos dirigiu um discurso de amor e que pede em troca o nosso amor para com ele e o nosso amor para com os outros. [...] A família, a Igreja, o Estado e os “grupos” educativos e terapêuticos podem, com toda razão, ser considerados como instituições, porque todos colocam o problema da alteridade, ou seja, da aceitação do outro enquanto sujeito pensante e autônomo de cada um dos atores sociais que mantêm com ele relações afetivas e vínculos intelectuais. (ENRIQUEZ, 1991, p. 73)

Dessa forma, o surgimento das instituições permitiria que as pulsões fossem alocadas em favor do bem comum e garantiria a sobrevivência da civilização. No entanto, outro aspecto deve ser considerado:

Apesar dos esforços que as instituições desenvolvem para mascarar as condições do seu nascimento, elas são e continuam sendo herdeiras de um ou de vários crimes. (A sociedade repousa doravante sobre um erro comum, um crime cometido em comum). (Foi um ato memorável e criminoso que serviu de ponto de partida para tantas coisas: organizações sociais, restrições morais, religiões.) [...] Se renunciaram formalmente à violência de todos contra todos, instauraram a violência legal. Esta, definindo a esfera do sagrado e do profano, pronunciando as interdições, desenvolvendo o sentido de culpa, enuncia-se, certamente, não a violência, mas como lei de estrutura. [...] As instituições, além disso, indicam, vagamente, a possibilidade constante de assassinato dos outros. Sabe-se, com efeito, que interdição suscita o desejo da transgressão, que o conflito e a rivalidade entre os irmãos, membros da instituição, podem sempre romper a barreira instaurada pela necessidade do consenso. Frazer escrevia justamente: “A lei proíbe

apenas aquilo que os homens seriam capazes de fazer sob a pressão de determinados instintos”. (ENRIQUEZ, 1991, p. 75)

Em pesquisa intitulada: “Fios da vida: identidade, memória e ritual. Crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários”, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (2015), analisou prontuários desarquivados entre 2006 e 2012 de história de adultos abrigados entre 1947 e 1974. Seu principal objetivo era compreender o motivo pelo qual, todos os anos, vários adultos buscam nos arquivos da Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) registros da infância passada em abrigos públicos do estado de São Paulo. Ao analisar os prontuários e, mais especificamente, as narrativas dos profissionais que acompanharam os casos e emitiram pareceres, a pesquisadora identificou a articulação de múltiplas vozes institucionais que acabavam culpabilizando a família pelo suposto abandono de crianças e, ao mesmo tempo, subsidiando as decisões no âmbito da justiça. Aspectos como luta da família para cuidar das crianças, algo que pudesse expressar sentimentos ou a real conjuntura que levou à condição de miséria da família, não apareciam descritas nos prontuários. Os sofrimentos, as tragédias e as agonias expressas para além da escrita eram desconsideradas, dando espaço à tutela dos poderes institucionais.

Recorrendo a outra pesquisa historiográfica de análise de prontuários de crianças institucionalizadas no Serviço Social de Menores entre os anos de 1930 e 1960, são mencionadas as ideias de Bernal (2004), que identificou que as informações contidas nos prontuários traduziam uma cultura de ofícios que pouco reproduzia a história da criança de forma linear, pois faltavam informações lógicas e objetivas, o que abria lacunas que impediam a compreensão de marcos importantes da vida da criança. Além disso, aspectos do desenvolvimento psicossocial não eram mencionados e alguns dados de identificação eram registrados de forma errônea ou imprecisa. Havia datas imprecisas, como se passado, presente e futuro se misturassem, sem a possibilidade de uma perspectiva temporal real. Notava-se que o mais importante era o ritual burocrático de abertura e encerramento do prontuário, que se dava por meio de ofícios. Durante a leitura dos prontuários, a autora refere a sensação de que são muitas as vozes que falam da criança; muitos são os sujeitos

que inferem pareceres decisivos em suas trajetórias de vida. Há uma prevalência no discurso institucional em que o sujeito é posto sob invisibilidade.

Segundo Bento (2014, p. 36), essa falta de registro ou mesmo as informações imprecisas sobre a criança, identificadas na pesquisa de mestrado realizada em 2010, a partir do relato de uma psicóloga que trabalhava na instituição de acolhimento:

[...] A instituição era tão desorganizada que não tinha nem o prontuário da criança. Uma criança teve alergia a um remédio e a boca ficou extremamente inchada, mas ninguém sabia dizer se aquela criança era alérgica.

O depoimento refere-se a um momento, ano de 2006, em que as instituições estavam passando por um momento de reordenamento institucional, época em que foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

A questão da inserção da criança no contexto familiar tem sido amplamente discutida por Rizzini (2004), que menciona não haver estudos que possam demonstrar se a medida judicial tomada, no que se refere à reintegração familiar e comunitária foi, de fato, satisfatória para as partes envolvidas e como as pessoas se reorganizaram. Rizzini (2004), considera que faltam metodologias interventivas para dar suporte às ações dos profissionais que trabalham em prol da garantia de direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Pesquisa realizada em 2008 sobre o Programa Seguindo Pegadas - Aldeias Infantis SOS Brasil, com jovens egressos de programas de acolhimento institucional, identificou que aproximadamente um terço dos sujeitos participantes da pesquisa refere não ter pessoas significativas na vida, o que indica um provável isolamento social, em geral acompanhado de sentimentos de abandono e solidão. Outro dado importante é que o dirigente da instituição acaba aparecendo como a pessoa que representa a função paterna e assume a tarefa de apresentar o mundo e colocar o jovem diante da realidade. Para os jovens, o momento da saída é permeado de insegurança, solidão e medo, além do fato de considerarem que a preparação para a saída acontece tardiamente, ou seja, muito próximo à sua efetivação. A referência à família é associada muito mais à nova família que construíram do que às famílias

de origem.

Em sua pesquisa de mestrado, na qual abordou o tema desacolhimento institucional por maioria, Ferreira (2017) evidenciou que há uma falta de compreensão das equipes de trabalho sobre o processo de saída do jovem da instituição de acolhimento. Aponta que as equipes são alheias às inquietações presentes dos adolescentes que vivenciam o processo de saída da instituição de acolhimento por maioria. Considera, ainda, muitas vezes, o fracasso da política socioassistencial, denunciada pela rede de cuidados territorial que se torna ineficiente, é deslocado para o adolescente que acaba sendo marginalizado e responsabilizado pelos infortúnios que o acometem. Nesse sentido, a política socioassistencial que deveria garantir direitos e proteção tende a expor o adolescente a situações de desproteção e abandono.

Conforme Cardoso (2017), em sua pesquisa de mestrado intitulada: “(Re) produção de famílias incapazes: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados”, ao estudar a realidade das famílias que vivem o afastamento do convívio com seus filhos por meio da aplicação da medida de acolhimento institucional, identifica-se que as famílias são subjugadas dentro do sistema de justiça como incapazes para prover o cuidado dos filhos. Nesse sentido, são cobradas a desenvolver habilidades para desempenhar o papel de cuidar dentro de um modelo construído na família pensada, mas não na realidade da família vivida. Aponta que o retorno à convivência familiar dependerá não só de acesso a direitos, mas também dependerá da avaliação feita pelo sistema de justiça pela lógica do enquadramento do que é ou não adequado nos cuidados com os filhos. Mas como bem pontua Cardoso (2017, p. 177), “há famílias que também precisam ser cuidadas e protegidas, independentemente de poderem ou não ficar com seus filhos”.

Ampliando para a esfera internacional localizamos uma pesquisa realizada na Suécia, que faz parte de um estudo longitudinal, intitulada: “*Care leavers on social work courses: a study of identity management*”, que entrevistou 15 jovens entre 16 e 21 anos de idade, cujas principais preocupações estavam relacionadas ao futuro imediato, por exemplo, lidar com os desafios da vida cotidiana após a alta dos cuidados. Inicialmente as expectativas estavam voltadas para questão de moradia,

de como iriam administrar as finanças, além de incertezas quanto à busca por emprego, se precisariam de ajuda, enfim, uma grande incerteza quanto aos rumos que a vida tomaria. Aparecem sentimentos ambivalentes quanto à solidão e à independência; experiência de ruptura com o serviço gera sensação de medo sobre ter ou não suporte financeiro; evitar criminalidade e uso de drogas; entre outros. Os autores Bengtsson, Sjöblom, e Öberg (2018), mencionam que o processo de transição entre a saída do serviço e a entrada em um novo contexto, tais como: retornar à família, morar sozinho, constituir a própria família, era marcado por preocupações do abandono do cuidado, de como administrar sozinho a própria vida, temores de solidão e de conseguir moradia. Apontam, ainda, para a importância de incluir as “vozes” e as perspectivas desses jovens, tanto na prática do trabalho social quanto na pesquisa.

2 - INTERLOCUÇÃO TEÓRICA QUE FUNDAMENTA A PESQUISA

A presente pesquisa é orientada pela teoria da psicologia social sócio-histórica, que concebe o fenômeno psicológico como sócio-histórico, devendo ser estudado como processo em permanente movimento e transformação, uma vez que os fenômenos do mundo psíquico se constituem conforme o homem atua no mundo e se relaciona com outros homens. A grande contribuição desta perspectiva teórica é a compreensão da interface entre subjetividade e objetividade, cultura e desenvolvimento psicológico, sem cair no perigo “da destituição do estatuto do sujeito sob um suposto determinismo do meio sociocultural”. (Sawaia e Silva, 2015)

Reconhecido como o principal teórico da Psicologia Sócio-Histórica, Vygotski propõe uma psicologia que rompe com as dicotomias indivíduo/sociedade, inclusão/exclusão, corpo/mente. Segundo Cole e Scribner (2003, p. 8), Vygotski foi o primeiro psicólogo a sugerir os mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa, ao enfatizar as origens sociais da linguagem e do pensamento. Sob a ótica da teoria marxista da história da humanidade, lançou as bases para uma ciência psicológica unificada, com outros dois pensadores: Luria e Leontiev, capazes de contemplar o ser humano em sua dimensão biológica, social e psicológica, ou seja, um homem multideterminado, complexo e em movimento.

Para Vygotski, a constituição do sujeito se dá na relação com os outros. “O desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie”. (Vygotski, 2003, p. 80). Ao abordar o desenvolvimento do psiquismo, considera que a realidade apreendida pelo sujeito é significada por ele. Esclarece que o desenvolvimento psicológico humano não é determinado apenas por processos de maturação biológicos ou genéticos, mas pela interação histórico-social que o sujeito estabelece, como o contexto cultural no qual está inserido. Assim, é por meio de processos de interação social que o sujeito irá se desenvolver mediante o sistema simbólico de sua cultura – o sujeito é mediado pelo social e também provocador de transformações no meio social.

Vygotski (2003) salienta que os processos psicológicos e sociais não são distintos, não podem ser compreendidos como fenômenos separados do indivíduo ou da sociedade. A relação entre eles é dialética, de forma que tanto a sociedade é

constituída pelos indivíduos quanto as pessoas em sua subjetividade se constituem a partir de sua inserção social.

Para Vygotski (2005), a linguagem é um sistema simbólico de representação da realidade. “[...] a linguagem é não apenas um meio de compreender os demais, mas também de compreender a si mesmo” (Vygotski, 2004, p. 112). Nesse sentido, menciona que a criança em idade pré-escolar, por exemplo, dedica horas à linguagem e estabelece novas conexões, novas relações entre as funções que não existiam anteriormente. A criança passa a utilizar comportamentos que, no princípio, eram coletivos, o que demonstra que qualquer processo volitivo é inicialmente social.

Parte da obra de Vygotski está voltada para a idade infantil, embora em fase posterior de suas análises passe a contemplar o estudo da psicologia da fase que denominou idade de transição – a adolescência. Ao comparar a idade infantil com a idade de transição, Vygotski (2004) considera que se alteram algumas funções no processo de desenvolvimento sociocultural do adolescente, sendo o desenvolvimento do pensamento, por conceito, o alicerce para todas as outras mudanças que ocorrem nessa idade.

Para melhor compreender a concepção de pensamento por conceito, serão aqui abordadas duas outras funções que se alteram na fase de transição: a memória e a imaginação.

Vygotski (2004, p. 118-9) pontua que, o que para a criança é externo no âmbito da memória lógica, da atenção arbitrária e do pensamento, na idade de transição torna-se interno, ou seja, surgem novas conexões e se forma um novo sistema, transformando-se em interno. Para a criança a memória torna-se crucial para o seu pensamento, uma vez que para pensar se apoia na memória, buscando casos concretos. Já na fase de transição, a memória se baseia no pensamento. “Lembrar é, antes de mais nada, procurar numa determinada sequência lógica, o que se precisa [...]”. Nesse sentido, Vygotski afirma que aparece um novo traço:

[...] a interiorização se realiza porque essas operações externas se integram em uma função complexa e em síntese com toda uma série de processos internos. Devido a sua lógica interna, o processo não pode continuar sendo externo, sua relação com todas as outras funções mudou, formou-se um novo sistema, reforçou-se e transformou-se em interno. (Vygotski, 2004, p. 119).

A imaginação é outra função em desenvolvimento, ligada ao pensamento por conceito, que se altera na fase de transição. A imaginação difere da fantasia da criança. Para Vygotski o processo de imaginar é fundamental na formação dos conceitos, é determinante da criação e da inventividade, estabelece uma relação com o pensamento em conceitos e integra a atividade intelectual. Assim, a partir da imaginação se tem a possibilidade de sair de uma situação concreta e transformá-la de maneira criativa. Nesse sentido, a função mais importante da imaginação seria a capacidade de ampliação das experiências.

A imaginação transforma-se em meio de ampliação da experiência de um indivíduo porque, tendo por base a narração ou a descrição de outrem, ele pode imaginar o que não viu, o que não vivenciou diretamente em sua experiência pessoal. A pessoa não se restringe ao círculo e a limites estreitos de sua própria experiência, mas pode aventurar-se para além deles, assimilando, com a ajuda da imaginação, a experiência histórica ou social alheia. (Vygotski, 2009, p. 25)

Ao abordar a adolescência Vygotski (2004) não se preocupou em definir idades. Preferiu enfatizar as características que marcam a passagem da infância para um momento de mudança de conexões. De acordo com o autor (2004), na idade de transição há influência do meio sobre o desenvolvimento do pensamento. Neste momento, mais do que em outra idade, os fatores sociais influenciam diretamente sobre o processo de desenvolvimento do pensamento. É nessa fase de transição que se manifestam as relações entre as necessidades biológicas do organismo e suas necessidades culturais superiores, que ele denomina de interesses. Segundo Vygotski o desenvolvimento de interesses é fruto das mudanças biológicas, do desenvolvimento do pensamento abstrato, que permite a formação de conceitos e das determinações sociais. A formação de conceitos é um caminho para uma forma diferente de atividade que é o pensamento por conceitos. Assim, é por meio dessa passagem que leva ao pensamento por conceitos que o adolescente amplia a sua forma de perceber o mundo que o rodeia.

[...] na idade de transição se formaliza definitivamente essa função e a criança passa a pensar em conceitos, partindo de outro sistema de pensamento, das conexões complexas. [...] O conceito é um sistema de apreciações, que inclui um sistema muito mais amplo. A idade de transição é a idade de estruturação da concepção do mundo e da personalidade, do aparecimento da autoconsciência e das ideias coerentes sobre o mundo [...]. É precisamente durante a idade de

transição que se produz a formação definitiva de todos os sistemas. (Vygotski, 2004, p. 122)

Assim, o pensamento por conceito possibilita uma abertura dos processos de criação, imaginação e fantasia, tendo como consequência disso uma abertura de horizontes para o adolescente. Segundo Vygotski (2004), o conceito é um sistema muito mais amplo, que possibilita que a idade de transição seja a idade de estruturação do mundo e da personalidade, do aparecimento da autoconsciência e das ideias coerentes sobre o mundo.

Para Vygotski (2004, p. 126), “A forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos foi imposta pelo meio que nos rodeia inclui, também, nossos sentimentos”. A partir disso é possível pensar no desenvolvimento histórico dos afetos, uma vez que, para esse autor, os afetos e as emoções fazem parte de um desenvolvimento histórico, no qual se alteram as conexões iniciais em que foram produzidos, e uma nova ordem e novas conexões surgem.

Evidencia-se, assim, a importância da idade de transição em função da possibilidade que o adolescente tem de estabelecer novas conexões, pois a partir delas apreende as situações cotidianas, e tem a possibilidade de modificar as relações com o meio em que vive. “A essência do desenvolvimento psicológico não se baseia no desenvolvimento posterior, mas na mudança de conexões”. (Vygotski, 2004, p. 117).

Trazer a compreensão de Vygotski sobre adolescência, como um momento de transição, em que a partir da formação do pensamento por conceitos o adolescente amplia sua forma de perceber o mundo, será de grande valia para uma interlocução com o caso de estudo aqui proposto, uma vez que a institucionalização esteve presente em momentos de vida do sujeito em que passava por essa transição. De que forma o sujeito da pesquisa passou pelos processos de imaginação e fantasia – e que foi possível a abertura de horizontes para o sujeito durante a adolescência –, será discutido na explanação do caso selecionado para estudo.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do pensamento e da personalidade são mediados pelas determinações históricas, sociais e culturais, nas

quais o adolescente está inserido, considera-se que o contexto social no qual se desenvolve pode bloquear ou ampliar suas potencialidades.

Dessa forma, Vygotski vai destacar a vivência como mediação entre a criança e o meio. A vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência esse meio, ou determinada situação exercerá na criança, o que explica a singularidade. (Vygotski, 2010) menciona que no início do desenvolvimento do bebê o mundo se refere a ele e, aos poucos, o mundo se amplia a partir das novas relações entre a criança e as pessoas. A cada mudança de idade o meio se modifica para a criança.

Tal análise pode ser correlacionada com o caso em estudo de quatro irmãos que, em decorrência da morte da mãe, o que representaria uma mesma circunstância para todos, e posteriormente a institucionalização das duas crianças mais novas, se desdobrou num quadro diferente para cada um dos irmãos, ou seja, foi apreendida de modo distinto e será discutido nos resultados. Como considera Vygotski (2010, p. 685), a influência de uma situação ou outra depende não apenas do conteúdo, mas do quanto a criança entende ou apreende a situação. “Uma mesma situação do meio, que uma mesma ocorrência num meio de várias pessoas, surpreendendo-as nos diversos níveis etários, possui uma influência diferente sobre o desenvolvimento de cada uma”.

Como foi mencionado, o referencial é o da psicologia sócio-histórica, cujo principal teórico é Vygotski. No Brasil, Lane, que exerceu grande influência e se tornou uma das principais lideranças na construção de uma psicologia social crítica, que pudesse superar desigualdades e promover uma transformação social.

Em sua obra, assim como Vygotski, ela defendeu a relação dialética¹² entre homem/sociedade, e que, portanto, “o homem é sujeito da história e transformador de sua própria vida e da sociedade”:

O homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história. Este homem biológico não sobrevive por si e nem é uma espécie que se reproduz tal e qual, com variações decorrentes de clima,

¹² A concepção de dialética remonta a filosofia grega e sua hipótese fundamental, segundo Löwy (1985) é de que nada é eterno, nada é fixo e nada é absoluto. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível e está sujeito ao fluxo da história; da história social das civilizações humanas que é alterada pela ação humana.

alimentação etc. O seu organismo é uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e, portanto, histórica. [...] O ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento. (Lane, 1989, p.12)

Lane (1989) considera que qualquer fenômeno psicológico deve ser entendido em seu contexto, e devemos perguntar: “Em que condições sociais ocorre a aprendizagem? E o que ela significa no conjunto de relações sociais que definem concretamente o indivíduo na sociedade em que ele vive?”.

Ao transpor essa ideia para a pesquisa colocamos em questionamento o conceito de reintegração. Podemos questionar em que condições sociais ocorre a reintegração familiar e o que ela significa no conjunto de relações sociais que definem concretamente o indivíduo na sociedade em que ele vive?

Ao questionar o conceito de reintegração é oportuno mencionar a problematização trazida por Sawaia e Frazatto (2015). As autoras apontam para a contradição do termo que se assenta na utilização ao prefixo “re”, ou seja, a ideia de que o sujeito anteriormente estivesse numa situação de inserção prévia, que foi perdida, e que, portanto, poderia ser retomada quando o indivíduo retornasse para o contexto social. Nesse sentido, ao analisar os dados da pesquisa, evidencia-se que não havia uma inserção prévia anterior à condição do acolhimento institucional. Portanto, como falar de reintegração conforme prevê a lógica do Estado?

Se estamos considerando o indivíduo como um ser social que, segundo as determinações legais e de políticas públicas, deve ser reintegrado na família e na comunidade, é preciso considerar a dialética da exclusão/inclusão que caracteriza o social, que o excluiu.

Ao tratar da dialética exclusão/inclusão, Sawaia menciona que:

Na análise psicológica, essa lógica dialética inverte a ideia de inclusão social, desatrelando-a da noção de adaptação e normatização, bem como de culpabilização individual, para ligá-las aos mecanismos psicológicos de coação. A lógica dialética explica a reversibilidade da relação entre subjetividade e legitimação social e revela as filigranas do processo que liga o excluído ao resto da sociedade no processo de manutenção da ordem social.

Essa perspectiva analítica questiona a ideia de reintegração, uma vez que entende que ela tem um subtexto de adaptação ao contexto que o excluiu, podendo, assim, a reintegração encobrir formas perversas de inclusão e sustentar problemas de ordem subjetiva. Daí ele propor o destaque à afetividade na análise dos processos de exclusão. (Sawaia, 2014, p. 8).

Partindo da questão posta nesta pesquisa, criança, família e comunidade não podem ser compreendidas separadamente e de forma distinta, de modo que é preciso normatizar as famílias e as crianças para serem ineridas na comunidade. Elas constituem uma unidade de contrários. Nessa concepção, em que o homem é entendido como parte de um todo, não dá para pensar a saída da instituição e um possível retorno ao convívio familiar considerando apenas o indivíduo ou a família. Ambos são síntese das múltiplas determinações do real. Como considera Marx (apud Konder, 2008, p. 77), “o indivíduo é um ser social; e é tão intrinsecamente social, que somente ao longo da sua história em sociedade é que o homem, depois de muitos séculos, chegou a se individualizar”. Se estamos falando de um indivíduo que, segundo as determinações legais e conceituais, deve retomar a convivência familiar e comunitária, é preciso considerar a dialética que o constitui enquanto ser social e a dialética exclusão/inclusão que caracteriza a sociedade em que tais fenômenos interagem e se configuram.

Ao discutir sobre sofrimentos sociais Teresa Cristina Carreteiro considera que há uma produção de sofrimento social, uma vez que na sociedade considerada pós-moderna o modelo que prevalece é o do individualismo e das posições sociais ocupadas. Nesse sentido, menciona que: aqueles que vivenciam o peso social da posição de “indivíduos por falta” têm mais possibilidades de experimentar o *sofrimento social*, que deixam marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social [...] (Carreteiro, 2003, p. 59).

Segundo Carreteiro (2003), as pessoas que integram categorias mais subalternizadas estão expostas à depreciação e à desqualificação quanto às experiências vividas, o que gera sofrimento e ao mesmo tempo há a impossibilidade de expressar esse sentimento. Isso porque o próprio sujeito pode censurar a expressão do que sente, somado ao fato de que a sociedade dispõe de suporte para auxiliá-lo nesse processo. Institui-se um processo de exclusão e os afetos que surgem em virtude dessa exclusão tendem a ser anulados, não ouvidos. A esse

silenciamento dos afetos a autora denomina de lógica da invisibilidade do sofrimento.

Tal concepção vai ao encontro do lugar que crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional ocupam no imaginário social – um não lugar, ou o lugar da falta, do sofrimento que reafirma a lógica de segregação e de exclusão do Estado. Aqui são pertinentes as ideias de Sawaia (2013), que qualifica esse sofrimento como ético-político, pois é oriundo das injustiças sociais, sendo experimentado pelos que vivem a situação de exclusão como as crianças e os adolescentes afastados da convivência na família e na comunidade.

Esse conceito é central nas pesquisas do Núcleo de Estudos da Dialética Inclusão/Exclusão – Nexin,¹³ e tem se estendido para além das produções acadêmicas e estado presente em outros espaços de discussão que instrumentalizam e embasam a prática de gestores e trabalhadores do Suas, como o Caderno Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos (2017), publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que trata sobre concepção de convivência e fortalecimento de vínculos.

Além de Vygotski, Lane e Sawaia, respeitadas as diferenças epistemológicas, é oportuna para a presente discussão a concepção de Winnicott, autor que contribuiu para minha pesquisa de mestrado e que aborda a relação entre desenvolvimento emocional e ambiente. Winnicott torna-se relevante, pois a concepção teórica que propõe foi tecida a partir de sua ampla experiência no atendimento a crianças refugiadas de guerra e que tiveram vivência de acolhimento institucional. Nesse momento serão abordados dois conceitos desenvolvidos pelo teórico: a concepção de ambiente suficientemente bom e o conceito de privação afetiva.

Evidencia-se nos pressupostos de Winnicott (1999 [1946]), uma interlocução com o tema proposto, uma vez que considera importante a relação que a criança estabelece com o ambiente ao longo de seu desenvolvimento emocional. A teoria do

¹³ Vinculado ao programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da PUC-SP, idealizado e coordenado pela profa. dra. Bader Sawaia. Esse núcleo de pesquisa é voltado a discutir nuances do atual momento histórico brasileiro, a fim de aperfeiçoar uma ação psicossocial que possa ser transformadora, mediada pela concepção de afeto e comum.

desenvolvimento emocional de Winnicott enfatiza a influência do ambiente para o desenvolvimento emocional do bebê. Dentro dessa concepção, o ambiente suficientemente bom é aquele capaz de suprir as necessidades do bebê. De acordo com Abran (2000, p. 25), “o ambiente facilitador possibilita ao indivíduo a chance de crescer, frequentemente em direção à saúde, enquanto que o ambiente que falha, principalmente no início, mais provavelmente levará à instabilidade e à doença”.

Winnicott (1999 [1946]), considera que para que a criança tenha um desenvolvimento saudável, deve encontrar um ambiente capaz de suprir suas necessidades. Num primeiro momento afirma que tais necessidades poderão ser supridas a partir da relação mãe-bebê, que se estabelece desde muito cedo. A mãe, especialmente no final da gravidez, é invadida por um estado de sensibilidade aumentada, comparada a uma doença. Nesse sentido, a mãe deve ser saudável o suficiente para desenvolver esse estado e poder sair dele posteriormente. É a capacidade de transitar entre esses dois polos que caracteriza o estado de preocupação materna primária, e disso depende a saúde física e emocional do bebê.

Portanto, para Winnicott (1993 [1956]), é por meio da preocupação materna primária que a mãe pode fornecer um ambiente suficientemente bom para as necessidades do bebê, o que facilita o curso saudável de seu desenvolvimento. É importante salientar que para Winnicott não é somente a mãe, no sentido literal, que pode suprir as necessidades do bebê, mas qualquer pessoa que possa oferecer um ambiente suficientemente bom às necessidades do bebê poderá suprir tal necessidade.

Segundo Winnicott (1999 [1946]), no decorrer do desenvolvimento emocional a criança experimenta situações positivas com relação ao ambiente. No entanto, a retirada de algo positivo por longo período de tempo, cuja lembrança boa da criança possa se perder, haverá uma perturbação, uma vez que será exigida, além de sua capacidade, o que poderá desencadear prejuízos emocionais desastrosos. Nesse momento experimenta a falha e esse é o momento da privação original. Com isso as defesas do ego se desmoronam e a criança tende a se reorganizar, porém, com um modelo inferior de defesa do ego. Quando isso ocorre a criança passa a reagir retrocedendo a uma posição anterior de seu desenvolvimento emocional, ou seja,

essa falha do ambiente desencadeia uma privação afetiva. Portanto, o desenvolvimento saudável da criança está diretamente ligado a um suprimento satisfatório do ambiente quando este tem um alto grau de adaptação às necessidades individuais da criança, viabilizando o aparecimento das tendências individuais herdadas pelo indivíduo. Quando, ao longo de seu desenvolvimento emocional, o sujeito passa por várias situações de privação afetiva, ou seja, se depara com um ambiente não suficientemente bom para atender às suas necessidades, isso interfere negativamente no estabelecimento de suas relações interpessoais e sua capacidade de estabelecer confiança básica fica prejudicada.

Para Winnicott (1999 [1956]), a privação original desencadeada pela falha ambiental pode levar a tendência antissocial e a criança passará a retroceder a uma fase em que as coisas corriam bem, buscando uma nova oportunidade de ligação egoica.

[...] o momento da privação original ocorre durante o período em que o ego do bebê ou da criança pequena está em processo de realização da fusão das raízes libidinais e agressivas do id. No momento de esperança, a criança percebe um novo ambiente que possui alguns elementos de confiabilidade. Experimenta um impulso que poderia ser chamado de busca do objeto. Reconhece o fato de que a implacabilidade está prestes a tornar-se uma característica marcante e, assim, agita o ambiente imediato num esforço para alertá-lo para o perigo e para organizá-lo de modo que tolere o incômodo. Se a situação se mantém, o ambiente deve ser testado repetidamente em sua capacidade para suportar a agressão, para impedir ou reparar a destruição, para tolerar o incômodo, para reconhecer o elemento positivo da tendência antissocial, para fornecer e preservar o objeto que é procurado e encontrado. (Winnicott (1999 [1956]), p. 146)

Nesse sentido, Winnicott (1999 [1956]), p. 146) considera que quando a criança encontra condições favoráveis e um ambiente suficientemente bom, poderá com o tempo encontrar e amar uma pessoa ao invés de continuar a busca através de reivindicações dirigidas a objetos substitutos que perderam seu valor simbólico.

Correlacionando tais pressupostos com a situação da criança que viveu em acolhimento institucional e que, por ventura, passou pelo momento de privação original, pode-se dizer que se a criança encontrar pessoas capazes de lhe oferecer um ambiente suficientemente bom ela poderá, ao longo do tempo, restabelecer as oportunidades de ligação egoica e de confiabilidade, sendo possível encontrar

alguém que possa amar, deixando de reivindicar o que perdeu no momento da privação.

Mesmo considerando que Vygotski e Winnicott partem de concepções teóricas diferentes, eles permitem uma rica e ampla discussão sobre o tema aqui proposto.

3 - O MÉTODO DA PESQUISA

3.1 A escolha do método da pesquisa

Escolher o tema com o qual se trabalha nesta pesquisa não foi tarefa muito simples. Da mesma forma, escolher o método de pesquisa apropriado se tornou tarefa complexa, pois foi necessário que a pesquisadora se distanciasse do tema a fim de desconstruir noções preestabelecidas e evitar erros de julgamento daquilo que parece evidente.

Sabemos que uma pesquisa pode ser conduzida de várias maneiras, considerando o tema escolhido, as técnicas empregadas para coleta dos dados e análise dos resultados.

Para a realização desta pesquisa havia algumas possibilidades. Foi eleita a mais apropriada em função do tema escolhido – estudo de caso na perspectiva longitudinal, que foi se confirmando ao longo do processo.

O estudo de caso, segundo Martinelli (1999, p. 49) “é uma forma de investigar o real, pela qual se coletam e se registram dados para a posterior interpretação, objetivando a reconstrução, em bases científicas, dos fenômenos observados”.

A perspectiva longitudinal, segundo Safi:

É possível qualificar como longitudinal o conjunto dos dispositivos permitindo integrar a dimensão temporal na análise dos fatos sociais. Assim trata-se de pesquisas que permitem constituir ou reconstituir sequências de acontecimentos, situando-os uns em relação aos outros, segundo uma ordem cronológica. (Safi, 2015, p. 254)

Safi (2015) propõe três formas diferentes de coletar dados longitudinais: retrospectiva, que se baseia na reconstrução de sequências de acontecimentos da vida do sujeito, interrogando-o; prospectiva, que embasa a repetição de um protocolo de pesquisa sobre os mesmos indivíduos ao longo do tempo; e a última, a *posteriori*, que consiste em religar *a posteriori* dados administrativos registrados por diferentes acontecimentos da vida dos indivíduos. E, ainda, segundo seus pressupostos, a pesquisa qualitativa privilegia o método retrospectivo. Esse tipo se apoia em questões retrospectivas, que podem envolver relações familiares, mudanças de etapas, entre outros, que procura englobar a totalidade da vida. Se

interessa pelo passado dos indivíduos e tenta reconstituí-lo em função da maneira pela qual a entrevista o apresenta e o narra, podendo ser comparada às biografias e autobiografias.

No método retrospectivo a qualidade dos dados depende da capacidade de o indivíduo reconstituir seu passado e da interpretação que ele faz do seu passado. Nesse sentido, Safi (2015) sugere o confronto de informações objetivas colhidas, que estejam registradas em documentos, por exemplo, como interrogar outras pessoas de forma a comparar as respostas do sujeito.

No caso escolhido para estudo, a comparação vai ser feita com a memória da pesquisadora e de outras pessoas que conviveram com o sujeito, que também foram entrevistadas, a fim de minimizar os problemas ligados à memória, erros nas datas dos acontecimentos, esquecimentos ou omissões, além do que a qualidade dos dados depende da capacidade de o sujeito reconstruir e interpretar o que faz de seu passado. Sobre algumas dificuldades que surgem entre a interpretação e a busca da verdade da história por meio da narrativa, Ricoeur (2007), considera que isso se dá em virtude da posição temporal entre o momento do acontecimento e da narrativa, e o momento do relato. Para o autor (Ricoeur, 2007, p. 351), a interpretação deve ser tratada como um complexo de atos de linguagem, e dentro dessa complexidade aparece a preocupação de explicitar o conjunto de significações consideradas obscuras, no intuito de uma melhor compreensão com o interlocutor. Menciona que por trás da interpretação sempre tem um fundo inesgotável de motivações pessoais e culturais, do qual o sujeito não dará conta. Concepção comparável ao conceito de Vygotski (2005), de subtexto, aquele pensamento que ocultamos em nossa fala e de base afetivo-volitiva, em que afeto e intelecto se unem.

A perspectiva teórica adotada na pesquisa pressupõe que o fenômeno a ser estudado deve ser situado historicamente em sua totalidade. Assim, a opção pelo estudo longitudinal, que trabalha com a narrativa de vida, traz uma possibilidade de maior consistência ao pressuposto da historicidade, permitindo articular a singularidade das respostas do sujeito da pesquisa à análise de conjuntura, de forma a articular e considerar todos os aspectos políticos, sociais e culturais, e mudanças na legislação brasileira para entendermos os significados das informações obtidas e destacar as contradições.

[...] Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las. (Netto, 2009, p. 691)

O método dialético além das categorias da historicidade e da totalidade traz uma terceira categoria, que é a contradição, compreendida como o ato de afirmar e de negar, que nos possibilita a tomada de novos posicionamentos frente a uma realidade. [...] Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias [...] (Lowy, 2010, p. 17)

3.2 - A escolha do sujeito da pesquisa

O sujeito da pesquisa é um jovem que esteve em acolhimento institucional e que fora atendido pela pesquisadora no programa de “Recolocação Familiar” nos anos de 2006 e 2007, em município da região do ABCD paulista, e que há dez anos deixou o serviço de acolhimento por ter atingido a maioridade. É importante salientar que o sujeito escolhido foi o primeiro caso atendido pela pesquisadora, como psicóloga de crianças em situação de acolhimento institucional. Os atendimentos com esse jovem tiveram início em 2003, e foi a partir dessa experiência que a pesquisadora se viu impulsionada a desenvolver o referido programa de “Recolocação Familiar”,¹⁴ estendendo o atendimento clínico a outras crianças em situação de acolhimento institucional. Os atendimentos com o sujeito se estenderam até a data do programa mencionado, 2007.

A ideia inicial era trabalhar, com ele, o estudo de um caso exploratório que pudesse contribuir para o desenho metodológico da pesquisa. No entanto, foi eleito como sujeito principal da pesquisa em virtude da complexidade do caso, como será demonstrado no decorrer da pesquisa.

¹⁴ O referido projeto fora intitulado: “Programa de recolocação familiar: resgatando o direito da criança e do adolescente à convivência familiar a partir da intervenção clínica”, legitimado pelo Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, em 29 de março de 2007.

No segundo semestre de 2015, iniciamos a busca do sujeito por meio de ambiente virtual, acessando a rede social Facebook,¹⁵ o que muito facilitou a localização do sujeito.

Alexandre,¹⁶ como iremos chamá-lo no decorrer deste trabalho, atualmente com 28 anos de idade, se prontificou imediatamente a participar da pesquisa. No primeiro contato presencial com a pesquisadora referiu que a relação com a família melhorou depois de sua saída da instituição e considera que isso só foi possível após a desobrigação moral da família de ter de ficar com ele por pressão do judiciário. Esse dado revelado pelo sujeito fortalece o objetivo deste estudo.

Convém salientar a reação de Alexandre e de sua irmã mais velha mediante meu contato inicial e menção à intenção de realizar a pesquisa com a participação deles. Alexandre disse que ajudaria no que fosse preciso e que se lembrava bem de mim: *“Lembro, com certeza, rs... fez uma grande mudança em minha vida”*.¹⁷

Além do que, algumas coincidências da vida ajudaram esse contato inicial. Após troca de algumas mensagens pelo Facebook e pelo WhatsApp¹⁸ descobri que Alexandre estava residindo na mesma rua do consultório em que eu realizava atendimento psicológico, mais especificamente, em frente. Sem sombra de dúvida, essa proximidade geográfica facilitou os encontros e nossas primeiras conversas. Nosso primeiro encontro se deu na casa de Alexandre, momento em que pude conhecer seus filhos e rever sua esposa, a qual já conhecia de vista da Instituição de Acolhimento. Posso dizer que esse primeiro encontro foi marcado por emoção de ambos, pois estar ali me reportava um pouco ao passado e me instigava a compreender o presente, enquanto que Alexandre esboçava contentamento ao me apresentar seus filhos e sua casa.

¹⁵ Trata-se de uma rede social virtual, existente desde 2004, na qual as pessoas usuárias da ferramenta podem trocar informações pessoais e compartilhar conteúdo. Também é possível encontrar pessoas por meio da filtragem de dados, para limitar e refinar os resultados da busca. As pessoas podem trocar mensagens públicas e privadas (inbox). Foi por meio da filtragem de dados que a pesquisadora localizou o sujeito da pesquisa, sendo que o primeiro contato com o mesmo se deu pelo envio de uma mensagem privada (inbox).

¹⁶ Nome fictício atribuído ao sujeito principal da pesquisa, a fim de preservar sua identidade.

¹⁷ Trecho de conversa pelo Facebook.

¹⁸ Trata-se de um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz, disponível para smartphones, em funcionamento desde 2009. Além de mensagem de texto é possível ao usuário enviar imagens, vídeos e documentos.

As demais conversas ocorreram no consultório, posteriormente na nova residência de Alexandre e, por fim, pelo Facebook e WhatsApp, pois Alexandre se mudou de cidade.

Já com relação à irmã mais velha, aqui denominada Cristina, se surpreendeu ao receber o convite para participar da pesquisa. Nosso primeiro contato se deu por WhatsApp, e logo depois por telefone. Em nossa conversa inicial por telefone, ela se mostrou surpresa dizendo não imaginar que eu me lembrasse ainda deles depois de tanto tempo. Tal fato me chamou a atenção, pois é como se ela não considerasse a possibilidade de que alguém se lembrasse da história deles e nem que atribuísse importância a tal história, o que acabou se confirmando quando estivemos conversando presencialmente. Após algumas trocas de mensagens, conseguimos marcar para nos encontrarmos em sua casa, em outra cidade.

A outra irmã de Alexandre, a qual chamaremos aqui de Fabiana, ao ser contatada também concordou prontamente em conversar comigo.

Com o transcorrer do processo, o que seria fase exploratória ia se tornando a pesquisa. As conversas com o sujeito e com duas de suas irmãs nos levaram a considerar que ele, em virtude de sua complexidade e desfecho, poderia contemplar o objetivo da pesquisa, uma vez que a história do sujeito perpassa vários momentos históricos importantes, de mudanças na legislação brasileira sobre as políticas voltadas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, além de trazer vários indicadores que possibilitaram discutir a concepção de reintegração familiar, matricialidade familiar, assim como refletir sobre as decisões proferidas pelo poder judiciário.

Os encontros com o sujeito selecionado ocorreram no período de 2015 a 2018, sendo seis presenciais e um a distância, considerando a disponibilidade do entrevistado. Além das conversas com o sujeito principal da pesquisa ocorreram entrevistas presenciais, com pessoas que conviveram e/ou convivem com o pesquisado, englobando: irmãs, esposa, antiga cuidadora da instituição de acolhimento e, ao mesmo tempo, atual sogra. É importante salientar que os recursos tecnológicos disponíveis em ambiente virtual foram fundamentais para a coleta de dados. Isso porque todas as entrevistas foram agendadas via WhatsApp ou

Facebook, sendo a última realizada pelo WhatsApp, em virtude da distância geográfica entre a pesquisadora e o sujeito, pelo fato de ele ter-se mudado de cidade.

Todos os encontros com os sujeitos da pesquisa, para a realização das entrevistas, foram previamente agendados e aconteceram nas dependências do consultório da pesquisadora e, também, na residência dos sujeitos, conforme acordado entre pesquisadora e pesquisados. Cada encontro, nos quais foram abordados assuntos referentes à permanência na instituição e retorno ao convívio familiar e comunitário foram gravados em áudio, ouvido apenas pela pesquisadora, e serão descartados ao término da pesquisa. Todas as informações coletadas foram registradas em diário de campo.

Além das conversas e entrevistas semiestruturadas com o sujeito e seus familiares, recorreu-se aos dados registrados nos prontuários da época dos atendimentos psicológicos e em cópia dos autos do processo. Para compor o contexto histórico foram utilizados diferentes procedimentos, entre eles: pesquisa bibliográfica e documental, incluindo leis, portarias, pesquisas e documentos oficiais do poder judiciário, análise de prontuário, entrevistas com o sujeito e sua família.

Dessa forma foi possível reconstituir sequências de acontecimentos na vida do sujeito, na tentativa de englobar a totalidade de sua vida.

3.3 - Análise do material coletado

Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, a análise do material levantado é orientada pela preocupação de buscar as contradições e demarcar movimentos de transformação no entrelaçamento entre o social e o psicológico. Também, conforme foi apontado, entendemos que a narrativa do sujeito é composta de interpretação das experiências vividas e que por trás da interpretação sempre tem um fundo inesgotável de motivações pessoais e culturais, do qual o sujeito não dará conta, conforme afirmam Ricoeur (2007) e Vygotsky, a análise busca desvelar o subtexto, a base afetivo-volitiva que permite compreender os sentidos, muitas vezes não revelados pela palavra. (Vygotski, 2005, p. 186),

considera que [...] “um pensamento não tem um equivalente imediato em palavras; a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado. Na nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto”. Nessa perspectiva existe “um sistema dinâmico de significados em que afeto e intelecto se unem. Mostra que cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento de realidade ao qual se refere”. (Vygotski, 2005, p. 9)

Ao tratar sobre método de investigação em Psicologia, Vygotski (2003, p. 81), propõe um método de análise no qual devem ser consideradas três funções principais: análise de processos que deve ser diferenciada de análise de objetos, “a qual requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos”; análise descritiva que “procura mostrar a essência dos fenômenos psicológicos ao invés de suas características perceptíveis” (Vygotski, 2003, p. 83), considerando que duas atividades distintas podem ter a mesma manifestação externa, porém sua essência e origem podem ser diferentes; e, por último, uma análise sobre o problema do “comportamento fossilizado”, ou seja, uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar a origem de desenvolvimento de uma determinada estrutura, sendo preciso compreender a sua origem, concentrar-se no processo estabelecido e não apenas no produto. Para o autor:

O pesquisador é frequentemente forçado a alterar o caráter automático, mecânico e fossilizado das formas superiores de comportamento, fazendo-os retornar à sua origem através do experimento. Esse é o objetivo da análise dinâmica. [...] *Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança*: [grifo do autor] esse é o requisito básico do método dialético. Numa pesquisa abranger o processo de desenvolvimento de uma determinada coisa, em todas as suas fases de mudança – do nascimento à morte – significa, fundamentalmente, descobrir sua natureza, sua essência, uma vez que “é somente em movimento que um corpo mostra o que é”. Assim, o estudo histórico do comportamento não é um aspecto auxiliar de estudo teórico, mas sim sua verdadeira base. (Vygotski, 2003, p. 85-6)

Vygotski sob a ótica de Purin (2015), considera que a análise não deve se ocupar com agrupamentos de elementos, mas a análise deve sintetizar unidades num todo complexo. Para identificar essas unidades de análise é necessário compreender a história, os significados/sentidos, identificar o afetivo-volitivo e suas

contradições, superando a proposta do método de decomposição em elementos. (Purin, 2015, p. 57).

Partindo dessa perspectiva, na presente pesquisa partiu-se da análise da transcrição das entrevistas, que foram lidas e relidas, minuciosamente, buscando unidades de sentido, comuns e individuais, que serão abordadas adiante.

4 - ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 - A institucionalização como forma de acolhimento e cuidado de crianças - breve histórico

Orientada pelo referencial teórico-metodológico já expresso, evidencia-se o caráter de regulação social presente nas instituições e de mediação, a fim de sustentar as normas e os sistemas de referência que servem como lei organizadora da vida física, mental e social dos indivíduos.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que a institucionalização como forma de acolhimento de crianças atende a uma lógica de regulação social, de cunho higienista, a serviço do Estado, que só seria possível pela medição institucional.

Ao percorrer a história social da criança, e especificamente da criança institucionalizada, é possível identificar as intervenções do Estado na criança e na família, uma possibilidade de controle por meio da disciplina e da concepção de cuidados adequados destinados aos filhos.

É importante considerar que o conceito de criança e de infância faz parte de uma construção biopsicossocial. Conforme estudos do historiador Phillip Ariès (2016), de acordo com os diferentes espaços e tempos existem diferentes infâncias. O autor, por meio da historiografia, identificou que o sentimento de infância surgiu apenas na modernidade, no século XVII, pois nessa época havia o interesse em formar o adulto que pudesse atender ao modelo de sociedade da época. Anterior a isso, as crianças eram consideradas incapazes e improdutivas, e a infância era uma fase a ser superada.

Outro aspecto importante evidenciado por Ariès diz respeito aos infanticídios, uma vez que era uma prática comum quando as crianças não correspondiam às expectativas dos pais, ou quando famílias almejavam crianças mais saudáveis e mais resistentes. Nesse aspecto, a família tinha uma formação social e não sentimental, tanto que entregar a criança aos cuidados de outras famílias era uma prática comum.

Conforme Cavalcante (2014), sob influência da Igreja Católica, que não aceitava mais os infanticídios, o Estado propõe cuidados em relação às crianças, o que gera o sentimento de proteção e manutenção da vida das crianças. A partir desse momento, a família passa a ter maior zelo com as crianças e os adultos passam a tratá-las como entretenimento, em virtude de seus gracejos e brincadeiras. Surge, também, o desejo de formar as crianças dentro dos padrões adultos, sendo duas instituições destinadas à educação da criança: a família e a escola. Com isso, a relação entre o adulto e a criança se modifica.

Considerando Trindade (1999), por volta de 1850, a política de assistência social elegeu o hospital como locus privilegiado de ação preventiva e terapêutica, englobando a puericultura, o que possibilitou a intervenção do Estado na vida privada, por meio de práticas médicas higienistas. Isso também contribuiu para o controle da infância.

Nessa perspectiva, como afirma Cavalcante (2014), “A palavra de ordem é controle. Controle do corpo e da mente das crianças por meio de uma rígida disciplina infantil, tanto no seio familiar quanto na escola”, o que reafirma a presença das instituições no universo infantil.

A lógica do controle, por meio do cuidar, que passou a ser dispensado às crianças, é atravessada pela lógica do abandono, associada a outras formas de proteção e de assistência oferecida às crianças e alguma situação de risco.

Acerca da institucionalização de crianças em território brasileiro, segundo Marcílio (1998), fazer parte de seu processo sócio-histórico. As pesquisas dessa autora, iniciadas na década de 1980, no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, na Universidade de São Paulo, faz parte de um projeto interdisciplinar e coletivo, ligado à história da infância brasileira, mais especificamente, da criança abandonada, sem família, discriminada e estigmatizada. Em seus estudos fica claro que, ao longo da história, o lugar destinado a essas crianças e suas famílias e o tipo de tratamento que recebem foi instituído socialmente, no contexto das diversas conjunturas que consolidaram o Estado brasileiro. Segundo a autora, essa prática teve seu início nos tempos do Brasil

Colônia, a partir da vinda dos jesuítas para catequizar os nativos. Muitas dessas crianças foram separadas de suas famílias e passaram a morar em abrigos.

Nos tempos do Brasil Colônia, como estratégia para facilitar a colonização, os portugueses incluíram a vinda dos jesuítas para catequizar os nativos, conforme menciona Marcílio (1998). A autora complementa que, em virtude da resistência dos índios à cultura europeia e à formação cristã, os padres decidiram educar e catequizar as crianças indígenas por se tratar de *almas menos duras* do que os índios adultos. Com isso, muitas crianças foram separadas de suas famílias e passaram a morar em abrigos, denominados, na época, de Casa dos Muchachos. Tais instituições eram ocupadas por meninos indígenas, e por órfãos e enjeitados vindos de Portugal.

Na pesquisa sobre a história da criança abandonada Marcílio (1998) aponta que os jesuítas fundaram colégios nas principais vilas e cidades da época: Salvador e Porto Seguro (BA), Vitória (ES), São Vicente e São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Olinda e Recife (PE), São Luís (MA) e Belém (PA). Porém, de acordo com a autora, os jesuítas não estavam preocupados com as crianças da Colônia, fossem elas abandonadas, ilegítimas ou escravas, já que “nenhum pequeno exposto” foi admitido nos colégios jesuítas”.

Baptista (2006) menciona que no século XVIII surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada. Foram instaladas as primeiras Rodas de Expostos em Salvador (BA), no Rio de Janeiro (RJ), e em Recife (PE). Em 1828, por iniciativa da Igreja Católica, foi fundada a primeira Casa de Recolhimento dos Expostos. Essas instituições eram complementares à roda e recebiam crianças a partir de três anos de idade. Em meados do século XIX, segundo Marcílio (1998), a faixa etária foi ampliada e crianças de até sete anos de idade eram deixadas nos asilos de expostos.

Naquela época as instituições seguiam o modelo de claustro, com colégios distintos de recolhimento masculino e feminino, sem propostas pedagógicas sistemáticas. Princípiam o cenário de instituições de acolhida em território brasileiro, no qual crianças e adolescentes eram facilmente destinados à situação de confinamento e de segregação social.

Conforme Marcílio (1998), até o século XIX outras dez Rodas de Expostos foram implantadas por todo o país, e persistiram até meados do século XX.

Tomando por base os estudos de Rizzini (2004), desde o Brasil Colonial, existia uma cultura de internação de crianças em instituições, fossem elas colégios internos, seminários, reformatórios e outras, que surgiam para atender às necessidades de cada época. Além das funções de vigilância e intervenção direta sobre menores abandonados e delinquentes, uma prática comum passou a ser a internação, como alternativa de educação e cuidados para os pobres ou por famílias constituídas de mães e filhos.

Como menciona Rizzini (2004), no período republicano aumenta a discussão sobre a assistência à infância, no Brasil, subsidiada pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica. Sociologicamente surge a categoria de menor abandonado, assim como as políticas de atenção ao menor.¹⁹

No início do século XX juristas e médicos higienistas passaram a se preocupar com a questão da criança abandonada e a construir propostas de reformulação da política assistencial. O processo da elaboração de leis para a proteção e assistência à infância culmina na aprovação do Código de Menores em 1927 – idealizado por Mello Mattos, primeiro juiz de menores do país. O Juízo de Menores implantou um modelo no qual atuava como órgão centralizador do atendimento oficial ao menor,²⁰ que se estendeu até meados da década de 1980.

Após a promulgação desta Lei, outras surgiram sob a égide da proteção social de crianças e adolescentes.

¹⁹ O Decreto 16.272, de 20 de dezembro de 1923, aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. O Decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927, consolida as leis de assistência e proteção aos menores (Rizzini, 2004, p. 29). Segundo Baptista (2006, p. 28), no artigo 62, consta que “subordinado ao Juizado de Menores, haverá um abrigo, destinado a receber provisoriamente os menores abandonados e delinquentes até que tenham destino definitivo”.

²⁰ De acordo com Vianna (1999, *apud* Rizzini, 2004, p. 30), o juizado consolidou um modelo de classificação e intervenção sobre o menor, herdado da ação policial, que, através das delegacias, identificava, encaminhava, transferia e desligava das instituições aqueles designados como menores. Esse sistema saturou-se em poucos anos, por não dar conta da demanda que criou – os juízes não conseguiam internar todos os casos que chegavam até eles, por não recusarem crianças retiradas das ruas (Rizzini, 2004, p. 30).

Conforme Baptista (2006, p. 29), o Código Mello Mattos, no artigo 159, determinava: “Recebendo o menor, o juiz o fará recolher ao abrigo, mandará submetê-lo ao exame médico e pedagógico, e iniciará o processo que na espécie couber”. Esse código determinava, também, que a direção e administração dos institutos seriam subordinados ao juiz, o qual era responsável não apenas pelo encaminhamento das crianças, mas também pelo provimento dos cargos. O diretor da instituição seria subordinado ao juiz de menores, e o regimento interno submetido à aprovação do ministro da Justiça e Negócios Interiores.

A partir de 1930, ocorreram mudanças no discurso da proteção social e a interpretação dos problemas dos menores passa a ser feita de outra forma. Como previa a Constituição de 1937, foi atribuído ao Estado o dever de prover condições à preservação física e moral da infância e da juventude, e o direito dos pais miseráveis de solicitar o auxílio do Estado para garantir a subsistência de sua prole.

De acordo com Baptista (2006), em 1949 o Juizado de Menores da cidade de São Paulo instituiu o Serviço de Colocação Familiar, que tinha como objetivo garantir o direito à criança de crescer em família. À mesma época, resultados de pesquisa realizada pelo movimento Economia e Humanismo apontava para a condição dos menores institucionalizados e denunciava a situação caótica do sistema, conforme o trecho que segue:

[...] os menores abandonados, cuja falta foi nascerem em lares desajustados, são realmente abandonados, principalmente quando recolhidos aos abrigos oficiais que se destinam a protegê-los. Neles se transformam em coisas, em quantidades, em seres amorfos que não exigem cuidados e às vezes nem mesmo alimentação. São apenas tolerados. E o são porque de sua presença dependem a instituição e seus agregados [...]. A rigidez da disciplina esmaga qualquer veleidade de ação ou iniciativa. Em autômatos se transformam as crianças, deformadas psicologicamente para o resto da existência, quando não viciadas, pervertidas, imbuídas de um sentimento falso da vida, como se durante o resto de seus dias carregassem atrás de si o espectro do vigilante ou do diretor, ou a ameaça dos castigos corporais. (Baptista, 2006, p. 29)

Reconhecia-se o direito de a criança crescer no interior de uma família, ou permanecer na família de origem, mas, por outro lado, havia representações negativas sobre as famílias de classes populares, clientela da assistência social. Propagava-se o mito da desorganização familiar e a culpabilização da família, o que, de acordo com Rizzini, há uma incongruência, ou seja, a ideia de proteção à infância

torna-se proteção contra a família, que passa a ser alvo de controle em virtude de sua incapacidade de educar seus filhos:

[...] a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias de classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos. (Rizzini, 2004, p. 39)

Sobre os principais motivos que levam ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, Fávero (*et al.*, 2008), menciona que estão vinculados a impossibilidades materiais da família, que não possui condições de prover cuidados necessários a cada fase do desenvolvimento da criança, acrescidos da responsabilização pelos cuidados e supostos descuidados com os filhos. A precariedade das condições socioeconômicas que levam à institucionalização de crianças dialogam com os apontamentos de Rizzini (2004), uma vez que a autora menciona que ainda na década de 1920 as famílias viam a internação como uma possibilidade de garantir que os filhos tivessem comida, estudo e formação profissional, em local seguro.

Os aspectos mencionados por Fávero dizem respeito a pesquisa realizada entre os anos de 2007 e 2008, muito tempo após os dados mencionados por Rizzini, e mesmo assim ambas deixam claro que a falta de recursos era o que motivava as internações. No entanto, ainda disseminava a ideia de que os pais queriam se ver livre dos filhos, o que reforça a concepção de que as famílias pobres eram e ainda são imbuídas de incapacidade para cuidar de seus filhos.

Em 1964 foi aprovada a Lei 4.513, que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), com o objetivo de formular e implantar uma política nacional na área da criança e do adolescente pobre ou infrator. Um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas foi adotado, e o tema passou a ser abordado como questão de segurança nacional. A Política Nacional do Menor, em seu artigo 6º assegurava prioridade aos programas de integração do menor na comunidade, por meio de assistência à família e da colocação de menores em lares substitutos. Porém, as diretrizes foram atravessadas pela estrutura centralizadora da Funabem de priorizar a internação como medida de segregação dos menores marginalizados.

Em 1979 foi aprovado um novo Código de Menores, com a Lei 6.697. O novo código oficializa o papel da Funabem – além de atender aos desvalidos, abandonados e infratores, deveria adotar meios para prevenir ou corrigir as causas dos desajustamentos. Determinava a criação de centros especializados destinados à recepção, triagem, observação e permanência de menores carentes e infratores. As unidades da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem) ficariam sob a responsabilidade dos governos estaduais e sujeitas à supervisão das políticas gerais estabelecidas pela Funabem.

As instalações eram semelhantes aos antigos reformatórios e ficavam isoladas do cenário urbano e distantes da vida comunitária. O contato com o mundo externo era inexistente, pois mantinham em seu interior escolas, quadras esportivas, piscinas, núcleo profissionalizante, atendimentos médico e odontológico, e enfermarias. Esse modelo de funcionamento como instituições totais tinha como base a segregação e a massificação, no qual as crianças e os adolescentes eram divididos por gênero e idade, e distribuídos por módulos, de acordo com o sexo e a faixa etária, separando, inclusive, irmãos e parentes.

Segue foto ilustrativa de Unidade da Funabem:



Figura 1 – Funabem - Centro de Educação do Menor

Na década de 1980 foi um marco importante para os avanços nas discussões

que ajudaram a gestar o ECA. Com o final da ditadura militar houve articulação de movimentos populares em favor da criança e do adolescente. Em 1986 foi realizado o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília, com a participação dos adolescentes. Foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte e se ampliou o movimento em favor da causa dos direitos da infância e da juventude.

Somente com o advento do ECA, promulgado em 13 de julho de 1990, é que foi possível dimensionar os direitos já estabelecidos pela Constituição Federal. Uma das principais contribuições do ECA diz respeito ao reordenamento das instituições de acolhimento. As mudanças de paradigma legal e conceitual anunciavam que o modelo vigente das instituições totais estava prestes a acabar, devendo prevalecer o direito da criança e do adolescente conviver em família e em comunidade.

Tomando por base o ECA (Art. 92, I e II, e Art.101, § 1º), o acolhimento institucional e familiar é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade, mas deve assegurar a preservação dos vínculos familiares, a reintegração familiar, a integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.

A promulgação do ECA é reflexo de uma mudança que interfere diretamente no discurso de proteção social. O reconhecimento de que a criança tem o direito de crescer no interior de uma família, ou de permanecer na família de origem, se depara com as representações negativas sobre as famílias de classes populares. Com isso propagava-se o mito da desorganização familiar, que leva à culpabilização da família. O lugar destinado a essa população e o tipo de tratamento que lhes é imposto denunciam a reprodução de um histórico de privações, sofrimentos e violência a que estão expostas – vivem na condição da ordem social desigual num processo de inclusão excludente. Isso se articula à ideia de Sawaia (2013, p. 8), quando a autora fala de uma inclusão social perversa: “A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. Esse caráter ilusório da inclusão ocorre, pois, segundo Sawaia, de alguma forma todos estão incluídos, considerando-se o sistema

reprodutivo econômico, mas não significa que assim o estejamos com dignidade, pois podemos estar inseridos por meio da insuficiência e das privações. Portanto, a humanidade sempre estará inserida, seja de forma perversa ou não. Nesse sentido, a exclusão pode ser entendida como descompromisso político com o sofrimento alheio.

Diante do exposto é possível afirmar que muitas mudanças ocorreram no que se refere às políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente em território nacional. Contudo, apesar das transformações ocorridas, a lógica da institucionalização foi estabelecida e perdura até os dias de hoje.

Considerando os casos de crianças em acolhimento institucional que a pesquisadora atendeu, entre os anos de 2006 e 2007, evidenciou-se que a forma como as crianças eram separadas das famílias denunciava uma ruptura brusca de vínculos afetivos determinados pelo viés do mundo adulto. (Schritzmeyer (2015), Bernal (2004), Bento (2014, p. 36), Cardoso (2017).

Em 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, com propostas para o período de 2007 a 2015. Dentre alguns pressupostos abordados nesse documento destaca-se a necessidade de o acolhimento institucional garantir registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e o desenvolvimento de cada criança e adolescente.

Após as determinações de reordenamento das instituições de acolhimento, evidencia-se uma preocupação maior com a inserção das crianças no contexto familiar e comunitário.

Encontramos na Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção, Art. 19, § 1º, § 2º e § 3º:

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

§ 3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei.

Os referidos incisos deixam clara uma defesa pela permanência da criança no contexto familiar, principalmente no que se refere à família de origem.

Esta questão tem sido bastante discutida conforme Rizzini (2006). No entanto, não há estudos que possam demonstrar se a medida judicial tomada, no que se refere à reintegração familiar e comunitária foi, de fato, satisfatória para as partes envolvidas e como as pessoas se reorganizaram. Mesmo porque a defesa por uma condição de reintegração, pelo jurídico, pressupõe que em momento anterior havia uma integração que foi rompida na ocasião da institucionalização e que o problema está no sujeito, que após a internação adquire capacidade de se “reinsserir” na família. Concepção que impede a compreensão dos fatores sociais que afastam as crianças e adolescentes das famílias e de que, de outro lado, o fato de viverem em instituições aumentam as dificuldades de permanecer em seu núcleo familiar, que não ofereciam condições plenas para seu acolhimento. As famílias dessas crianças apresentam histórico de privações, sofrimentos e violência, que indicam que elas próprias em relação à sociedade e às crianças dentro delas vivem processo de inclusão excludente, conforme propõe Sawaia (2014, p. 8), “A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. [...] Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão”.

De acordo com Rizzini (2004), os profissionais que atuam na área da criança e do adolescente em prol da garantia de direitos apresentam bom entendimento dos parâmetros legais que devem nortear a ação dos diversos atores sociais. No entanto, há dificuldade no estabelecimento de metodologias interventivas que possam nortear a ação profissional.

No passado sob a égide do Código de Menores, em que a intervenção judicial levava à internação da criança em “situação irregular”, de forma

indiscriminada e como uma prática legítima e, no presente, sob a perspectiva do ECA, que traz a concepção de proteção integral, as internações também aparecem como uma prática legítima, porém, pautadas em um discurso de lógica humanitária e de prevalência de direitos. No entanto, em ambos os casos a lógica da internação e da segregação aparece como uma forma de enfrentar as mazelas sociais que afetam as famílias que apresentam histórico de privações e sofrimento.

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS),²¹ regulamentada a partir da LOAS,²² tem como uma de suas diretrizes a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. Dessa forma, coloca a família como alvo de intervenção para o acesso à proteção social, defendendo a concepção de matricialidade sociofamiliar, conforme trecho a seguir:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso.

[...] O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras. (BRASIL, Ministério Social de Combate à Fome, 2004, p. 40-43)

Dentro da perspectiva da matricialidade sociofamiliar e da restauração de direitos, a família recebe a incumbência de ser uma das instituições de regulação do Estado a fim de garantir a reprodução social e proteção de grupos sob sua responsabilidade.

²¹ PNAS foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução n.145, de 15 de outubro de 2004.

²² LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabelece que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Mesmo sendo considerada uma política que tem como princípio a universalização e a equidade, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado tiveram e ainda têm a família pobre como seu principal alvo.

De acordo com os parâmetros legais, a pobreza não deve ser o fator desencadeador de destituição do poder familiar e do acolhimento institucional. Como prevê o Art. 23 do ECA, que “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar”. No entanto, conforme dados da pesquisa nacional (Ipea, 2004), os motivos mais citados para o acolhimento de crianças e adolescentes referem-se à pobreza (52%). Pesquisa realizada com famílias de crianças em acolhimento institucional, Fávero (*et.al.*, 2008), afirma que a maioria das crianças e adolescentes é privada de conviver com suas famílias em decorrência da falta de recursos materiais, motivada pela falta de trabalho, renda, condições de acesso à educação, saúde, ou seja, falta-lhes o mínimo para que possam viver com dignidade. Além disso, faltam equipamentos sociais para atender à criança e ao adolescente durante o horário de trabalho de seus responsáveis. As autoras consideram que, em virtude das inúmeras rupturas em que vivem as famílias pobres, como corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradia, rompimentos relacionais podem levar à saída temporária ou definitiva de seus membros para os serviços de acolhimento.

Paralelamente, as famílias pobres são mais penalizadas e culpabilizadas quanto aos cuidados e descuidados com os filhos.

As desigualdades sociais se sobrepõem aos parâmetros sociojurídicos, e com isso as famílias pobres, em condições socioeconômicas desfavoráveis, ficam impossibilitadas de suprir as condições mínimas necessárias à proteção de seus membros levando, muitas vezes, ao desgaste de suas relações. Complementado com as ideias de Sarti (2007, p. 34-35):

Se, em toda a sociedade brasileira, a família é um valor alto, entre os pobres sua importância é central, e não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social. A família, para eles, vai além; constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar. [...] No mundo simbólico dos pobres, a família tem precedência sobre os indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros implica enfraquecer o grupo como um todo. [...] Sendo assim, no que se refere às famílias pobres, como escutar o discurso daqueles a quem se dirigem as

políticas sociais – os pobres – e situá-lo no contexto que lhe dá significado, ou seja, o contexto de quem emite o discurso (e não de quem o analisa)?

Apesar de a pobreza aparecer como um dos motivos principais que levam ao acolhimento institucional, ao ouvir as famílias de crianças e adolescentes acolhidos, Fávero (*et.al.*, 2008), considera que se trata de um aspecto multifatorial, expresso nas falas das mães como expressões da questão social que revelam acentuada desigualdade social.

As falas das mães – em sua maioria, de alguns pais, avós e tias–, evidenciam que a violência social, expressa pela pobreza e ausência de direitos de cidadania, percorre a vida dos sujeitos. De maneira acentuada, expressões da questão social, como desemprego, ausência ou condições precárias de moradia, ausência de equipamentos sociais públicos para acolher a criança/adolescente em horário de trabalho da família revelam que a acentuada desigualdade social presente na realidade social brasileira se coloca no centro da institucionalização de crianças e adolescentes. (Fávero *et.al.*, 2008, p. 127)

Em pesquisa realizada sobre o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, Assis; Farias (2013), entre 2009 e 2010, fizeram menção que “Dentre as crianças e adolescentes acolhidos institucional ou familiarmente no país, a pobreza certamente não é o único nem o principal motivo alegado para o acolhimento, mas geralmente é um deles”.

Na referida pesquisa foram analisadas informações referentes a 2.624 Serviços de Acolhimento Institucionais e 144 Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora, localizados em 1.157 municípios (20,8% do total) e 27 unidades da federação. Foram coletadas informações de 36.929 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e de 932 em acolhimento familiar.

No estudo mencionado os serviços de acolhimento foram classificados em algumas modalidades, demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 1: Número de serviços de acolhimento por modalidade

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	NÚMERO DE SERVIÇOS
Abrigo institucional ²³	Acolhimento de crianças e adolescentes sob medida de proteção aplicada pela Justiça ou Conselho Tutelar. Atende até 20 crianças e adolescentes e mantém educador/cuidador preferencialmente trabalhando por turnos fixos diários.	1.685
Casa de Passagem/Casa transitória	Acolhimento institucional de curtíssima duração, organizado para acolhimento emergencial de crianças e adolescentes com perfis diversos, em situação de abandono ou afastados do convívio familiar.	457
Casa-Lar na comunidade	Acolhimento institucional provisório para um grupo de, no máximo, 10 crianças e adolescentes por unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa, ou um casal, trabalhe como educador/cuidador residente em cada unidade. A unidade residencial não é a casa do educador/cuidador	384
Casa-Lar em aldeia	Conjunto de casas-lares que ficam dispostas em um mesmo terreno, ao redor de um núcleo central, e compartilham uma mesma estrutura técnico-administrativa (por exemplo, casa do dirigente, sala para atividade técnico-administrativa, espaços de lazer/esporte etc.).	71
Outras modalidades de acolhimento	Casa de apoio, centro de recuperação, centro educativo, comunidade terapêutica, escola e república que acolhiam crianças e adolescentes no momento da realização da pesquisa.	27

Quadro elaborado pela pesquisadora com base no levantamento nacional de 2013, das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento realizado entre 2009 e 2010.

A mesma pesquisa indica que há maior concentração de Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) na região Sudeste, vindo a seguir a região Sul, ao passo que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentam menor concentração de unidades.

O menor percentual de abrigos institucionais está localizado na região Sul (52,6%). Mas, de qualquer forma, essa modalidade ainda predomina em todo o país. As Casas-Lares são mais frequentes na região Sul. E as Casas de Passagem são menos encontradas nas regiões Sudeste e Nordeste.

²³ Modalidade de acolhimento pela qual passou o sujeito da pesquisa.

Fazendo um comparativo com a referida pesquisa, com os dados de pesquisa anterior, realizada pelo IPEA em 2003, houve mudança no que se refere ao atendimento personalizado e em pequenos grupos. Em 2003 o número médio de crianças e adolescentes por serviço de acolhimento em território nacional girava em torno de 33,4 crianças e adolescentes. Na pesquisa de 2010 a média caiu para 14 crianças por serviço de acolhimento.

Não se pode negar que é um avanço. No entanto, no que diz respeito à qualidade do serviço ofertado e a possibilidade de minimizar o sofrimento desses jovens, para que possam sair da invisibilidade que o sistema os coloca, ainda se tem uma longa trajetória a ser percorrida.

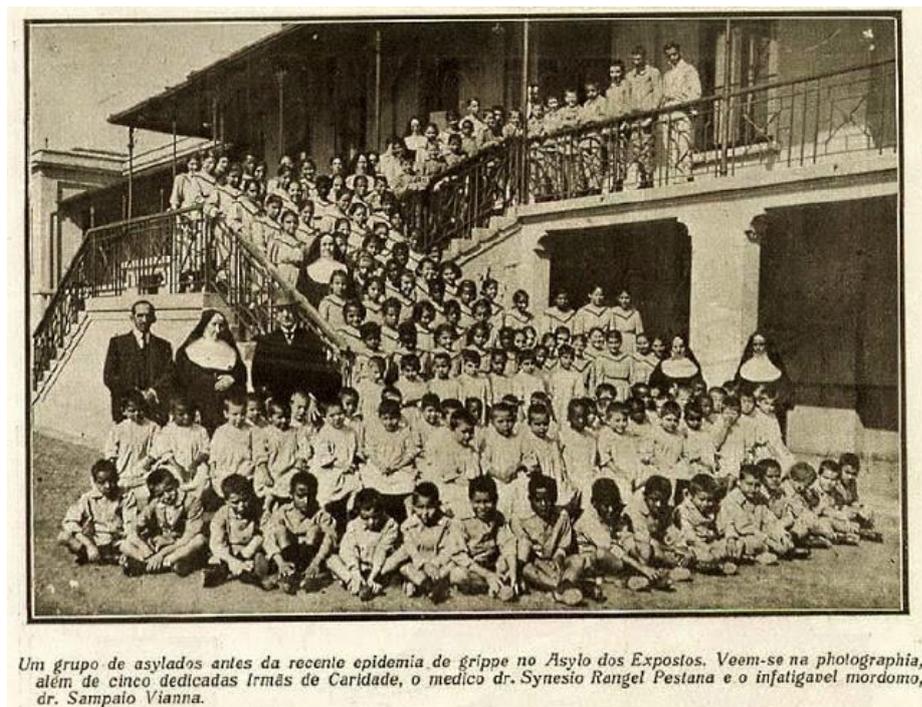


Figura 2 – Crianças no Asilo dos Expostos - Foto retirada da revista *A Cigarra*, Ano VI, nº 121, de 1º de outubro de 1919

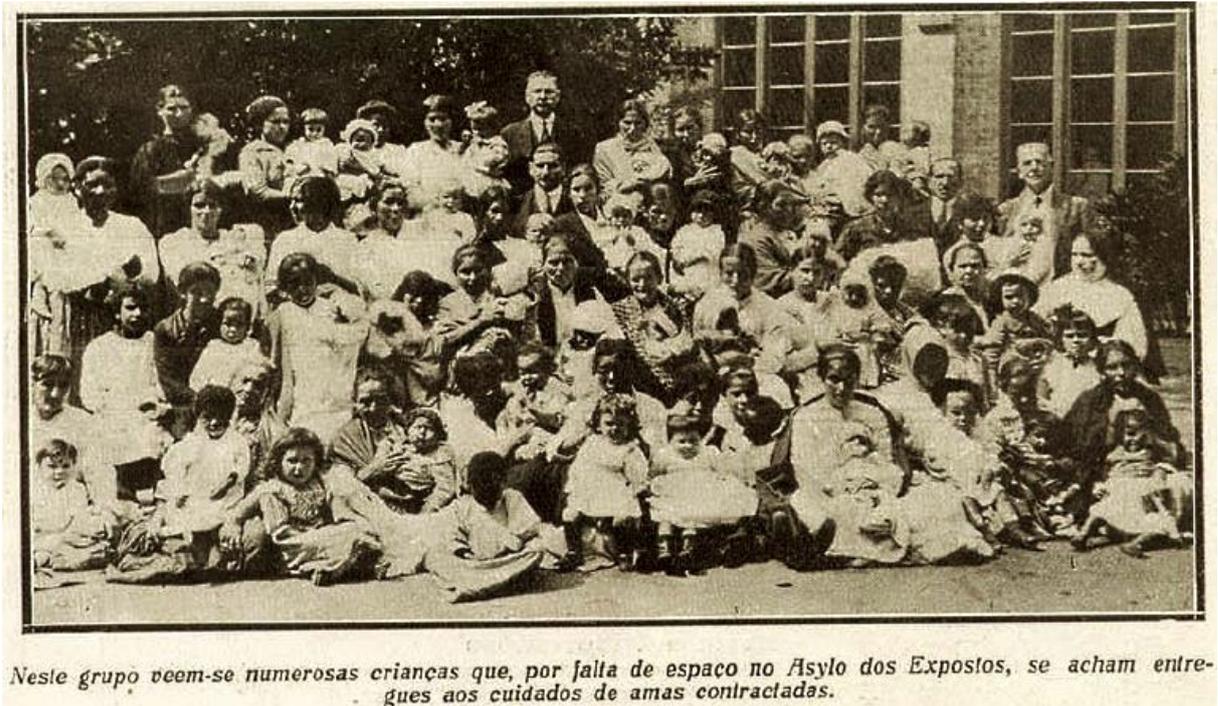


Figura 3 – Grupo de crianças cuidadas por amas contratadas – Foto retirada da revista *A Cigarra*, Ano VI, nº 121, de 1º de outubro de 1919²⁴

4.2 - As intervenções do Estado - Garantia de Direito à convivência familiar e comunitária X desacolhimento e desproteção

Dentro da PNAS está prevista a segurança de convívio, de segurança de convívio, acolhida e sobrevivência a fim de evitar riscos sociais para grupos vulneráveis, tanto do ponto de vista material quanto relacional. Como consta na PNAS:

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A multicultural, intergeracional,

²⁴ Disponível em: <http://www.museudeimagens.com.br/roda-dos-enjeitados/>

interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio. (PNAS, 2004, p. 32)

O Suas segue o princípio da descentralização político-administrativa, com base no conceito de territorialização. As ações devem estar em consonância com as características e demandas socioterritoriais. Assim, a caracterização dos grupos socioterritoriais passa a ser organizada com base no porte do município. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) regula e reordena a rede de serviços socioassistenciais em todo o país, além de definir as competências e responsabilidades entre as esferas federal, estadual e municipal. Os serviços são divididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo a última dividida em dois níveis: média e alta complexidade. No caso do atendimento à criança e ao adolescente em situação de acolhimento institucional e familiar, o mesmo se enquadra nos serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade.

Os serviços de média complexidade estão voltados ao atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas que não tiveram o vínculo familiar e comunitário rompido. Já o serviço de alta complexidade diz respeito aos casos nos quais se configura o rompimento do vínculo familiar e comunitário, e o sujeito necessita de proteção especial e temporária, não podendo contar com o cuidado da família. Nesses casos, o atendimento visa à reconstrução do vínculo familiar e à autonomia do indivíduo. Nos casos de crianças e adolescentes deve ser oferecido nas seguintes modalidades: Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Também fazem parte dessa Proteção Especial os Serviços de Acolhimento em República; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

O Acolhimento Institucional está inserido na categoria de alta complexidade, uma vez que nesses casos pressupõe-se que já houve rompimento de vínculo com a família e com a comunidade, mesmo que provisoriamente. Entre as orientações técnicas destinadas aos serviços de acolhimento ressalta-se a necessidade de preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, conforme trecho a seguir:

Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento – visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo. (Brasília, junho de 2009)

Mas como se preserva e se fortalecem vínculos afetivos em contextos, muitas vezes, tão adversos? As determinações do Estado são impositivas e não podem garantir que a família cumpra o papel de proteção junto às crianças. Conforme bem salientado por Fávero:

[...] a relevância da família apontada no plano sócio-jurídico e na agenda das políticas públicas e sua centralidade na vida das pessoas enquanto lugar de afeto e rede de proteção não garantem, todavia, que elas possam cumprir seu papel junto às crianças e aos adolescentes. (Fávero *et al.*, 2008, p. 21)

Apesar de a PNAS considerar que a realidade brasileira demonstra existirem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, dentre eles crianças e adolescentes, e que seriam necessários serviços que pudessem oferecer acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Contudo, observa-se que na prática não é isso que acontece, ou quando acontece atua na lógica de atender individualmente, deixando de lado as necessidades coletivas e transferindo para o sujeito a responsabilização pela condição na qual se encontra, conforme pontua Ferreira:

[...] no que diz respeito especificamente ao desacolhimento institucional por maioria, os serviços socioassistenciais trabalham a partir de uma concepção de *demanda individual* [grifo da autora] e, portanto, desarticulada do território e dos contextos histórico e sociopolítico que a produziu; a partir de casos individuais, e não da coletivização de demandas. Essa concepção de demanda individual, ao responsabilizar o sujeito pelas situações de desproteção e violência às quais está exposto, tende a individualizar as tensões e os conflitos sociais e políticos, localizando-os no sujeito adolescente. (Ferreira, 2017, p. 121)

O Estado intervém por meio das políticas protetivas para assegurar garantia de direito à convivência familiar e comunitária, porém, no que diz respeito à saída de jovens de instituições de acolhimento, após a maioridade, indica que muitos desses jovens ficam expostos à própria sorte. Aspecto este evidenciado nesta pesquisa, já que o sujeito pontuou em suas narrativas que não houve um direcionamento para ele e para os demais quando chegavam à maioridade quanto ao momento da saída da instituição, que não existiu suporte dos serviços socioassistenciais. Refere o fato não apenas como desconfortável para si, mas como desamparo, também, para os demais colegas da instituição com os quais se relacionava:

Depois que eu saí, pelo que me lembro, a assistente social apareceu uma ou duas vezes, e só. [...] E esses casos que eu citei agora, por exemplo, eu acho que se tivesse um acompanhamento, nossa, iria mudar totalmente. [...] A questão de conversar e tentar entender cada caso, não seguir uma apostila.

Durante o IV Seminário sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento realizado pelo Neca, em dezembro de 2017, houve a participação de 46 adolescentes que vivem ou viveram em acolhimento institucional, de diferentes regiões do país. Na ocasião, puderam relatar suas experiências de passar por instituições de acolhimento e expressaram suas opiniões em grupos menores e depois uma síntese em exposição gráfica e verbal. Seguem alguns recortes de trechos de suas falas:²⁵

[...] O adolescente é esquecido no sistema. Já que tirou da família, por que não ajuda a colocar lá, de novo? [...] Adolescentes querem mais participação na política sobre os acolhidos. Como se fala do jovem sem a opinião deles? [...] Muitas leis são criadas e muitas coisas exigidas, e nada é perguntado ao adolescente, se concorda ou não.

[...] É preciso melhorar a seleção e a capacitação para os educadores. Os educadores também precisam de psicólogos, não só os acolhidos. Os educadores precisam ter paciência para trabalhar com os acolhidos. Educadores precisam aprender a se comunicar melhor.

[...] Psicólogo não deve ser o profissional que fica atrás do computador fazendo relatórios e planilhas. O profissional não precisa só de formação acadêmica, mas de disponibilidade para escuta.

²⁵ Informação verbal fornecida por adolescentes participantes do IV Seminário Qualidade dos Serviços de Acolhimento, em São Paulo, em dezembro de 2017.

[...] Deveria ter aumento das políticas de apadrinhamento e adoção para crianças mais velhas. [...] Quando adota uma criança pequena, o adulto só ensina, ao adotar uma criança maior ou um adolescente o adulto, além de ensinar, pode aprender.

[...] Que o acolhido possa escolher um profissional ou uma pessoa de referência para dar um suporte. [...] Deve agregar máximo número de amigos para garantir uma rede de apoio.

[...] Que o adolescente possa ter o direito de errar e que a instituição não feche a porta para ele.

[...] É preciso que alguém ensine o adolescente a usar o dinheiro de forma satisfatória. [...] Que possa ter um benefício em dinheiro para saber lidar com o dinheiro e não ter prejuízo lá na frente. [...] Tem que ajudar o adolescente a eleger prioridades relacionadas a parte monetária [...] Deve aprender na prática a noção de negociação no ato de uma compra. [...] Que possa participar das atividades de compra do dia a dia [...] Adolescente tenha um tutor para auxiliar na vida profissional. [...] Que o adolescente possa ter acompanhamento com psicólogo para preparar para a vida lá fora.

[...] A escola deve saber ouvir e conhecer a história do adolescente. Abrigo deve conversar com a escola.

[...] É importante que o adolescente encontre pessoas que acreditem nele e que não desistam dele. [...] No momento da saída, eu perdi o chão.

Sobre esse aspecto de desproteção a que está exposto o adolescente ao sair do serviço de acolhimento, após a maioridade, Ferreira (2017), traz a seguinte concepção:

No que concerne aos adolescentes, não estar ou estar pouco referenciado a uma família, ou ainda, não ser reintegrado à convivência no ato de desacolhimento, bem como o próprio alcance da maioridade [...] implicarão no adolescente não ser cuidado, protegido pela política socioassistencial, *não ter seus direitos garantidos* por essa política. Nesses casos, a política corre o risco de reproduzir a compreensão de que as situações de desproteção consistem em responsabilidades pessoais (concebidas numa perspectiva *familiarizante ou individualizante*); compreensão esta que essa política justamente procura combater, tendendo, assim, não à garantia de direitos e proteção, mas à exposição do adolescente a situações de desproteção e violência e, em última instância, ao *abandono*. (Ferreira, 2017, p. 186)

Pesquisa realizada sobre o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento entre 2009 e 2010, Assis; Farias (2013), identificam a existência de algumas das ações voltadas para o desligamento por

maioridade e os tipos de auxílio mais frequentes, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 2: Ações voltadas para o desligamento da instituição de acolhimento

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Avaliação das condições sociais e psicológicas para o desligamento	63,0%
Promoção de vínculos com parentes e amigos que possam apoiar o adolescente	60,5%
Qualificação profissional	56,02%
Colocação em trabalho remunerado	53,0%

Quadro elaborado pela pesquisadora, com base no levantamento nacional de 2013, das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento realizado entre 2009 e 2010.

Conforme os resultados da pesquisa, as ações para desligamento por maioria foram citadas por 43,3% dos serviços, sendo realizadas pela própria unidade, por serviços externos ou por ambos.

Quadro 3: Tipos de auxílio mais frequentes

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Acompanhamento social	79,0%
Visitas domiciliares	73,0%
Encaminhamentos para emprego	71,08%
Apoio material	60,8%
Apoio psicológico	60,6%
Qualificação profissional	56,9%

Quadro elaborado pela pesquisadora, com base no levantamento nacional de 2013, das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento realizado entre 2009 e 2010.

Com relação às ações pós-desligamento por maioria, os resultados indicam que tais ações não ocorram em quase metade dos serviços (49,1%).

Outros dados da referida pesquisa demonstram que nos casos de SAI, que só atendem crianças, 11,2% do total da amostra realizavam apenas o desligamento por reintegração familiar ou por troca de SAI. Do total da amostra, cinco serviços relataram não realizar ações voltadas para o desligamento, ou realizá-las de forma precária ou não planejada. São serviços do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Dois grupos, um do Nordeste e um do Sudeste afirmaram que conversam com os adolescentes sobre seu desligamento como forma de prepará-los para a saída do serviço. Todos mencionaram algum tipo de acompanhamento pós-desligamento, em geral por cerca de seis meses, com seguimento do Juizado da Infância e da Juventude mediante relatórios emitidos pelos SAI. Um dos elementos dificultadores referenciados pelos serviços diz respeito à falta de recursos, em especial de profissionais para a realização de um acompanhamento mais próximo, como visitas da equipe técnica às famílias. Outro aspecto relevante refere-se ao acompanhamento pós-desligamento; os entrevistados na pesquisa consideram que o acompanhamento depende da receptividade da família, em decorrência do vínculo criado com o serviço. Algumas equipes relataram não existir um protocolo para este tipo de atividade, uma vez que se entende que ela não é papel da unidade, mas do juizado. As equipes mencionam a importância de ter parcerias para o acompanhamento das reintegrações, por exemplo, com o Conselho Tutelar. Os Serviços de Acolhimento consideram que o acompanhamento não deve ser de sua exclusiva responsabilidade.

A pesquisa demonstrou que os trabalhos de desligamentos planejados ocorrem de forma isolada em algumas regiões do país:

Na região Norte foi relatado um trabalho de desligamento planejado sob duas vertentes: uma que valorizava a convivência familiar e afirmava a importância do afeto; outra, direcionando-se sobretudo àqueles que estão perto de atingir a maioridade, efetivando sua inserção em atividades de capacitação para o mercado de trabalho. Uma equipe do Nordeste citou algumas estratégias de acompanhamento pós-desligamento, como telefonemas, convites à família para participação em eventos e passeios, e comemoração do aniversário da criança e do adolescente na unidade.

Alguns serviços citam a preocupação em inserir o adolescente em estágios – remunerados ou não –, para que ele se aproxime do mercado de trabalho e tenha como se manter financeiramente ao sair do serviço. Técnicos de SAI da região Sudeste levantam a questão

de que muitos não têm para onde ir ao completar dezoito anos. (Assis; Farias, 2013, p. 149)

Ao discutir a efetividade dos serviços socioassistenciais no que se refere ao desacolhimento por maioria, Ferreira menciona:

Como pudemos observar e, no caso específico do processo de desacolhimento por maioria, os serviços socioassistenciais trabalhavam predominantemente, a partir de uma política de atendimento – daquele que chega; daquele que formula um pedido de atendimento explícito –, e não de cobertura de demanda, dificultando o reconhecimento desse processo de desacolhimento como demanda de trabalho da rede de cuidados territorial, bem como suas intensidades. Como exemplo, destacamos a dificuldade de parte dos serviços territoriais em reconhecerem a exposição dos adolescentes recentemente desacolhidos a situações de desproteção e violência, apesar de essas situações serem de conhecimento de diversos profissionais dos SAICAs [...]. (Ferreira, 2017, p. 99)

Isto posto, podemos nos perguntar, então, no caso dos adolescentes que permanecem na instituição de acolhimento até a maioria, quais são os direitos garantidos após o desacolhimento?

Parece haver uma incongruência entre o que está previsto nas políticas públicas e o que é realmente efetivado como direito.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)²⁶ é mais um instrumento que visa a integrar as diversas políticas, programas e projetos, além de prever serviços e apoios sociofamiliares para promoção e defesa ao direito à convivência familiar e comunitária. O documento prevê a necessidade de um conhecimento aprofundado em relação à situação familiar de crianças e adolescentes e, nesse sentido, reconhece que a família, ainda que diferente da idealizada por todos, pode ser o lugar adequado para a permanência da criança.

²⁶ Elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com base nos “Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária”, elaborado pela Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, criada pelo decreto presidencial de 19 de outubro de 2004, e contribuições advindas da Consulta Pública realizada sobre a “versão preliminar”, no período de 1º de junho a 31 de julho de 2006.

Parte do princípio de que novas configurações familiares podem ser estabelecidas com base no estabelecimento de vínculos afetivos. Além disso, considera a família e a comunidade como referências fundamentais na constituição da identidade desses sujeitos e amplia a concepção de família ao considerar que a mesma pode ser pensada como um grupo de pessoas unido por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade.

Em 2017 o Ministério do Desenvolvimento Social publicou um Caderno denominado “*Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*”, a partir de uma pesquisa exploratória. O material é destinado a profissionais e gestores que atuam nas redes de equipamentos disponibilizados pelo Suas, no intuito de que haja uma reflexão sobre a possibilidade de desenvolver novas práticas, mais adequadas no que se refere ao fortalecimento das relações no âmbito da família e da comunidade. O que esse material traz de importante para a presente pesquisa diz respeito à perspectiva teórica adotada para fundamentar a concepção de convivência e fortalecimento de vínculo, pautada no referencial teórico de meu Núcleo de pesquisa Nexin. Parte da concepção de Vygotski de que só é possível conhecer o mundo e atuar sobre por meio das relações sociais e da filosofia de Espinosa, da forma como é trabalhado por Sawaia (2009), utilizada pela Psicologia Social sob a ótica de Sawaia, que por meio dos encontros as pessoas têm a capacidade de afetar e de serem afetadas. Nesse sentido, o material enfatiza a importância das emoções/afetos na atividade humana e, portanto, tal concepção poderá ser considerada uma ferramenta de trabalho nas políticas sociais.

No nosso entendimento, a importância do material supramencionado não está no fato de ser um Caderno que instrumentaliza e orienta os trabalhadores do Suas, mas sua relevância está em trazer para o debate da assistência social uma concepção de convivência e fortalecimento de vínculos, para além das concepções legais, em torno de um eixo moral, mas que amplia horizontes para pensar afetividade como possibilidade de ser introduzida na vida social coletiva.

Não podemos desconsiderar que ocorreram avanços no que se refere às políticas e programas destinados a crianças e adolescentes. No entanto, ainda há muito para avançar quando consideramos a questão do acolhimento institucional

como uma prática tão recorrente, e a prática do abandono como uma instituição presente no cotidiano nacional.

Claramente estamos num momento de crise no país. Sem entrarmos nas particularidades de aspectos éticos e políticos, sabemos que novas leis estão sendo aprovadas, indicando retrocesso frente às pequenas conquistas. E como não poderia deixar de ser, mais uma vez a criança e o adolescente, que vivem em situação de risco, têm as diretrizes de suas vidas decididas por aqueles que votam as leis.

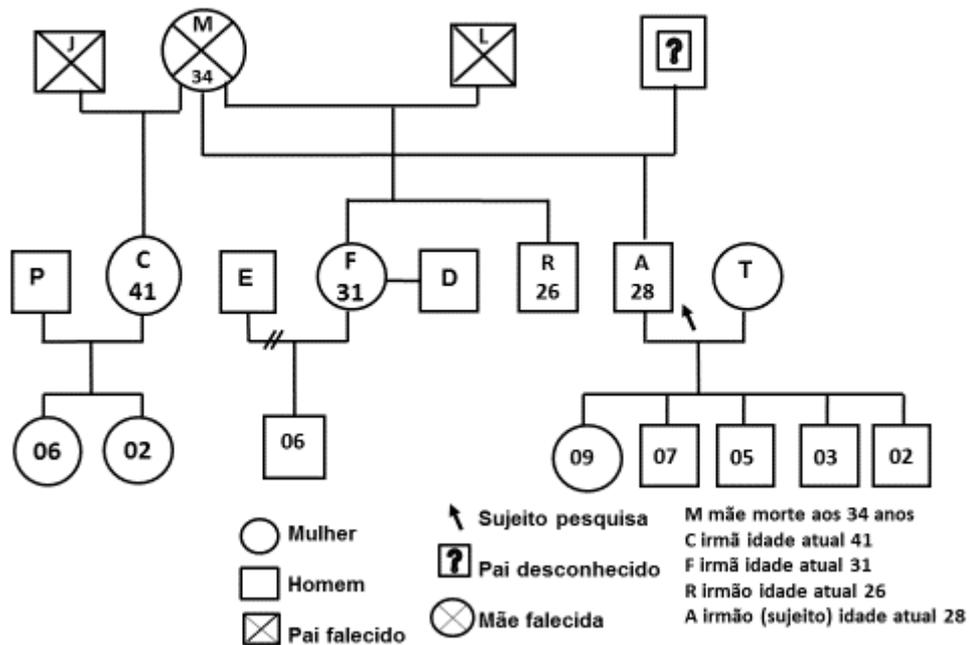
Está em tramitação o projeto de Lei nº 5.850 de 2016, que “simplifica e acelera” os procedimentos para adoção de crianças e adolescentes. Não entraremos em discussão minuciosa do que este novo projeto de lei pode representar para as crianças que vivem em acolhimento institucional e para suas famílias. Mas há uma importante possibilidade de que as famílias em situação de risco sejam mais uma vez penalizadas, já que as destituições ocorreram mais rapidamente. Da mesma forma, as crianças em processo de adoção terão o direito reduzido de tempo para o estágio de convivência com os adotantes. Outra questão é que são mencionadas apenas diretrizes para a saída da instituição de acolhimento para fins de adoção. Nada é mencionado sobre a questão da saída da instituição de acolhimento por maioria. Ou seja, o jovem, que após anos de institucionalização é convocado a participar da “convivência familiar e comunitária”, com seus próprios recursos, sejam eles financeiros ou emocionais, não é colocado como prioridade na agenda de discussão das políticas públicas.

5 - A PROCESSUALIDADE DA CONVIVÊNCIA INSTITUCIONAL E FAMILIAR

Ao adentrar nesse campo de pesquisa, cujas trajetórias de vida são complexas, perguntava-me como iria apresentar o caso estudado, de forma a demonstrar a experiência vivida e, ao mesmo tempo, refletida teoricamente no que apresentam de comum e de singularidade. Foi assim que, entre outros recursos, emergiu a ideia de começar utilizando um genograma, a fim de facilitar a compreensão da família por meio da questão intergeracional. Segundo McGoldrick, e Gerson (1985), o formato do genograma permite colher informações em pelo menos três gerações, e essa dimensão geracional representa a família no tempo. Ao utilizar esse recurso pode-se considerar que há destaque para duas dimensões: horizontal, referente à vida presente da família, e vertical, referente à sua história (Marques, 2001).

O genograma foi construído a partir da narrativa dos membros da família entrevistada e das anotações e memórias do período em que atendi ao caso. As informações foram organizadas de forma a obter um panorama inicial sobre relações existentes, elementos significativos e/ou estressores ao longo do percurso de vida familiar. Para melhor compreensão do genograma foi utilizada uma legenda e também uma breve descrição dos eventos mais relevantes que auxiliaram na posterior análise do caso.²⁷

²⁷ Os nomes utilizados na descrição do caso são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados. As demais pessoas que aparecem nos relatos serão referenciadas pelas iniciais, apenas.



Maria, mãe do sujeito da pesquisa, teve um relacionamento com João, com quem teve uma filha, Cristina. Após três anos do nascimento de Cristina, João retornou para Lisboa, sua cidade de origem, e o casal se separou. Dois anos após a separação de João, Maria conheceu Lucas. Desse novo relacionamento nasceram dois filhos: Fabiana e Ricardo. Quando Fabiana estava com três anos de idade, Maria teve um novo relacionamento, com Antônio, com quem teve um filho, Alexandre (sujeito da pesquisa). Cerca de um ano e meio depois, Maria teve seu segundo filho com Lucas, Ricardo. Aos 34 anos de idade Maria morre de infarto, em agosto de 1994, e deixa os quatro filhos, na ocasião Cristina (16 anos de idade), Fabiana (sete anos de idade), Alexandre (quatro anos de idade), e Ricardo (dois anos de idade), sendo os três últimos sem paternidade reconhecida.

Atualmente, Cristina, a irmã mais velha, está casada com Paulo e dele tem duas filhas, com seis e dois anos de idade, respectivamente. Fabiana, a segunda irmã, reside com Diego e um filho de seis anos de idade, fruto de relacionamento anterior, com Eduardo. Alexandre, sujeito da pesquisa, está casado com Taís e mora com a esposa e cinco filhos, sendo uma menina, fruto do primeiro casamento de Taís, e quatro meninos, com sete, cinco, três e dois anos de idade, respectivamente. Ricardo, o irmão caçula, atualmente tem paradeiro desconhecido, porém, de acordo com o relato dos irmãos, não tem filhos e não é casado.

Desde a morte da mãe, até o presente momento, a vida dessa família foi marcada por idas e vindas dos dois irmãos menores, entre a convivência com familiares, o acolhimento institucional, e a saída da instituição de acolhimento. Como foi mencionada, a história de vida do sujeito Alexandre, atualmente com 28 anos de idade, será o foco de estudo nessa pesquisa.

[...] o tempo é um elemento de conhecimento ao mesmo tempo empírico e incontornável. Elementos como sequência, duração, *timing* ou tempo são características fundamentais dos fenômenos sociais, e é importante considerá-los nas pesquisas teóricas e empíricas. Assim, a quase totalidade dos fenômenos estudados pelos pesquisadores se caracteriza por uma dimensão temporal; este é explicitamente o caso quando nos interessamos pelas histórias de vida dos indivíduos em sociologia [...]. Safi (2015, p. 253)

Portanto, além do genograma, análise de prontuário, entrevistas com o sujeito e sua família foi elaborado o Quadro 1, a seguir, no qual consta a trajetória de convivência familiar e institucional de Alexandre, desde o falecimento da mãe, perpassando pelos momentos de vivência institucional e em família, até sua saída da instituição de acolhimento e o atual contexto em que vive. Para cada etapa buscou-se evidenciar as principais lembranças e os sentimentos que o sujeito trouxe em suas narrativas.

Quadro 4 - Trajetória de convivência familiar e institucional

PERÍODOS DA TRAJETÓRIA	PESSOAS COM AS QUAIS MANTINHA RELACIONAMENTO	IDADE DE ALEXANDRE	PERMANÊNCIA DO RELACIONAMENTO	CONTEXTO SITUACIONAL	LEMBRANÇAS E/OU SENTIMENTOS
De novembro de 1990 a julho de 1994	Mãe e irmãos	0 a 3 anos e 8 meses	3 anos e 8 meses	Residindo com mãe e irmãos	Poucos <i>flashes</i> de cenas isoladas que se confundem com sonhos
De agosto de 1994 a março de 1998	Dois irmãos mais novos, Alexandre e Ricardo juntos, e familiares	3 anos e 9 meses a 7 anos e 4 meses	3 anos e 7 meses	Dois irmãos, Alexandre e Ricardo residindo com tio materno, tia e primo	Brincava a maior parte do tempo com o irmão e recebia visita dos tios; era divertido, não havia amor; era cuidar por obrigação
De março de 1998 a setembro de 1998	Dois irmãos mais novos, Alexandre e Ricardo juntos e pessoas da primeira instituição	7 anos e quatro meses a 7 anos e 10 meses	6 meses	Primeira instituição de acolhimento	Funcionários eram frios, eram feitas orações antes das refeições; não tinha privacidade; não tinha afeto

De setembro de 1998 a 2º semestre de 2000	Dois irmãos mais novos, Alexandre e Ricardo juntos e familiares	7 anos e dez meses a 10 anos e 4 meses	2 anos e 6 meses	Dois irmãos, Alexandre e Ricardo residindo com tia materna, tio, primo e duas primas	Não sentia que recebia muita atenção da tia, tinha mais atenção do tio; tios e primos trabalhavam e tinham pouco tempo; coisas materiais e alimentos não faltavam, faltava afeto
2º semestre de 2000 a 1º semestre de 2003	Irmãos mais novos se separam: Ricardo permanece com a tia e Alexandre passa a residir com duas irmãs e cunhado	10 anos e quatro meses a 12 anos e 8 meses	3 anos	Alexandre, residindo com suas irmãs Fabiana, Cristina e o marido de Cristina	Começo irmã era amorosa, fazia carinho; ficava de castigo, apanhava; perderam a paciência muito cedo; pouca disposição para levar os cuidados adiante. Sentiu-se ser descartável, como algo que apresenta um defeito. <i>"Desistiram de mim"</i>
De julho de 2003 a meados de 2005	Alexandre e pessoas da Instituição de acolhimento	12 anos e 8 meses a 15 anos	2 anos e 6 meses	Primeira vez na segunda instituição de acolhimento	Sentia-se ouvido, coisa humanizada; <i>"Se preocupavam de verdade comigo"</i> . Acolhido com afeto pelo abrigo; faltava liberdade; tristeza, esquecido e abandonado pela família
De julho de 2005 a início de 2007	Alexandre, Fabiana, amiga de ambos, e companheiro de Fabiana	15 anos a 16 anos e 3 meses,	1 ano e 7 meses	Alexandre sai da Instituição e vai morar com Fabiana	Período conturbado. Começou a beber nessa época; sentiu-se trocado pelo companheiro da irmã; faltava muito na escola; não se sentia ouvido; sentimento de mágoa; faltava afeto
De fevereiro de 2007 a início de 2009	Alexandre volta para a instituição de acolhimento	16 anos e 3 meses a 19 anos	2 anos e 9 meses	Segunda vez na segunda Instituição de acolhimento	Não esperava mais nada da família; maior apego aos dirigentes e funcionários da instituição; sentimento de que a instituição era sua

					casa; início da fase adulta
2009	Alexandre, dirigente da instituição e esposa do dirigente da instituição	19 anos	6 meses	Mudança de casa: Alexandre com dirigente da instituição e esposa do dirigente	Recebia afeto das pessoas com as quais morava; mais liberdade; preocupações de adulto
2009	Alexandre	19 anos	Entre 4 e 5 meses	Mudança de casa: Alexandre mora sozinho	Liberdade; preocupações de adulto; mantinha relações de afeto com pessoas da instituição e com amigos de fora da instituição
Segundo semestre de 2010	Alexandre passa a morar com Taís (atual esposa)	19 anos	Até o presente momento	Alexandre, Taís e filha, de nove meses, fruto do primeiro casamento de Taís	Estabelecimento de relação estável com Taís; preocupação da vida adulta; ficava triste se faltava dinheiro; sentimento de felicidade; até as brigas do casal, quando ocorriam, eram boas
Abril de 2011	Alexandre, Taís, M, filha de Taís e B	20 anos e 5 meses	Até o presente momento	Nascimento do primeiro filho do casal, B	Reaproximação com as irmãs e de uma prima; aumento de responsabilidades; não tinha muito tempo para pensar no que sentia; o tempo para resolver problemas; tinha momentos de alegria
Entre 2011 e 2013	Alexandre, Taís, M, filha de Taís, B, casal de cunhados, V e R e duas crianças, filhos do casal	23 anos	Até o presente momento	Mudança de casa	Muitas brigas entre o casal; época tenebrosa, pois com filho recém-nascido teve que mudar para a casa dos cunhados; sentimento de ser acolhido pelas pessoas num primeiro

					momento; faltava privacidade
Dezembro de 2013	Alexandre, Taís, M, filha de Taís, B, E, casal de cunhados, V e R e duas crianças, filhos do casal	23 anos e um mês	Até o presente momento	Nascimento do segundo filho do casal, E	Relação com os cunhados começou a se desgastar; aumentou a falta de privacidade; no começo era alegria, depois se transformou em frustração, raiva, decepção, a maior parte do tempo. Sentimento de ter sido traído quando soube da nova gestação da esposa, pois não foi planejada; ódio; angústia; raiva; faltava dinheiro
Primeiro semestre 2014 a dezembro de 2014	Alexandre, Taís, M, filha de Taís, B e E	24 anos	Até o presente momento	Mudança de casa: foi morar próximo à irmã Fabiana	Começando a trabalhar como autônomo; novo começo; ajudava o cunhado com atividade de transporte e também como garçom em buffet infantil; compra do primeiro carro; época boa, se sentia alegre; surgiram conflitos no local onde foi morar, com o proprietário da casa que havia alugado
julho de 2015	Alexandre, Tais, M, B, E e C	24 anos e 8 meses	Até o presente momento	Mudança de casa e nascimento do terceiro filho, C	Sentimento de ter sido traído quando soube da nova gestação da esposa, pois não foi planejada; faltava dinheiro; ódio; angústia; raiva
janeiro de 2017	Alexandre, Tais, M, B, E, C e J	26 anos e 2 meses	Até o presente momento	Mudança de casa e de município. Foi morar próximo à casa da sogra. Nascimento do quarto	Sentimento de tristeza; no começo tudo parecia que seria melhor que em SCS, mas realmente não foi

				filho, J.	
Início de 2018	Alexandre, Tais, M, B, E, C e J	27 anos e 3 meses	Até o presente momento	Mudança de casa e de cidade	Sentimento de tristeza; independentemente da localidade, várias coisas não mudam. Ficam melhores por um tempo sim, dando a falsa impressão de mudança. Mas depois de alguns meses tudo volta a ser como era.

Quadro elaborado pela pesquisadora com contribuições adicionais do sujeito da pesquisa.

Considera-se que a partir do Quadro 1 é possível que o leitor possa localizar no tempo e no espaço a trajetória de vida familiar e institucional percorrida pelo sujeito da pesquisa. Em situações distintas e oportunas, nesta e na próxima seção, retomaremos ao conteúdo do quadro para analisar o campo relacional estabelecido entre o sujeito e seus espaços de convivência. Num primeiro momento será importante desvelar a história pelas narrativas.

Compreender os processos históricos vivenciados pelos sujeitos envolvidos nessa pesquisa demandou um exercício constante sobre a escuta das narrativas, uma vez que, além de contar com a capacidade das pessoas de reconstituírem seu passado e, ao mesmo tempo, trazer uma interpretação subjetiva sobre esse passado, foi preciso manejo adequado ao lidar com as manifestações de emoções dos sujeitos, quando evocavam à memória situações delicadas e difíceis. Como bem pontua Martinelli:

É indispensável que o pesquisador se disponha a adentrar na narrativa, acompanhando o processo de atribuição de significados, trabalhando com os diferentes tempos da memória, com os diferentes jogos de força presentes em cada momento histórico, dando evidência à forma como se deu essa reconstrução a partir da perspectiva do sujeito. Martinelli (2015, p. 5)

Não há pretensão de elucidar a trajetória dos sujeitos, almejando generalizações sobre a situação ideal, dentro de um modelo heurístico, seja de acolhimento institucional e de convivência familiar, mas, acima de tudo, buscar compreender a realidade social inserida num processo histórico de constante

transformação, a partir das narrativas construídas num espaço de subjetividades que se materializam nas relações desenvolvidas entre pesquisador e pesquisado.

Muitas foram as falas, os silêncios, os sorrisos, as emoções trazidos por diferentes pessoas que ajudaram a reconstruir a sequência dos acontecimentos que compõem a história que se procura tecer aqui. A memória da pesquisadora também foi importante aliada nesse processo. Em várias ocasiões os sujeitos davam continuidade às narrativas após a confirmação de que a pesquisadora se recordava de alguns fatos.

As relações com a família de origem marcada por rupturas e abandono

Continuamos a exposição, agora, partindo da narrativa de Cristina e de Fabiana, as duas irmãs mais velhas de Alexandre, sobre o contexto da morte da mãe, Maria. Conforme relata Cristina, após a morte da mãe, os tios maternos se reuniram e decidiram com quem ficaria cada criança. Cristina foi morar com uma das tias, Fabiana foi morar com outra tia, e os dois outros irmãos, Alexandre e Ricardo foram morar com um dos tios, que apesar de não ter participado da reunião, manifestou interesse, por telefone, em ficar com as crianças. Cristina faz menção a esse momento, no decorrer da entrevista, com a seguinte fala:

Vou falar desde o início para você ter como base... Minha mãe teve dois casamentos, na verdade, nunca se casou. Ela morou junto com dois, com esses dois homens. O primeiro foi meu pai, ele era de Portugal. Hoje já é falecido, mas ele era de Portugal na época, de Lisboa. E... veio para cá no Brasil a passeio e aí foi prorrogando o visto aqui no Brasil. Ao todo ele ficou cinco anos aqui. E durante esses cinco anos, ele conheceu minha mãe, namoraram e minha mãe engravidou de mim. E quando eu estava com quase três anos ele precisou ir embora para Portugal. Minha mãe não quis ir com ele. E ficamos eu e minha mãe aqui com a minha avó. Minha vó era viva, tal e ficamos nós três. Quando eu tinha mais ou menos cinco anos minha mãe conheceu o pai do Alexandre, do Ricardo e da Fabiana, o "L". E aí foram morar juntos. Quando eu estava com dez anos, já, cinco anos que a minha mãe estava com o "L", a Fabiana nasceu e depois quando eu estava com 13, o Alexandre, e quando eu estava com 15, o Ricardo. Também não deu certo ela morar junto com o "L". Se separaram e quando eles se separaram a gente morava em "SCS", e o Ricardo estava com um ano e meio nessa época. E aí ele

foi embora e, desde então, eu nunca mais vi o “L”. Não sei se está vivo ou se está morto. Mas na época em que eles se separaram, logo depois, acho que mais ou menos uns seis meses, foi bem rapidinho, minha mãe morreu. A lembrança que eu tenho é sempre minha mãe trabalhando como empregada doméstica, diarista, e eu trabalhava em loja para ajudar, e os meus irmãos ficavam na creche. Só que depois que a minha mãe morreu, nós fomos divididos. Eu fui morar com a minha tia “M” e aí eu tinha 16 anos. A Fabiana foi morar com a minha tia “R”, na época ela tinha seis anos, quando a minha mãe morreu. O Alexandre e o Ricardo com meu tio “D”, os dois juntos, com meu tio “D”. [...] Fizeram uma reunião, na minha casa mesmo. Quando minha mãe morreu fiquei naquela casa mesmo, só eu e os meus irmãos, por mais ou menos uma semana ainda, só nós quatro. Ali no bairro Fundação mesmo. Aí fizeram uma reunião e decidiram. Não perguntaram nada para nós, lógico né... família não pergunta nada e decide. Minha tia “R”, na época falou: “eu fico com a Fabiana”. E... Meu tio “D” não estava na reunião, mas por telefone ele disse que ficaria com os dois meninos e ele mora... ele morreu hoje, mas minha tia “M” mora em Sumaré. Enfim... e aí eu fui morar com a minha tia “M” em “SCS” mesmo. Em “SCS” mesmo ficou só eu e a Fabiana. [...] Na época meu tio “D” gostava muito de criança, ele tinha um filho moço, então, eu acho que eles estavam querendo realmente criança. Mas contato com os meninos mesmo, não. O Alexandre estava com três anos e o “R” com um ano e meio. E aí depois eu fui morar com a minha tia “M”. Morei com ela até quase 18 anos e depois eu fui morar sozinha. Aí eu fui morar sozinha dois anos. Nessa época eu já estava namorando com o “P”. Já namorava havia um tempinho já, uns oito meses. E aí depois de dois anos morando sozinha eu fui morar com ele.

Cristina permaneceu morando com a tia até uma semana antes de completar 18 anos. Relata que ir morar sozinha, ou sair da casa da tia, não foi por escolha própria. Na ocasião a tia disse que não poderia mais ficar com ela, conforme trecho que segue da entrevista:

[...] Na verdade, faltava uma semana para eu completar 18 anos e ela pediu para eu ir embora. Ela falou assim: “Você vai fazer 18 anos... “ eu lembro na época, era um domingo. Ela me chamou no domingo e falou assim: “olha “G”, minha família me chama por esse apelido... Domingo que vem você completa 18 anos e eu não posso mais ficar com você”. Na verdade, minha tia “M” tinha medo de eu engravidar; se eu em engravidasse na casa dela, ela iria ter que arcar com a situação. E aí ela me chamou num domingo e falou que eu teria só mais uma semana para ficar naquela casa. Como era domingo, eu corri para a casa da “V”, minha amiga, e conversei com ela. E a “V” já me apresentou a dona F”, tudo no mesmo dia. E aí a

dona “F” me acolheu; a família toda me acolheu e fiquei lá por quase dois anos. E o “P” (namorado na época e atual marido) sempre falando vem morar comigo. Só que ele morava com a mãe dele na época... e eu não, não, muito cedo ainda. Eu com vinte anos, quase vinte anos...

Ao mencionar lembranças sobre a convivência com a mãe e com a morte da mesma, a outra irmã, Fabiana, refere que:

Porque o erro vem da minha família, começou deles. Eles não souberam resolver a situação, porque eles não são próximos. Nenhuma das irmãs da minha mãe eram próximas, nenhuma delas. Eu me lembro bem no dia do enterro da minha mãe, uma tia minha disse assim: “Bom, já enterramos o problema, o que vamos fazer com o que sobrou?”. Essas palavras, foram essas palavras. [...] O erro vem deles. O erro surgiu com eles, com a minha mãe. Eu acredito, eu acredito não, eu tenho certeza, o erro foi da minha mãe. Se ela era uma pessoa que não tinha estrutura psicológica, que não teve... também não sei a educação que ela teve, porque também não conheci minha vó... mas poxa vida, nas condições que se vivia, quatro filhos? Ela não conseguia cuidar nem dela, que dirá de quatro!

[...] São poucas, mas eu tenho. A lembrança que eu tenho da minha mãe é assim: algumas coisas, a minha irmã me contou, de quando eu era pequena e dos meus quatro anos em diante, eu lembro. Eu me lembro o dia em que o Alexandre nasceu, que o Alexandre chegou na minha casa. Mas por exemplo, eu não consigo lembrar da minha mãe grávida. Por quê? Porque ela não ficava em casa. Quem cuidava de mim era a Cristina. Eu lembro da minha mãe chegando do hospital e entregando o Alexandre para a Cristina. Aí a minha irmã me conta que nessa época ela cuidava da gente. Ela estudava à noite. Ela tinha acho que 13, 14 anos de idade, e era ela quem cuidava da gente. Nessa fase eu não tenho muita lembrança da pessoa da minha mãe. Eu lembro da minha mãe chegar em casa, um exemplo. Aí mudamos para, nós morávamos em “M”, porque meu pai era de lá e depois nós moramos em “RP” e viemos para cá, aqui na Fundação. Que aí é de onde eu me lembro de mais coisa, eu já tinha uns cinco, seis anos de idade. Era essa mesma coisa, minha mãe acordava, levava o Alexandre e o Ricardo para a escola, me deixava na outra escola. Quando era hora de sair, nunca era minha mãe que buscava, ou era minha tia, ou eram minhas primas, era sempre assim. A minha mãe nunca foi muito presente, ela foi presente a partir do momento em que ela ficou doente, que aí ela não conseguia sair de casa e ela era obrigada a ficar com os filhos dela dentro de casa. A minha família ajudava, um pagava conta de água, conta de luz, outro trazia comida, outro pagava aluguel... é essa a época que eu tenho a lembrança da minha mãe. Minha irmã saía para trabalhar,

voltava, estudava à noite, e só. Eu convivi com o Alexandre e com o Ricardo, assim, que eu me lembre, dois anos.

Fabiana continuou morando com uma das tias. Alexandre e Ricardo residiram por aproximadamente três anos e meio com um dos tios.

Da época em que morava com o tio, Alexandre traz algumas recordações:

[...] fomos para o meu tio “D” e aí do tio “D” fomos para o primeiro abrigo. Na casa do tio “D” eu lembro, a gente morava em um sítio, meu tio era caseiro lá. O Ricardo era bem pequenininho, na época. Eu lembro do tio “J” que mora aqui, de ele levar caixa de leite para nós lá, levar alimento, tudo. Eu lembro que a minha tia “R” deu uma TV para nós, que era usada, única e exclusivamente, pelo meu primo. Eu lembro até hoje porque ele gostava muito de Cavaleiros do Zodíaco, um desenho. E ele tinha fita, tinha armadura, tinha não sei o que, não sei o que lá e não podia relar. [...] E assim, a gente não tinha brinquedo, eu tinha uma sanfoninha, que foi minha tia “R” que deu e eu tive ela até aqui com a Cristina, até aqui na Cristina, eu tive e só. De brinquedo era só. E o resto a gente brincava na lama, lá. O “R” (primo), não. O “R” tinha tudo, tinha vídeo cassete, tinha TV lá que era nossa por direito, e tinha tudo. Lá era bem diferente, apesar que, eu lembro que o meu tio “J” falou isso: “se vocês não chamarem a “M” e o “D” de pai e mãe, é simples, eles não respondem”. Então forçaram a gente a chamar de pai e mãe. [...] Porque era criança, na época, então era só adaptação, né. Então a gente chamava de pai e mãe. [...] Eu lembro que tinha quatro cavalos lá, aí uma era a Cigana. A Cigana era uma égua enorme e uma vez o dono do sítio estava lá e aí, eu sei lá, para mostrar alguma coisa eu peguei a Cigana do curral e fui andando pelo sítio. O sítio era mais ou menos assim e ele estava lá na outra ponta, deu um berrão, todo mundo olhou, deu aquele eco e ele falou: “Volta aqui”. Quando eu voltei o bicho pegou também, aí o bicho pegou. Eu lembro que nesse dia também eu caí da Cigana e ela pisou aqui na minha barriga, mas logo que ela viu que era mole, ela tirou a pata, não machucou, nem nada. Mas olha, foi complicado. A gente assim, é terrível para criança, era criança. E quem cuidava da Cigana era eu, eu que colocava o feno e tudo mais, eu me sentia no direito, né. Mas eu não lembro como me sentia, na época. Eu, eu era feliz, mas sem preocupação, mas assim ficar dentro de casa à noite eu não gostava mesmo, eu não gostava. Eu lembro uma vez que a gente estava comendo macarrão e eu não gostei. A gente estava todo mundo na cozinha e ele falou: “Você vai ficar aí até você comer”. Aí ele fechou a porta, apagou a luz e eu tive que comer no escuro. Assim, eu lembro das coisas, a maioria assim era... a coisa boa era a lua, que parecia de dia. A gente saía à noite e parecia de dia e aí eu lembro que tinha um caixotezinho que a gente

brincava lá, como se fosse a casinha da árvore. Então o bom era brincar no sítio. [...] Mas, assim, eu era criança, então...a gente começa a sentir mais quando começa o jogo de empurra, empurra, né. Então vai para lá, vem para cá...

Após esse período de três anos e meio, o tio, alegando doença da esposa, resolveu não ficar mais com os meninos e os colocou na primeira instituição de acolhimento, onde permaneceram por seis meses. Naquela ocasião, Alexandre estava com sete anos de idade, e Ricardo com cinco anos.

Sobre o contexto da ida para a primeira instituição de acolhimento, Alexandre menciona algumas poucas lembranças e relata apenas algumas cenas. Mas não tem lembranças de situações vivenciadas nessa primeira instituição de acolhimento.

E aí eu lembro que a gente morava no sítio, ele era caseiro do sítio e esse sítio ficava em “C”, morava eu, minha tia, o filho dela e o “Ricardo”. Lembro muito bem, do sítio eu lembro bastante coisa sim. Tinha muito cavalo, então tomava várias broncas, porque pegava o cavalo escondido e ia correr, a gente era bem pestinha mesmo. Aí depois disso eu fui para o orfanato. Acho que era um lugar só para meninos [...] É, foi meu tio “D” que colocou, e a esposa dele estava muito doente na época, pelo menos foi essa a explicação que deram.

Em outro trecho, Alexandre diz:

[...] E eu lembro que entregaram no fórum. [...] Aí eu não sei o que aconteceu, mas me colocaram num orfanato, não sei onde fica o orfanato. Eu não lembro, eu não tinha noção, mas eu lembro que era um orfanato. [...] Então, eu nem pergunto, mas isso me confunde. Eu sei que me deixaram no fórum [...], e o dia eu lembro. Eu lembro que uma das assistentes sociais, eu não lembro se foi a “G”, ou não. Eu lembro que tinha um computador e aí eu comecei a brincar no computador e aí eu levei a maior bronca, porque naquela época ninguém tinha papa na língua, né. Então, eu tomei uma bronca do caramba, mas aí no final, ela falou: “Ah, então escreve seu nome aqui”. Então, eu lembro muito bem eu digitando [...] Eu lembro muito bem dessa cena. Eu lembro muito bem o dia assim, eram aquelas portas cortadas ao meio e eu lembro que meu tio ficava do outro lado da porta e eu e o Ricardo aqui dentro e a porta, metade, estava fechada. Então, ele foi embora e nos deixou ali. Isso eu lembro muito bem.

Sobre esse período, logo no início dos atendimentos psicológicos efetuados com Alexandre, em 2003, ele relatou que durante sua permanência na instituição recebia visitas do tio, que lhe levava presentes, roupas, sapatos e brinquedos.

Porém, era norma da instituição não existirem pertences individuais – tudo era de todos. Com isso, as outras crianças também usavam o que Alexandre e o irmão ganhavam. Quando deixaram a instituição não puderam levar seus presentes.

Tal fato corrobora com o modelo de instituição da época, 1998. Naquele momento as instituições, muito mais que hoje, seguiam um modelo que desconsiderava a expressão da identidade do sujeito e reforçava o afastamento da criança de suas referências de pertencimento familiar e comunitário. Apesar de o ECA já estar em vigor à época, e em seu artigo 94 estabelecer a necessidade de preservação da criança e do adolescente, as instituições ainda traziam resquícios da época do Código de Menores e das Instituições totais, em que prevalecia um modelo de massificação e desconsideração da individualidade de cada criança. Os aspectos legais foram instituídos numa tentativa de melhorar as condições das crianças em acolhimento institucional e, apesar de pautado em um modelo higienista sob a égide do Estado, têm-se que reconhecer que surgiram avanços, mas ainda não o suficiente para superar a lógica de segregação e exclusão.

Ao se recordar da época em que os irmãos moravam com o tio e, depois, quando os irmãos foram para a instituição de acolhimento, Fabiana relata:

Aí eu via eles uma vez no ano, mais ou menos. Um ou duas vezes no ano, só isso. Nós íamos lá, porque nessa época o meu tio morava em um sítio, ele era caseiro desse sítio. Então meu tio também não tinha muitas condições financeiras [...] então essa minha tia “R”... eu não vou me recordar se as outras tias ajudavam, mas essa minha tia “R, ajudava, todo mês, com dinheiro, com roupa para eles, com brinquedo, enfim, com tudo que meu tio precisasse ela ajudava.

Colocou eles num orfanato lá. [...] quando ele avisou o resto da família, ele já tinha colocado. Ele primeiro fez e depois falou. Porque, na época, ele alegou que a minha tia estava doente e que minha tia não iria poder mais cuidar deles. Bom, na época, era o que era passado para mim, né...[...] Até esse momento de ele colocar os dois no orfanato e eu ir para o colégio interno, não tinha nada legalizado. Ela morreu num dia, ficamos três, quatro dias na casa ainda com a minha irmã, depois um tio veio pegou um, outro tio veio pegou outro, e levou embora. Só isso.

Após seis meses de permanência da Instituição de acolhimento, uma das tias, R, resolveu solicitar a guarda de Alexandre e de Ricardo e levá-los para morar com ela. Com essa tia, os meninos permaneceram por dois anos e meio. Em uma de

nossas conversas, Alexandre traz em sua fala algumas recordações enquanto vivia com a tia:

[...] eu estava até conversando com a minha prima “P”, que é filha da “R”, esses dias, e eu falei: “Nossa, eu lembro certinho o dia em que eu cheguei na tua casa”. Porque nós ficamos no quarto do meu primo, eu e o Ricardo, porque esticaram um colchonete para nós, o chão era de carpete e aí minha tia chegou e deu um caderninho para cada um e uma lapiseira, muito legal, na época. Era do Looney Tunes, um bagulho enorme assim, um Taz Mania e eu lembro muito bem disso. Então, eu estava conversando com ela sobre isso. Ela me tirou, dizem, né, a história que eu lembro, que na época tinha... eles estavam com esse negócio de criança, vendendo órgão, vendendo para os Estados Unidos, sei lá para algum lugar e chegava lá e tirava órgão das crianças. Passava muito no jornal. Minha prima até hoje fala sobre isso: “Ah, a mãe ficou desesperada e correu para pegar vocês”. E aí o acordo que ela fez foi assim: ela ia tirar eu e o Ricardo do orfanato e a minha tia “M”, que era diretora de escola na época, do “SF” aqui, ela ia ficar com nós o dia inteiro na escola, das sete às seis, e a gente só dormia na casa da minha tia.

[...] eu lembro minha tia perdia a paciência com a gente. Minha tia tinha lojas aqui na “SC”, no Shopping “M”, no Shopping lá da “P”, largava a gente no shopping, tipo assim “só não vai lá para fora”, de resto toca o terror. Era, acho que era o único momento de paz dela. A gente ia para o Play Land, virava o shopping de ponta-cabeça. Nunca a gente fez alguma coisa de errado porque os seguranças iam pegar a gente lá, mas bagunçar nossa, a gente corria para todo lado, para todo lado. Eu lembro que tinha uma loja que só vendia coisa do Snoopy e aí tinha uma TV bem grande na entrada e tinha um banco. A gente estava cansado, sentava lá e ficava assistindo o desenho do Snoopy. Eu lembro, lá no Shopping “M”, eu lembro disso. [...] Então, acho que a “R” se cansou, né. Porque a “R” já, acho que ela já tinha mais de quarenta nessa época. Então ser mãe de novo... com três filhos criados, ser mãe de novo era complicado, né. Porque eram as mesmas atribuições. E aí seu eu não me engano, eu fiquei dois ou três anos com a “R” e aí eu lembro as minhas primas levando na escola, o meu primo levando na escola [...] acho que encheram o saco porque era jovem na época, também, né. Eles saíam bastante isso eu lembro, lembro de ver a minha prima se arrumando todo dia no espelho lá. E eu lembro que o tio “G”, que era casado com a tia “R”, na época, e aí eles brigaram, brigaram, e o tio “G” era um amor de pessoa, era não, é. E nos tratava muito bem, mas muito. Na hora de brigar, brigava, mas nos tratava assim e, inclusive, quando ele foi embora a gente ficou muito chateado [...] Eu lembro, ele tinha um Monza, na época, e ele levando a gente lá no parque “Celso Daniel”

que era outro nome na época. No “Chico Mendes”, também, nossa! Muitas vezes ele levava a gente.

Na casa da tia, contavam ainda com a presença de uma senhora que trabalhava para a tia, como doméstica. Alexandre traz algumas lembranças do cotidiano com essa pessoa, que inclusive brincava com ele e com o irmão.

[...] tinha empregada, e ela cuidava da gente. Eu lembro que ela fazia desenho com a mão, colocava a mão no papel e fazia assim. O nome dela era até estranho, ela chamava E, eu lembro até hoje. E aí, enquanto isso, minha tia ficava girando, né. A gente ia para a escola, voltava, a E estava lá e cuidava de nós. [...] Eu lembro bastante dela, uma por causa do nome engraçado e, outra, porque ela brincava bastante com a gente. Então esse negócio da mão eu lembro até hoje, ela botava lá o sulfite e desenhava, eu lembro disso. Mas, assim, tirando isso, não tinha nada demais, né. Ela não conversava com a gente, nem nada. Estava lá para arrumar a casa. Ela brincava, ela brincava com a gente, sim. Então eu lembro bastante dela por causa disso, por causa do nome e das brincadeiras. Aquela época a gente não pensava nisso, queria saber de brincar, comer e dormir. Dormir não, mentira. Dormir era complicado. Dormir a gente não dormia, se pudesse ficava o dia inteiro na TV, a noite inteira. [...]

Durante o período em que viveram com a tia, Alexandre e Ricardo tinham contato com as irmãs. Em alguns finais de semana, Cristina pegava os dois na casa da tia, na sexta-feira, e os trazia de volta no domingo. Sobre esse período Cristina relata:

[...] Porque, assim, no final de semana... eu aluguei a casa, dois quartos, sala e cozinha, e de final de semana, sexta-feira, para aliviar para minha tia, eu pegava os meninos. E levava de volta no domingo à noite. Porque a gente morava tudo pertinho. Aí na sexta à noite eu pegava os meninos e no domingo os devolvia. E nesses finais de semana...

Transcorridos dois anos e meio, a tia “R”, alegando acúmulo de encargos, em conversa Cristina, decidiu permanecer somente com Ricardo. Alexandre foi morar com Cristina já casada e, na ocasião, guardião de Fabiana.

Ao se recordar dessa fase, Alexandre relata:

[...] eu lembro que me perguntaram: “você quer ir morar com a Cristina”? “Nossa, eu quero, eu quero”. O Ricardo, também: “eu quero, eu quero”. Mas aí, no final, acabou sendo só eu.

De acordo com Cristina, solicitar a guarda de Alexandre foi uma decisão que tomou junto com o seu marido, Paulo.

[...] o Ricardo era mais novinho, não falava muita coisa, não. Mas o Alexandre por ser um pouquinho maior, ele falava que queria morar com a gente. E o Paulo e eu sempre falávamos: “não, fica com a tia que é melhor, tal, você tem mais condições com a tia... Só que chegou uma hora que o Paulo me disse: “Cristina, mas ele não está feliz, ele não está feliz”. Bom, então, Paulo, o que que você acha? Paulo: “vamos ficar com o Alexandre, vamos ficar com o Alexandre, sim”. E aí nós... foi a única vez que a gente decidiu, então vamos sim. [...] Então, nós pegamos o Alexandre. Fomos no juiz, pegamos a guarda da minha tia, tudo certinho, foi uma decisão nossa. E aí ele ficou conosco só três anos [...]

A permanência na casa da irmã Cristina durou três anos, entre 2000 e 2003. Surgiram alguns problemas na convivência com a irmã e seu marido, e, então, ambos procuraram o poder judiciário e decidiram colocar Alexandre em uma Instituição de Acolhimento.

Primeiro contato com a pesquisadora

Foi nesse contexto que Alexandre chegou para acompanhamento psicológico, em junho de 2003, por intermédio da assistente social do fórum, com pedido de atendimento. Seus atuais guardiões estavam querendo entregá-lo a uma instituição de acolhimento. Na ocasião, Cristina e o marido alegavam que Alexandre vinha apresentando comportamentos difíceis de adaptação e integração à família: não acatava normas, não se interessava pelos estudos (não comparecia às aulas e frequentava diariamente *lan houses*). Além disso, passou a ficar com dinheiro de troco de compras que efetuava para casa, além de passes de ônibus (sic).

Pelos relatos e memórias, Alexandre parece testar todas as medidas de segurança, regras e disciplinas. Segundo Winnicott, ao discutir sobre a família e o desenvolvimento emocional:

[...] Os adolescentes [...] Carregam consigo um sentido de segurança que é a todo momento reforçado pelos testes que aplicam aos pais, aos familiares, aos professores e colegas e a toda pessoa que conhecem. Tendo encontrado todas as fechaduras trancadas, procedem a destrancá-las e a abrir as portas; e repetidamente lançam-se para fora. Por que cabe ao adolescente empreender tais testes? A resposta parece ser que os adolescentes começam a encontrar em si próprios uma nova gama de sentimentos fortes e até

amedrontadores, e desejam verificar se os controles externos ainda estão de pé. Mas, ao mesmo tempo, querem provar serem capazes de romper esses controles e estabelecer a si próprios como pessoas autônomas. (Winnicott, 2005, p.47)

Ao se recordar dessa época em que começou a frequentar lan house, ainda quando morava com Cristina, Alexandre contou:

É, até tem uma história engraçada. A Cristina me deixou trancado dentro de casa, esqueceu que eu estava trancado dentro de casa dormindo e aí eu falei: “Não vai dá para eu ir na R, psicóloga”. Aí ela falou: “Que pena, não sei o que, desculpa”. Falei: “Fica sossegada, tudo certo para mim”. Eu pulei o telhado de casa e fui para a lan house (risos).

[...] Mas aí desde essa época eu conhecia esse rapaz e a gente era superamigo. [...] É, foi bem assim, eu lembro: “Ele estava descendo com um grupo de amigos, ele mais dois, aí eu tinha um tempo na lan house [...] Aí eu falei: “Oi, beleza”. “Beleza, não sei o quê.” “Vocês não querem jogar, não?” Ah, jogar? Vamos aí.” Aí entramos os quatro na lan house e jogamos. E a partir daí a gente começou a ser amigo. E aí a gente matava aula junto e aí teve uma época em que a mãe dele ia atrás de nós. Porque eles moravam aqui no comecinho da rua “MC”. Tem uma travessinha que vai lá para a rua “SC”. Então ele morava naquele prédio. Ela saía dali e ligava para a Cristina: “Onde está o Alexandre, não sei o quê?” “Ah, deve estar com o “R” (amigo), eu vou procurar”. Aí ela saía igual uma louca e ia em cada lan house de “SC” e achava a gente. Então, aí a gente se aproximou bastante, né. Aí quando eu fui para a Casa Lar, eu perdi o contato.

Aproximadamente um mês após o início dos atendimentos psicológicos, Alexandre foi para a instituição de acolhimento. Algumas tentativas foram feitas para conversar com Cristina e verificar outras possibilidades de encaminhamento que não fosse a ida do irmão para a instituição, mas Cristina parecia irredutível e não houve possibilidade de intervenção nesse sentido. Durante os atendimentos ficava evidente o sentimento de raiva de Alexandre em função da decisão da irmã. À época dizia que não gostava de ir aos atendimentos e pouco falava sobre suas emoções. Mostrava-se com um semblante sério, sem esboçar um sorriso, e mantinha-se cabisbaixo, com parte do rosto encoberta pelos cabelos. Somente com o passar do tempo Alexandre conseguiu olhar para a terapeuta e sinalizou que haveria alguma possibilidade de estabelecer algum vínculo de confiança, sem o qual o trabalho terapêutico não seria possível. Em nossas conversas, Alexandre disse:

[...] eu ia às sessões. Tudo bem que eu odiava, noventa por cento. Mas depois eu comecei a gostar, eu comecei a gostar. No começo, realmente eu odiava, mas eu comecei a gostar e hoje eu falo para a Taís: “Se eu não tivesse parado, olha, acho que minha vida ia estar em outro patamar [...] E assim, acho que só a segurança de você falar com uma pessoa mais velha, uma pessoa que não vai te julgar, não vai te interpretar mal, se tiver que falar alguma coisa, ela fala, se tiver que ficar quieta, ela fica, e por aí vai, olha é uma coisa surpreendente, muda bastante mesmo. Então só de eu ir nas sessões com você já me ajudava muito, assim. De falar, assim, claro que por educação eu não vou fazer, mas se eu quiser xingar alguém, quiser ficar a sessão inteira xingando uma pessoa para me aliviar, eu tenho certeza que eu posso. Mas, então, isso ajuda bastante. Eu falo com orgulho mesmo porque me ajudou, me ajudou bastante. Conforme foi indo, foi me ajudando, então, só de falar assim já faz muita diferença na vida de alguém, faz mesmo.

Mais um que desiste de mim: a entrada na Instituição

A irmã não consegue lidar com a rebeldia e quebra de regras de Alexandre e, com muito sofrimento, num misto de tristeza e raiva, “desiste dele”.²⁸ Durante nossa conversa, em uma das entrevistas, Cristina relata sobre aquela época, como um momento difícil e refere como se sentiu diante da decisão tomada de colocar o irmão na Instituição de acolhimento:

[...] o Alexandre no começo ia bem, ia para a escola certinho. Só que aí depois ele começou a não ir mais para a escola. Ele saía de casa como se fosse para a escola e ficava na lan house, ficava andando por “SC”, e ele mentia [...] até que a diretora da escola ligou para mim e disse: “Por acaso você transferiu o Alexandre para outra escola?”. Eu falei: “não, ele está aí. Mas ela disse: “faz seis meses que ele não vem à escola, que ele não comparece em aula...”. Mas também a diretora esperar seis meses para avisar, né! Pelo amor de Deus, né! Aquilo para mim foi um choque. E aí eu fui na escola. Eu lembro que eu faltei um dia no trabalho, fui na escola e queria saber o que estava acontecendo. [...] O que que eu fiz? Eu fazia de tudo para mantê-los comigo. [...] Eu fui na empresa e pedi para o meu chefe me deixar sair meia hora mais cedo todos os dias. Naquela época eu trabalhava com segurança do trabalho e o meu chefe era ótimo e falou que tudo bem: “Você sai mais cedo meia hora todos os dias”. Meia hora mais cedo para quê? Para dar tempo de eu pegar o Alexandre todo dia na escola, para ver se ele foi, para perguntar se ele entrou no horário. Era aquela coisa maçante. E foi assim durante um tempo. O porquê a gente decidiu colocar ele no orfanato... fugiu

²⁸ O sentimento de que as pessoas desistem dele é um dos significados centrais da memória de Alexandre.

de controle totalmente, não adiantava mais eu ir buscar, eu chegava na escola e ele já não estava mais lá.

[...] na época a gente poderia achar uma outra alternativa, vamos dizer assim, não o orfanato, não o abrigo. Mas é que a gente estava tão desgastado. [...] Eu estava com tanta raiva. [...] Por ventura se fosse hoje, no caso, eu não iria procurar um abrigo como solução, eu iria procurar outros meios, psicóloga, psiquiatra, outra coisa. Mas na época eu era muito nova, né. Eu estava começando a viver e os meus dois irmãos me dando um trabalho, a Fabiana e o Alexandre me dando um trabalho lascado, uma coisa que eu não sabia lidar.

[...] Eu me lembro que a gente sempre contou tudo para o Alexandre, nunca fazia nada escondido dele, e quando eu fui falar que estava tudo certo para ele ir para o abrigo, parece que eu estava sendo a pior pessoa do mundo. Embora eu estivesse com muita raiva, eu comecei a chorar, chorar, e disse: “Alexandre, eu não queria isso, não tem outra saída... E ele, ele sempre duro, sempre firme, com 13 anos, sempre duro, sempre firme: “Não tem problema, eu vou”. Mas foi assim... ele era um adolescente e não sei se continuasse daquele jeito, eu não sei o que iria acontecer.

[...] Eu senti tudo ao mesmo tempo naquele momento. Eu senti um peso enorme de estar fazendo aquilo com ele, que eu sabia que... um abrigo nunca é a melhor saída para uma criança, um adolescente que tem família. Eu acho que a família tem que se unir nesse momento. Com a morte de pai ou mãe, ou dos dois, a família tem que se unir. Mas na verdade a minha família nunca foi unida, nunca. Sempre ajudaram cada um do seu quadrado, mas de se unir mesmo, não. E eu inexperiente de tudo. Então, foi esse sentimento de culpa do por que estou fazendo isso com ele, um sentimento de dó, aí de tudo, uma mistura, uma mistura lá dentro e eu falava para ele chorando, chorando, chorando e ele em nenhum momento derramou uma lágrima. Porque eu acho que ele já estava com tanta raiva também, eu acho, que ele se manteve firme o tempo todo e aí a gente colocou ele lá e eu estava assim tão transtornada que eu, eu falei para o senhor “AP” (dirigente da instituição de acolhimento²⁹): “durante uns três meses, eu não quero pôr os pés aqui”. Na hora de ir embora, eu abracei o Alexandre, tudo. Falei que durante uns três meses eu não queria pôr os pés lá. Ele falou: “Não a gente entende, não tem problema”. Mas não era a melhor saída para ele não... Mas é o que a gente tinha na mão naquele momento.

[...] Hoje tem tantas coisas... por exemplo, a própria escola tem muita parceria com os pais, com os responsáveis. A escola

²⁹ No decorrer das narrativas o dirigente da instituição de acolhimento será identificado pela abreviação AP, sua esposa na época por “N”, e a cuidadora de Alexandre e atual sogra por “Landa” (apelido).

encaminha. Naquela época eu tinha que correr atrás de tudo. A diretora me avisou que o Alexandre não estava indo para a escola depois de seis meses. Que parceria havia com pais, comunidade e escola? Hoje não, a criança falta três dias consecutivos a escola é obrigada a ligar para saber o que está acontecendo. Às vezes a criança está em casa com atestado médico e a escola tem que ligar para saber, três, quatro faltas consecutivas. Por que, né? Então, hoje, se eu tivesse a maturidade que eu tenho, se as coisas fossem mais fáceis como são hoje, eu iria buscar outras alternativas. Pode ser, sim, que o abrigo seria uma delas, mas a última.

Ouvir o discurso de Cristina, 15 anos após nosso primeiro contato, na ocasião de sua decisão de colocar Alexandre na Instituição de Acolhimento, nos fez recordar da percepção que tivemos à época com relação à indisponibilidade de Cristina quanto a rever sua decisão. Lembramo-nos de que as tentativas de marcarmos para conversar com ela foram infrutíferas, e não havia abertura para falar com ela sobre o irmão. O que nos faz pensar que não houve, desde o início, um suporte de ordem alguma, fosse emocional, social ou financeiro para esse grupo de irmãos. Todos a seu modo, com acertos e erros, tentaram se reorganizar emocionalmente com os recursos que tinham, mas era como se os tais recursos não dessem conta de lidar com as adversidades que se apresentavam.

Naquele momento histórico ainda não havia um prazo-limite para o acolhimento institucional. A lei mencionava apenas que o acolhimento deveria ser breve e excepcional. Com isso, os processos se tornavam mais morosos e muitas vezes não havia um consenso entre os profissionais sobre qual conduta seguir, diante da complexidade, como no caso de Alexandre. Nesse sentido, o que se buscava trabalhar, inicialmente, durante o processo terapêutico com Alexandre era como poderia lidar com a atual situação, que por mais dolorosa que fosse, de que não havia, naquele momento, alguém da família disponível para ficar com ele. Tornava-se importante trabalhar com sua adaptação na instituição e acompanhar como estava o estabelecimento de suas relações afetivas no novo contexto.

Como na ocasião nenhum outro familiar se dispôs a ficar com Alexandre, a opção que restava era a Instituição de Acolhimento. Considerando que a irmã Cristina estava irredutível quanto à decisão de não permanecer com o irmão, e pouco tempo depois mudou-se para outra cidade, era o dirigente da instituição,

como responsável legal por Alexandre, que conversava com a terapeuta e sinalizava como estava sendo sua adaptação na instituição.

Na época, o dirigente da instituição de acolhimento relatou que mesmo tendo algumas situações difíceis na relação com Alexandre, ele não dava grandes problemas, que era até fácil lidar com ele. Às vezes brigava com algum colega ou escondia algum fato, mas logo tudo era contornado. Ressaltou que muitas vezes ficava evidente o ressentimento de Alexandre com relação à família, pelo fato de não ser visitado, já que quando morava com a irmã, mesmo com pouca frequência, tinha contato com parentes próximos.

Poucos meses após Alexandre estar morando na instituição de acolhimento, Cristina mudou-se para uma cidade do interior. Durante o primeiro ano de acolhimento institucional Cristina visitou o irmão duas vezes. Posteriormente, as visitas foram sendo suprimidas e, por fim, extintas.

Mas na Casa Lar também, Cristina visitou pouquíssimas vezes. [...] A Cristina e o Paulo foram três vezes ao todo, se eu não me engano, e o Paulo uma vez sozinho. [...] Logo depois, eles foram para Jundiaí. Eu lembro que uma vez eu estava em cima do muro lá da Casa Lar, ali onde era o parquinho, e o Paulo, ele não lembrava o nome da rua, o ponto era aqui, e a Casa Lar era aqui e eu vi ele descendo a rua assim, eu falei: "Paulo, Paulo"! Ele estava sozinho e veio me visitar. Mas foram pouquíssimas vezes.

[...]. Uma que me marcou bastante foi quando a Cristina foi me visitar pela primeira vez, eu lembro que eu estava doente, em cima da cama e a minha cama ficava de frente para a janela, de frente para aquele portãozão, que tinha na subidinha da rampa, eu lembro que eu saí chorando, não sei quê. Então aquilo me deixou muito triste por muitos anos, mas hoje não mais.

Mesmo assim, Alexandre mencionava que tinha esperanças de que, melhorando seu comportamento, a irmã reconhecesse suas mudanças e talvez o levasse de volta para morar com ela. Mas a realidade apontava para outro desfecho, como ele mesmo disse:

Assim, no começo, no começo, ela manteve a história, né. Ela falou: "Você só está aqui como forma de castigo, para você aprender, mas a gente vai te tirar no final do ano. Depois disso, passou, aí teve que acostumar, né. Mas chateado eu sempre fiquei, mas tava lá... Mas é triste, né, porque a pessoa te fala uma coisa e faz outra totalmente

diferente, então... nesse ponto da vida a gente já acostuma, né. Seguir a regra da Casa Lar e pronto. [...] É, foi o que me prometeram. [...] Eles literalmente falaram: “Ah, você vai ficar por um tempo lá e quando você melhorar você vai vir para casa”. Então, quer dizer, melhorar do quê? É uma clínica de reabilitação, de qualquer coisa? Sei lá, não precisa ser, necessariamente, de drogas. Então, melhorar do quê? Uma clínica de reabilitação para meninos atentados?

Em sua narrativa, Alexandre denota não compreender o que era esperado dele, como deveria se comportar, e tampouco sobre a decisão da irmã.

Nas primeiras férias escolares após o acolhimento institucional, Alexandre e Ricardo foram para a casa de Cristina, a convite dela. Na ocasião, Alexandre relatou que voltou com a sensação de que nada havia mudado, que a irmã continuava sendo preocupada com os afazeres domésticos, e com aquilo que ele e o irmão faziam ou deixavam de fazer, mas nunca com aquilo que estavam sentindo.

Fui uma vez, uma vez eu fui. Eu não lembro em que momento foi isso, mas uma vez eu fui. [...] acho que o Paulo veio me buscar. [...] Jundiá, de trem, é uma caminhada, então foi o Paulo que veio porque já estava acostumado, ele saía daqui e ia trabalhar lá todo dia. Então, o Paulo que veio.

A instituição acolhedora

Durante as conversas com Alexandre, à época de sua ida para a instituição de acolhimento, ficavam evidentes seu descontentamento e revolta com relação à irmã e à família, já que o tempo foi passando e os vínculos familiares estavam cada vez mais desgastados. Em contrapartida, na instituição de acolhimento passou a vivenciar uma realidade com normas, regras, limites, que eram cobrados efetivamente e de forma clara, o que ele às vezes contestava, mas, por fim, entendia a necessidade de cumpri-los.

Fazia referência às pessoas que cuidavam dele na instituição com respeito e gratidão, principalmente, ao dirigente e sua família, já que moravam todos na mesma casa, inclusive os filhos biológicos do responsável pela instituição. Expressava contentamento quando percebia que as pessoas estavam dando um voto de confiança a ele, já que mentia com certa frequência, fato que já havia mencionado durante a sessão com a terapeuta.

Referia-se ao responsável pela instituição como alguém muito justo e que o entendia. “*Ele me conhece como ninguém.*” O tio, como ele o chamava, não fazia distinção com ninguém, tratava a todos da mesma forma.

Em uma de nossas conversas, na ocasião da pesquisa, Alexandre trouxe a seguinte fala:

Então, era bom porque o tio “AP” cuidava de mim de uma forma diferente, a “Landa” cuidava, a “N”, nessa época, era bem afastada. Então, assim, tinha um relacionamento de casa, mesmo. Então, eu lembro na época até falava que o tio “AP” era meu pai... assim foi o que eu falei, o que mais me ajudou a suportar mesmo foi isso, porque... aí a gente ia para a igreja, na igreja tinha a galera legalzinha também, foi uma das coisas que ajudaram bem a suportar.

Relatava, também, situações difíceis na instituição, de desentendimentos e ressentimentos, às vezes com as outras crianças, com “o tio e a tia”, como ele os chamava. Porém, depois de reconhecer sua participação ou mesmo omissão na situação, tudo se resolvia. Parecia que ali Alexandre podia ser ele mesmo, não precisando conter sua agressividade, como se soubesse que seria contido, mas ao mesmo tempo acolhido em suas necessidades emocionais.

Com o passar do tempo, ficava evidente que a possibilidade de Alexandre sair da instituição de acolhimento e voltar a morar com a irmã Cristina, o que era seu desejo inicial, e que se manteve por algum tempo, era praticamente inexistente.

Após dois anos de acolhimento institucional, os familiares de Alexandre foram convocados pelo juiz para uma audiência, ocasião em que a família deveria se posicionar quanto ao destino do adolescente. Na ocasião, Alexandre também poderia expressar sua opinião. O intuito inicial do judiciário era que algum familiar optasse pela guarda do menino.

Após duas audiências, com o consentimento de todos, a irmã mais nova, Fabiana, que havia completado 18 anos por aqueles dias, resolveu assumir a guarda do irmão. O juiz estipulou, então, um valor de pensão a ser pago pelos tios e tias para o sustento de Alexandre. Assim, Alexandre passou a morar em uma casa alugada, com a irmã Fabiana e uma amiga da família, que consideravam como prima. Emergem muitos problemas de relacionamento entre eles e depois de cinco meses os problemas se intensificaram. Fabiana resolveu se mudar com o irmão e

convidou seu namorado para se juntar a eles. Surgiu uma nova configuração familiar, que não perduraria por muito tempo.

Após alguns meses, em virtude de dificuldades de convivência entre os irmãos, Alexandre opta em voltar para a instituição de acolhimento, e lá permanece até atingir a maioridade.

Sobre o tempo de permanência com a irmã Fabiana, Alexandre traz algumas lembranças:

Primeiro a gente morava junto com a minha prima, a “G”, prima de consideração. A mãe dela mora aqui no prédio da minha tia “M” e ela conhece a família desde sempre. Então a gente fala que é tia, a gente se visitava muito, eu ficava bastante na casa dela, era bem próxima. E aí a Fabiana teve um desentendimento com a “G”. Aí eu lembro que fui, se eu não me engano, na casa da tia “S”, fiquei lá uns cinco, seis dias, e quando eu voltei a Fabiana já estava morando aqui. Aí que ela começou a namorar com esse cara. Depois de algum tempo vieram, bem no finalzinho, vieram as duas filhas desse rapaz morar com a gente e aí eu fui para a Casa Lar. [...] o cara queria dar uma de pai para cima de mim, né. Então eu já tinha minha vida, minha vida era sair, minha vida era tomar cachaça e zoar e pronto. E aí o cara: “tá errado isso aí”. Mas ele tomava umas cachaças loucas, né. [...] eu tive meu primeiro emprego nessa época, como vidraceiro. Então eu ia trabalhar, ganhava cinco reais por dia. E aí meu primeiro emprego, eu lembro que era legal. Mas aí o cara queria dar uma de pai para cima de mim. Então, não dava. Aí aumentou bastante, né, porque a Fabiana me deixava solto, ela foi na ideia do cara: “não, tem que ficar em casa, tem hora para chegar”. “Ah, rapaz, eu como arroz com sardinha e nem é você que me dá comida, quer botar ordem aqui!” Aí foi que começaram os conflitos. [...] Eu me lembro que a minha ideia era fixa mesmo, eu me lembro que era isso que eu queria, porque era muito... não dava. E aí ia acabar dando alguma coisa ruim lá. Mas é aquela coisa, de novo a família preferiu os outros do que a mim, né. Eu falei para a Fabiana... a Fabiana lembra muito disso, ela fala quando ela toma uma cervejinha e ela fica emotiva: “mas eu lembro que você me falava que se a gente fosse morar junto só eu e você a gente teria dado certo”. E eu realmente falei isso para ela: “larga esse cara, vamos morar só nós dois”. Aí ela falou: “Ah, se eu pudesse voltar atrás”. [...] Eu estava trabalhando, na época o meu primeiro emprego como vidraceiro. Eu falei: “A gente pega o dinheiro, a gente tinha a pensãozinha lá dos meus tios, que quando chegava era bom, quando não chegava era aquela coisa... Só que ela escolheu ele, né.

Sobre esse período em que Alexandre morou com a irmã Fabiana, a mesma traz um relato no qual, em vários momentos, demonstra sua emoção, com os olhos marejados de lágrimas:

Eu fiz dezoito anos, num sábado, 28 de julho. No dia 31 de julho, na segunda-feira, o “AP” (dirigente da instituição) veio trazer o Alexandre para mim. Eu não sabia nada, nada. Eu não sabia nem cozinhar, na verdade, para poder fazer comida para ele. Eu não sabia nada. E ele não me perdoa, até hoje.

[...] Naquela situação foi tomada uma decisão de que eu teria que alugar uma casa para o Alexandre vir morar comigo, e na época eu morava com a minha amiga. Alugamos a casa, o Alexandre veio ficar com a gente. A única assistência que eu tinha do fórum, na época, é que o Alexandre deixou de ir para a escola. Ele não ia para a aula, aí a escola acionava a assistente social, ela entrava em contato comigo. Só. Nada do que o juiz na verdade havia estipulado foi feito. Porque, naquela ocasião, o juiz tinha estipulado um valor que os meus tios me davam como se fosse uma pensão, para me ajudar. Foi feito por uns seis meses, depois disso, nada mais. O Alexandre ficou na minha inteira responsabilidade. Quando eu vi que realmente já não dava mais, ele já havia perdido dois anos de escola praticamente, não ia estudar de jeito nenhum. Nunca tive essa questão com ele de droga, álcool, nada disso, o Alexandre nunca teve esse problema. Aí foi quando eu entreguei ele novamente para o “AP” (dirigente da instituição de acolhimento). [...] De primeiro momento assim... eu sentia muita falta dele. Eu tenho uma coisa assim com o Alexandre, mais do que com o Ricardo. (Se emociona, olhos lacrimejam e chora). Na época eu imaginei que fosse dar certo, sim. A gente não cresceu junto, mas eu queria estar com ele. Mas aí quando a gente tem a realidade ali é que a gente vê a diferença... de você ter uma casa... até então, eu morava sozinha, era mais fácil. Aí eu tinha a responsabilidade do Alexandre, ele precisava comer, ele precisava vestir, ele precisava calçar, ele precisava ir para a escola e eu não tive ajuda de ninguém da minha família para me ajudar: vamos, vamos A, vamos conversar. Não, não existiu isso nunca e foi muito difícil, muito difícil mesmo. Tanto que eu não consegui.

[...] ele não entendeu e ele não entende até hoje. Ele me culpa muito porque eu tirei ele de volta, se eu tirei, porque que eu Fabiana, coloquei ele de volta. Ele me culpa muito. Na época ele achou que eu coloquei ele de volta devido ao meu namorado e não foi essa a questão. A minha questão era o quê? Ele não estudava, eu trabalhava. Eu saía para trabalhar e o Alexandre estava dormindo, quando eu voltava o A estava dormindo. Coisa de adolescente, ele simplesmente saía, voltava a hora que ele queria. Eu ficava preocupada, porque ele era menor de idade, toda aquela questão,

tudo aquilo que o juiz disse na minha cabeça, que a responsabilidade minha e qualquer coisa que acontecesse era eu que ia responder. Então eu cheguei num ponto: 'ele não me respeita, ele não me obedece. Eu vou fazer o quê? Antes que ele vire um marginal eu vou colocar ele lá de novo para que ele possa ter um acompanhamento'. Ele não me perdoa por isso até hoje.

[...] A gente se dá muito bem, eu e o Alexandre, na questão assim, não mexer no passado. [...] Então, depois que o "B" (primeiro filho de Alexandre) nasceu, eu engravidei, tudo, tive o "N" (filho de Fabiana), aí sim a gente se deu muito bem, ele passava finais de semana na minha casa, eu vinha para cá, a gente ficava junto, tudo. A gente ia para a praia, tudo normal, tranquilo. Só que na primeira discussão que a gente teve, ele relembrou tudo isso. Ele lembra todinho o passado. Ele não esqueceu, na verdade, o que ficou lá e o que acontece agora. A nossa briga foi tão pequena e eu tenho todos os áudios que ele me mandou: "Você me largou por causa do seu namorado, não te perdo". Então, assim, ele não esqueceu nada disso ainda. Vai fazer um ano que eu não falo com ele. Ele não me atende, eu já tentei muito e ele não me atende.

Assim, aos 16 anos de idade, Alexandre retornou para a instituição de acolhimento e lá permaneceu até os 19 anos de idade.

“Mas é aquela coisa, de novo, a família preferiu os outros do que a mim.”

Nessa segunda e última instituição de acolhimento, Casa Lar, Alexandre permaneceu, primeiramente por dois anos e meio, e, posteriormente, por mais dois anos e nove meses, totalizando cinco anos e três meses, aproximadamente.

Considerando os apontamentos feitos por Alexandre, ao longo da pesquisa, é possível supor que essa última Instituição de acolhimento teve uma função social importante em sua trajetória de vida. Sobre esse período, ao longo das entrevistas, relatou algumas lembranças:

[...] quando eu cheguei na Casa Lar demorou muito tempo para a Cristina ir me visitar [...] Então, ainda tinha essa ânsia, porque visita era sábado ou domingo e aí ela demorou muito para me visitar e aí uma das pessoas que sempre conversaram comigo era a figura paterna, que era o "AP" (dirigente da instituição de acolhimento). E eu lembro que foi na sexta-feira anterior, ele falou: "Ah, por que você não escreve uma carta"? Já vinha falando comigo sobre isso. "Por que você não escreve uma carta para ela, porque está sentindo falta,

tudo”? E aquilo dava um ânimo, né. Aí eu escrevi, não sei o quê. Aí ele falou: “Deixa aqui que eu vou enviar”. [...] Porque foi assim, isso foi numa sexta, no sábado ela estava lá. E nem era dia de visita e nem nada. Eu lembro muito bem disso. Então isso demonstra amor para mim, né. Já que ele não podia suprir aquilo, ele fez, trouxe quem pôde, né. [...] Então, bem no comecinho, foi mais o “AP” (dirigente da instituição de acolhimento), mesmo, que conversava bastante, né. Porque apesar de mais tarde a gente ter as nossas desavenças, ele foi nota dez mesmo no comecinho comigo, olhava de outra forma. Esse negocinho da carta me marcou muito porque eu nunca escrevi carta para ninguém.

[...] e até mesmo no meu primeiro jogo de futebol eu fui com ele, foi lá no estádio de “SC”. Ele falou: “Ah, vamos num jogo”? “Eu nunca fui”. “Você nunca foi, então vamos”. Outras pessoas tinham ido, inclusive os torcedores, ele é palmeirense, né. Então ele comprou o passe de todo mundo lá da Casa Lar, menos o meu, porque eu era corintiano. Jogo do Palmeiras e eu falei: “Vamos embora”. E ele fez questão de me convidar mesmo não sendo do time, né. São essas coisas que eu admito, sim, eu acho que é demonstração de amor, de afeto.

[...] o “AP” fazia as coisas ficarem mais suportáveis, ele te dava uma outra visão das coisas, né. “Está ruim aqui, mas vamos distrair, jogar futebol, jogar videogame”, alguma coisa do tipo. Para uma criança é importante, né. É muito importante, não tem experiência, você está perdido, é só aquilo ali e pronto. Então, ele fazia isso bem.

[...] Voltei com dezesseis para lá e fiquei até os dezenove. Bastante tempo, mas era aquela coisa, né. Então, era bom porque o “AP” cuidava de mim de uma forma diferente. [...] Então, assim, tinha um relacionamento de casa, mesmo. Então, eu lembro na época até falava que o “AP” era meu pai...então assim foi o que eu falei, o que mais ajudou a suportar mesmo foi isso, porque... e aí a gente ia para a igreja, na igreja tinha a galera legalzinha também, então foi uma das coisas que ajudaram bem a suportar.

[...] Mas não tem como eu falar se faltou alguma coisa se eu nunca tive. Assim o “AP”, a “N” (esposa do dirigente da instituição) a “Landa” (cuidadora e atual sogra), a gente até tinha um pouquinho, mas eles nem podiam se apegar muito e nem demonstrar muito. [...] Ah, como eu me sinto, né. Eu recebo bastante amor dos meus filhos. No orfanato não, né. Era muito pouco, mas muito pouco. Quando alguém queria dar lá, sentava e conversava, porque a parte do amor, para mim é sentar e conversar e perguntar como foi o seu dia.

Em várias passagens da narrativa de Alexandre fica claro que o dirigente da instituição e as demais pessoas que faziam parte do local deixaram marcas

significativas em sua vida, sendo referência em sua vida. Ao dizer de coisas que aprendeu com o “AP”, trouxe a seguinte fala:

É com o “AP”, sim, porque também ele é muito solícito, assim para tudo, né. Então, ele tinha a Van lá, então a Van era da Casa Lar, mas ele cuidava, porque ele usava como se fosse dele mesmo, né. Então precisava guinchar um carro, vai com a Van. Ah, precisa carregar pedra, tijolo, vai com a Van. Se a Kombi está quebrada, o Uno não dá, pega a Van. Mais para ajudar a galera da igreja que a gente frequentava também, sempre assim. Ele gostava de festa também, então, quando dava, fazia. Eu acho que eu peguei isso um pouco dele, sim. Pouco não, literalmente dele. Porque ele ajudava quando dava e se não dava também, ele corria atrás, tudo. [...] Não posso ser ingrato porque quem me recebeu foi ele, né. Inclusive da segunda vez, quando eu morava aqui com a Fabiana e depois eu voltei para lá.

[...] Ele é, com certeza, referência. Até me pego às vezes fico com raiva, mas nossa... besteira, né. Quando eu vou cantar para as crianças, ele cantava para os bebezinhos, com Beethoven, que era o São Bernardo gigante, né. Musiquinha de bom dia, musiquinha de boa noite, e até mesmo para as crianças às vezes pegava e eu fico cantando quase as mesmas músicas para as crianças. Então lembra bastante, não tem como negar isso. E a musiquinha que ninguém canta, era dele. E eu me pego cantando as mesmas músicas. [...] porque não é canção de ninar, nem nada conhecida. Coisa besta, duas, três palavras, e pronto, e um ritmozinho.

Atualmente, Alexandre reside com sua esposa e cinco filhos, sendo uma menina com nove anos de idade, fruto do primeiro casamento da esposa, e quatro meninos, filhos biológicos do casal, com sete, cinco, três anos de idade, respectivamente, e o mais novo, com um ano e seis meses de vida. O relacionamento conjugal é conflituoso, tanto que ele mencionou já ter cogitado separação, mas refere que:

[...] não é isso não que eu quero, eu a amo. Ela sabe que eu a amo, de verdade mesmo. Apesar de tudo, das nossas diferenças e tudo mais eu amo ela. [...] Mas eu vou perder muito porque quem sempre tem a guarda dos filhos é a mãe. Apesar de estar mudando um pouco por aí, guarda compartilhada e tudo, mas nunca até resolver isso, na frente de um juiz, eu vou ficar junto com meus filhos. Eu adoro ver o “E” fazendo arte, e adoro ver o “B”: “pai posso baixar um jogo”? O “C” fazendo graça, tem cinco meses agora e ele já segura a mamadeira, ele já está se virando na cama e os outros não foram

assim, o “C” é muito espertinho. A “M” fazendo lição, eu adoro tudo isso.

Sobre sua relação com os filhos refere que é boa:

[...] sobre amor e tudo mais eu não tenho parâmetro. Eu tenho assim: o “AP” e a “N” davam um pouco, a Landa dava um pouco, mas não dá para comparar com filho, né. Então eu não tenho parâmetro, eu até acho que me saio muito bem tratando os meus filhos, porque se eu nunca tive, eu não sei como que é.

E como percebe cada um dos filhos:

[...] O mais fácil de lidar é o “B”, porque eu falo não e pronto. Ele é bem parecido comigo, sim. Ele é quieto, tudo, mas fui assim também. O “E”, não, o “E” é complicado, ele é muito insistente. Ele te vence pelo cansaço, e é difícil. O “C” não sabe brincar ainda. A “M” (filha do primeiro casamento de Taís) é muito de maquiagem e eu não acho certo, ela tem oito anos, eu não acho certo ela ficar se maquiando. E aí acaba deixando as coisas jogadas, então, os meninos vão e mexem na maquiagem dela, ela estoura. Eu falo: “Mas a culpa é sua, não é minha”. E aí fica com cara feia com todo mundo. Com a “M” o relacionamento é um pouquinho mais difícil.

Alexandre relata que procura compreender a forma de ser de cada um dos filhos, dá atenção a todos, e divide os cuidados com a esposa. Mas, ao mesmo tempo, parece que há dificuldade do casal em estabelecer uma mesma conduta na educação dos filhos havendo, inclusive, em alguns momentos, correção por meio da força física, além de interferências da mãe de Taís:

E ela (Taís) é muito relax, porque ela está aqui no computador e a casa pegando fogo e eu não aguento, não aguento. Então e sou bem duro mesmo com as crianças assim, mas eu acho que não na mesma proporção, mas um pouquinho menos que a Taís, eu dou carinho para eles. Carinho, atenção. A Taís é bem mais carinhosa, entendeu. Mas quando dá os cinco minutos nela também, ela parece comigo. É que não é sempre... Ela é bem relax quanto a isso e aí eu até brigo com ela e com a Landa, porque elas falam assim: “ainda bem que tem pai e obedece ao pai”. Mas espera aí tem que obedecer a mãe também. É que eu me imponho mais. Mas fala isso quando está todo mundo pegando fogo, porque na hora que, por exemplo, ontem o “E” mandou o irmão da Taís calar a boca, depois ele foi para o quarto e derrubou o “C” (irmão menor) no chão. Eu fui lá e dei uma chinelada nele. Aí quando eu dou umas chineladas e ninguém está nem aí, todo mundo vira a cara para mim. Mas ninguém levou em conta que ele está mandando um adulto calar a boca, que ele está empurrando o irmão mais novo dele no chão e

ninguém está fazendo nada. Aí quando eu estou ocupado, paro as minhas coisas para corrigir, aí todo mundo vira a cara para mim: “Não precisa disso”. A Landa não gosta que eu bata na frente dela. Aí eu fico ferrado com isso. Porque fala que eu sou bravo, sou isso, sou aquilo, mas não levanta do sofá para ir lá e corrigir a criança. Deixa a criança se matar, lá. Então, eu fico doido com isso, eu fico doido, doido, doido, doido.

Sobre isso, Taís refere:

É o Alexandre que pega mais no pé [...] Eu estou melhorando, eu estou começando a pegar [...] eu sou meio frouxa. Agora que eu estou perto da minha mãe, ela me ajuda nesse aspecto, porque antes era só o Alexandre brigando. E eu não, eu até defendo eles demais (risos).

Outro aspecto relevante são as várias mudanças de casa e de cidade que Alexandre já fez até o momento, o que será explanado no próximo capítulo, assim como sua trajetória após a saída da instituição de acolhimento.

Sobre Ricardo, não foi possível obter muitas informações, uma vez que os irmãos dizem que Ricardo passou a fazer uso de drogas e se tornou dependente químico. Relatam que, de vez em quando, ele aparece, mas que, na maioria das vezes, desconhecem seu paradeiro. Segundo os irmãos, Ricardo não tem filhos e não tem moradia fixa. Houve época em que ele já morou na rua e que estava trabalhando.

Alexandre traz uma pequena passagem sobre o irmão:

Porque foi assim, em 2012, não lembro se foi nessa época que o R saiu da Casa Lar ou que ele estava passando necessidade, ele estava na rua. E aí ele veio e disse: “Alexandre, me dá um canto aí”. Só que eu falei: “cara, não dá”, porque eu morava com a minha cunhada. E aí minha cunhada e o meu cunhado já conheciam o Ricardo e sabiam da índole dele e falaram: “aqui, não”. Apesar de dividir as contas da casa, eu estava de favor na casa deles e falei: “cara, não dá”. O que eu posso fazer é ligar para a tia “R” e ver se com uma mudança de ares aí, para ver se você se encaixa. E aí eu liguei, liguei, liguei e nada de resposta. Mandeí mensagem no Facebook e nada de resposta, aí eu meio que me enchi e falei: “Vai catar coquinho, tia “R”.

Ao falar sobre Ricardo, Cristina relata que quando a tia não tinha mais disponibilidade para ficar com ele, ela teve de assumir a responsabilidade. Porém,

esta foi quase que uma imposição do judiciário, uma vez que ela não tinha disponibilidade para ficar com o irmão, nem ele queria ficar com ela. Acabou morando com a irmã por seis meses e foi para uma Instituição de Acolhimento e, em seguida, por determinação judicial, foi transferido para a mesma instituição que acolhia Alexandre. Sobre tal passagem, Cristina relata:

O Ricardo, a gente tinha nítida certeza que ele estava começando a querer usar droga ou já estava usando escondido. Ricardo foi um caso crítico demais. E aí, conversando com a “AM” (assistente social), tudo, em quinze dias ela conseguiu vaga em um orfanato aqui em “J”. O Ricardo ficou pouquinho tempo aqui em “J” e conseguiu logo transferência para o abrigo, junto com o Alexandre.

[...] O juiz deu trinta dias de adaptação de férias, era férias, era julho, era férias do Ricardo da escola. Ele veio aqui para “J”. Durante esses trinta dias, foi um período basicamente normal. Tinha uns atritos, aquela coisa de adaptação, novas regras, tudo. Só que quando estava acabando essas férias de trinta dias, o Ricardo falou assim: “Eu não quero ficar aqui, é muito longe, eu não quero ficar aqui, quero morar em “SC”. Porque os meus irmãos, todos eles, têm esse negócio de morar em “SC”, os três. Aí eu peguei e falei assim para ele, o Paulo e eu conversamos e falei para ele: “Você tem certeza que você quer morar, quer ir para “SC”? Porque lá ninguém vai poder ficar com você, você vai realmente para o orfanato”. Ele falou: “que seja orfanato, mas eu quero ficar em “SC”.

Ricardo permaneceu na mesma Instituição de acolhimento em que estava Alexandre até atingir a maioridade.

Fabiana reside com o atual companheiro e um filho de cinco anos de idade, de um relacionamento anterior. Atualmente, trabalha como cuidadora de idosos e pretende cursar enfermagem. Estava cursando farmácia, mas trancou a matrícula por preferir cuidar de pessoas idosas.

Cristina é pedagoga, reside com o marido e duas filhas, uma de seis anos e outra de seis meses de idade.

No momento, como todos os entrevistados mencionaram, apesar das tentativas, o contato entre os irmãos é pouco frequente e até mesmo inexistente, em alguns casos.

Considerando o caso em estudo, é possível articular com a ideia expressa por Vigotski (2010), em *Quarta aula: a questão do meio na pedologia*. O autor menciona que, no início do desenvolvimento do bebê, o mundo se refere a ele e, aos poucos, o mundo se amplia a partir das novas relações entre a criança e as pessoas. A cada mudança de idade o meio se modifica para a criança. A vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência esse meio, ou uma determinada situação, exercerão sobre a criança.

Com base na condição de vida atual dos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, mesma mãe, mesma condição social e circunstâncias de vida – morte da mãe e separação entre eles, sendo que os meninos tinham idades próximas e a mesma trajetória de ficarem um período sob cuidados de tios e, posteriormente, serem inseridos em instituição de acolhimento, observa-se que a mesma circunstância, inicialmente a morte da mãe e, depois, a institucionalização resultaram num quadro de sofrimento intenso de rejeição, mas que foi vivido com especificidade para cada um dos irmãos. Ou seja, a mesma condição social é experimentada de forma singular. É possível supor que o entendimento que Cristina e Fabiana tiveram da situação tenha sido diferente da dos irmãos menores. De acordo com os relatos fica evidente que Cristina e Fabiana não passaram por situações de muitas rupturas nas relações, se comparadas às que Alexandre e Ricardo vivenciaram.

Quanto aos dois meninos, com idades próximas, mesmo território de experiência, são inseridos em acolhimento institucional aos 11 e 12 anos de idade, um pela irmã e o outro por uma das tias maternas. Fase da vida caracterizada como adolescência. Vigotski (2004), a analisa como momento de transição, em que, a partir da formação do pensamento por conceitos, o adolescente amplia sua forma de perceber o mundo e sua necessidade de abertura de horizontes, o que a instituição não pode propiciar, mas cuja experiência foi vivida de forma singular, apesar de unidas pelo sofrimento comum. Alexandre mostrou-se rebelde na família, mas não na instituição, onde seus comportamentos eram mais comedidos, apesar de ser muito questionador. Alexandre busca família, o irmão Ricardo se refugia nas drogas, no isolamento. A diferença entre ambos nos lembra o conceito de *perejivanie*³⁰

³⁰ A noção de *perejivanie* é desenvolvida por Vigotski a partir do entendimento da constituição dramática (e, portanto, dinâmica) da consciência, analisando as suas implicações no desenvolvimento humano [...] decorre de uma experiência concreta, real, que envolve fortes

utilizado por Vigotski, o que indica que não há uma relação de causa e efeito entre ambiente e subjetividade – a mesma experiência concreta e similar os afetou de forma singular.

Alexandre avalia sua história de vida pela qualidade afetiva dos encontros (tio, tia, irmãs, instituição). Deixa claro que sua vida é pautada pela busca de acolhimento e cuidado, e foi na instituição que ele encontrou pessoas que lhe propiciaram o sentimento de ser cuidado. Sua ex-cuidadora e o ex-dirigente da instituição são as pessoas associadas a carinho, e, por breves períodos, uma das irmãs. Alexandre estabeleceu união estável com a filha da ex-cuidadora da instituição, com quem já convivia no cotidiano institucional. Porém, o estabelecimento de vínculos afetivos, na família e no contexto social mais amplo, fora da Casa Lar, aparece em seus relatos como algo difícil – as relações se estabelecem, mas não perduram. Quanto aos sonhos e desejos, que raramente aparecem na narrativa, estão relacionados ao desejo de que as pessoas não desistam dele e de criar uma família. No entanto, ele rompe todos os laços afetivos que vai criando, inclusive com a esposa. Dentre os fatos salientados como motivo de briga e raiva do jovem casal estão as sucessivas gravidezes da companheira e a dificuldade de vislumbrar novos horizontes.

5.1 - Relações e afetos na instituição de acolhimento: encontro com pessoas de referência

O negócio é ser humanizado, porque a criança leva isso para a vida.

(Alexandre, sujeito da pesquisa.)

Tomando por base os relatos de Alexandre em nossas conversas, ficou claro que a pessoa com quem ele mais estabeleceu vínculos durante sua permanência na Instituição de acolhimento foi com sua atual sogra e ex-cuidadora da mesma

sentimentos e profundas impressões [...]. (Capucci, 2017 p. 113). O conceito aparece em Vigotski designando tanto a apreensão do mundo externo pelo sujeito e sua participação nele, quanto a de seu próprio mundo interno [...] designa o modo pelo qual o mundo nos afeta, tornando-se apreensível, inicialmente apenas através dos processos psicológicos geneticamente biológicos e, posteriormente, também, através da mediação dos signos. (Toassa, 2009, p. 61)

instituição na qual esteve até a maioridade. Fato que pode ser confirmado ao ouvir o relato de sua sogra, “tia Landa”.

Além da tia Landa, Alexandre também aponta o relacionamento que estabeleceu com o dirigente da instituição de acolhimento, sr. “AP” e a ex-esposa, sra. “N”. Ao falar dessas relações, Alexandre faz questão de dizer que foram pessoas de referência em sua vida:

Mas a “I” foi bem importante, essa parte que eu falei de tornar suportável. [...] Lá dentro realmente foi a “I”, o “P” e a “N”. [...] Sim, ele dava um pouco de amor, sim. Ele tratava bem e aí dava um pouco de amor sim. [...] A parte afetiva é isso, no orfanato não tem quase nada, quase nada. [...] Mas tinha também o próprio pessoal da Casa Lar, os funcionários. Tinha a tia “C”, a “R”, que era mais ou menos, não era da mesma idade, mas era um pouco mais jovem, então... Pessoas que faziam assim suportável a situação em si e que abriam os olhos para: “Olha, está ruim aqui, mas...”.

[...] Na Casa Lar o tratamento era diferente; tinha amizade com todos, com todos os funcionários, da cozinha, da limpeza, tudo muito amigável. A gente se sentia em casa mesmo. Podia trocar o canal da TV. Falo isso porque estive em uma outra instituição, que a assistente social pediu para eu ir e para fazer reparo em computadores e lá eu vi que a televisão ficava em um compartimento com grade. Na Casa Lar prestavam bastante atenção em você, eles realmente prestavam atenção. O “AP” notava as coisas; coisa muito mais humana do que se tem por aí hoje, tratamento humanizado. Não é um quartel-general ou albergue. Cada um tinha suas coisinhas; eu tenho livro desde aquela época. O negócio é ser humanizado, porque a criança leva isso para a vida.

A narrativa da sra. “Landa”, ex- cuidadora da instituição de acolhimento e atual sogra de Alexandre, vai ao encontro do que ele relatou:

[...] Vinha muita criança pequenininha, com um problema maior do que o outro. Mas que precisava de um lar que fosse pequeno e tivesse contato com as cuidadoras, de abraçar, de dar um banho, aquela coisa que uma mãe faz para o seu filho. Então essa era a visão.

[...] Porque fomos nós que começamos assim. Nós inserimos eles como pessoas normais, amigos que você faz em outro lugar.

[...] Era assim, fazendo almoço e ajudando na lição de casa. Eu lembro direitinho ali naquela casa, era pondo o almoço no fogo e ajudando eles a fazer a lição de casa. Já não era... estava mais

envolvida, já. Mas depois ficou pior ainda (risos). Porque saindo da cozinha é mais prático trabalhar na cozinha, melhor. Porque depois você se envolve muito, né, bastante. Eu me envolvi muito emocionalmente.

[...] Eu comecei como voluntária, até meio-dia, uma hora eu ficava na instituição. A instituição não tinha condições de pagar, de remunerar ninguém, mas eu fui ficando e aí eu já não era só mais uma prestadora de serviço no aspecto de uma semana lavava roupa, outra semana ficava na cozinha, me tornei funcionária. E os anos foram passando e eu fui me envolvendo mais, me envolvendo. Tinha somente, não uma relação de trabalhar lá, mas quando o AP e a N viajavam, eles dormiam na minha casa. Então era uma relação muito familiar.

[...] Eu lembro bem, nem feijão. Foi uma época que feijão estava muito caro. Nossa veio uma doação de feijão, mas ruim, ruim. A gente pedia doação. A gente se uniu e alimento não faltou, graças a Deus. [...] As escolas eram perto dali, porque toda preocupação era essa, de não mexer muito com a estrutura deles.

Ao considerar as atividades que a sra. “Landa” realizava com as crianças, foi possível articular com o que Winnicott referiu ao trabalhar como psicoterapeuta com crianças refugiadas de guerra e afastadas de suas famílias. Diante de algumas situações vivenciadas com as crianças, o autor questionava sobre seu desempenho e sobre a efetividade dos atendimentos que realizava nos alojamentos. A seguinte passagem demonstra tais reflexões:

*Que papel desempenhei eu? Bem depressa eu aprendi que a terapia estava sendo feita na instituição, pelas paredes e pelo telhado. [...] A terapia estava sendo realizada pelo cozinheiro, pela regularidade da chegada das refeições à mesa, pelas colchas das camas quentes e coloridas, pelos esforços de David para manter a ordem apesar da escassez de pessoal e um constante senso da inutilidade de tudo isso, porque a palavra sucesso era reservada para algum outro lugar e não para a tarefa exigida da *Bicester Poor Law Institution*. [...]*

Quando cheguei para observar mais de perto o que se passava, descobri que David estava fazendo coisas importantes, baseadas em certos princípios que ainda estamos tentando formular e relacionar com uma estrutura teórica. Pode ser que estejamos falando sobre uma espécie de amor. [...] Temos que examinar as coisas que ocorrem naturalmente no contexto de alojamento, para podermos fazer essas coisas deliberadamente e adaptar o que fazemos economicamente às necessidades especiais de cada criança ou para enfrentar as situações especiais à medida que surgem. Winnicott ([1970] 1999, p. 250-51)

Fica claro que não se tratava de um cuidar atrelado a concepções teóricas, nem tampouco pautadas em concepções legais, mas de uma regularidade nos cuidados, apesar da falta de pessoal para dividir as tarefas e das condições estruturais da instituição, muitas vezes desfavoráveis.

No que se refere à relação estabelecida no cotidiano com as crianças, segundo a sra. “Landa”:

[...] Depois eu já fui me integrando mais, porque se você não sabe como chegar, você não alcança mais eles.

Eu não perguntava, não perguntava. Eu deixava sempre eles virem falar. Eu não perguntava porque cada criança era de um jeito e eu não sabia o que podia vir ali, e tinha coisa que era muito difícil para eu ouvir. Era muito difícil, porque quando era caso que foi molestado, essas coisas para mim, eu... eu não estava preparada. Então, eu não queria nem saber. Mas se viesse falar... eu sabia que eu ia começar a chorar. Eu não queria demonstrar isso para eles... porque tudo bem se eles viessem chorar no ombro da gente... é uma coisa, mas você como adulto chorar, ele não ia entender, não ia me entender por que eu estava chorando. E também eles estavam acostumados a pensar assim, isso eu sei porque ficou muito claro para mim: “Se os meus pais que eu vim deles, não me amavam, não tiveram cuidado, não tiveram delicadeza, como que ela, por que ela que não é nada minha vai se compadecer de mim”. Então, eu não queria dar essa aparência de falsidade. Porque eles não entendiam que era amor, de verdade, que a gente tinha. Porque isso eu tenho certeza em mim, que como até hoje eu colho muita coisa boa da minha vida porque eu tive essa compreensão de entender o sofrimento deles [...]. E para falar a verdade para você, as histórias deles, às vezes eles contavam e a gente chorava de rir. Gente, em meio a tudo isso ainda faz a gente se alegrar aqui. Tinha muita coisa engraçada, era muito gostoso conviver com eles, porque eles eram muito transparentes ali na dificuldade deles.

A partir do discurso da sra. “Landa” pode-se dizer que havia a preocupação de conquistar a confiança das crianças, especialmente pela dúvida que as mesmas tinham de serem amadas de verdade e de que alguém se importava com elas, já que muitas vezes não tinham vivenciado isso na família de origem. O fato de elas demonstrarem estar desacreditadas dos cuidados parentais, podia interferir na capacidade de estabelecerem relação de confiança com a cuidadora.

Sobre o estabelecimento da confiança em crianças refugiadas que realizavam terapia de assistência residencial, Winnicott considerava que a essas crianças faltava uma experiência de provisão ambiental suficientemente boa, que tivesse sido incorporada e ajustada num sistema de crenças nas coisas e isso afetava diretamente a capacidade do estabelecimento de confiança. O autor ([1970] 1999, p. 253), considerava que, nesse tipo de trabalho, interpretações de cunho teórico poderiam ser deixadas de lado, conforme exposto no trecho que segue: “é o desenvolvimento da confiança, ou qualquer outro termo que seja mais apropriado no caso, que constitui o requisito prévio para a eficácia de uma interpretação clássica e correta”.

No que se refere à confiabilidade, o teórico propõe:

No trabalho residencial, podemos deixar de lado a verbalização e o material que está pronto para a interpretação, porque a ênfase recai sobre o suprimento total que é o ambiente. É fácil observar que certas características são essenciais. [...] *Confiabilidade*. Há uma atitude geral no estabelecimento residencial, se este for bom, de confiabilidade intrínseca. Vocês desejarão, por certo, que eu diga logo que essa confiabilidade é humana e não mecânica. Poderia ser mecânica no sentido de que será favorecida se as refeições forem servidas pontualmente; mas sejam quais forem as regras estabelecidas, a confiabilidade é sempre relativa, porque os seres humanos são falíveis. A questão é que, quando o trabalho residencial é encarado como terapia, as crianças vivem nas vidas privadas dos que lhes dão assistência. Portanto, elas estão em contato com a falibilidade humana. [...] verifica-se que grande proporção das crianças candidatas à assistência residencial foram criadas num ambiente que era caótico. [...] O ambiente caótico significa para a criança *imprevisibilidade*. Imprevisibilidade quer dizer que a criança deve sempre esperar traumatismo e que a sagrada área central da personalidade deve manter-se escondida e inacessível, para que nada lhe possa fazer bem ou mal. [...] Na assistência residencial, a confiabilidade de um tipo humano pode, com o decorrer do tempo, desfazer um sentimento agudo de imprevisibilidade e uma considerável parte da terapia da assistência residencial pode ser descrita nesses termos. ([1970] 1999, p. 254-55)

É importante dizer que a concepção winnicottiana não desconsidera o caráter técnico na intervenção com crianças que estão acolhidas em instituição, mas considera que o estabelecimento de confiança, compreendido como a possibilidade de encontro com um ambiente suficientemente bom, torna-se um ingrediente primordial na práxis psicossocial.

A sra. “Landa” deixa claro que estabelecia uma relação de cuidar com crianças e adolescentes, e ao mesmo tempo se afastava quando necessário, respeitando a necessidade deles e se entretendo em seus afazeres na instituição. Oferecia uma escuta que favorecia o estabelecimento de vínculo e se emocionava com eles ao ouvir suas histórias. Ela estava ali disposta a ouvi-los. Tal aspecto pode ser correlacionado ao que Safra (2005) considera ao dizer que quando a criança tem a possibilidade de comunicar suas angústias e estas são organizadas em forma de narrativa, existe uma possibilidade de superação.

A narrativa insere as situações de vida no registro da temporalidade humana, de maneira que cada conflito ou impasse acontece e, em seguida, tende a uma resolução ou um fim. Na narrativa o vir a ser humano está devidamente contemplado. Safra (2005, p. 48)

Partindo dessa perspectiva pode-se dizer de uma práxis psicossocial, pautada na horizontalidade das relações, para além do discurso, mas que se concretizava nos encontros do cotidiano institucional.

As falas de Alexandre e da ex-cuidadora “Landa” revelam não só uma diferença nos cuidados oferecidos por outras instituições pelas quais passaram, mas, principalmente, evidenciam a diferença entre relações onde o afeto esteve presente no cotidiano e nas relações pautadas apenas em normas de conduta sobre como lidar com as crianças institucionalizadas. Fica evidente que na instituição a que se referem havia um esforço para respeitar a individualidade de cada criança. Os cuidados que a sra. “Landa” relata, que estavam presentes no cotidiano, podem ser comparados àqueles que Winnicott (1999) atribui à mãe dedicada comum, que se referem à mãe que age naturalmente, sem recorrer à literatura ou ao pediatra, e que consegue transitar entre a exclusividade de tarefas da maternidade de cuidados com a criança e a realização de outras atividades, simplesmente por estar encarregada de tal feito.

A partir do relato da sra. “Landa” há indícios de que ela tenha oferecido a Alexandre um ambiente de *holding*³¹ suficientemente bom, ou seja, que era

³¹ Com bastante frequência Winnicott faz referência ao *holding* como uma espécie de manejo – em especial ao dirigir-se aos profissionais que no cuidado lidam com pessoas que não podem cuidar de si mesmas. O autor tinha consciência de quanto *holding* essas pessoas necessitavam a fim de poderem trabalhar com indivíduos que apresentam uma demanda emocional tão pesada em relação

oferecido a ele um ambiente confiável, com afeto e acolhimento. Ao relatar suas lembranças na ocasião da chegada de Alexandre na instituição a senhora “Landa” evidencia seu esforço em compreender o contexto do qual Alexandre havia saído e também sua disponibilidade para compreender como ele se mostrava emocionalmente:

[...] Mas quando o Alexandre chegou eu lembro bem, ele era bem magrelinho, bem miudinho. Eu lembro naquela porta, pegando as coisas no carro dele. Ele muito bravo, ele estava muito bravo, estava cansado de pular de instituição para instituição, ele não era de se abrir, de ir contando assim. Mas ele estava muito bravo e falava... eu vi ele conversando lá com o “AP” e questionava muito, o Alexandre sempre foi de questionar muito. Isso eu lembro, marcou bem, de questionar, de burlar regras, de não querer fazer nada. Sempre a danada da preguiça do lado dele (risos). Ele não gostava, não. Mas de escola, não lembro de reclamação dele, de comportamento assim da escola, nem de dificuldade também, não lembro. De ser grosseiro, malcriado, de falar palavrão para mim, porque tinha uns que falavam, mas não era o caso dele. Não posso falar desse comportamento ruim dele não. Só de questionar, esse era uma maravilha.

[...] Eu sei que tinha um conflito muito grande dentro dele por conta dessa ausência aí. Ele reclamava sim, da Cristina. [...] Ele falava muito da Cristina, até pouco tempo a gente conversou sobre isso. Que eu sempre conduzi ele a pensar que ela também era uma menina nova e que ela também sofreu ausência familiar, também. Ela também não teve, e é difícil a gente dar alguma coisa que a gente não tem. Eu, sendo mãe, os meus filhos pequenos, foi difícil eu ver a realidade de criança, de abrigo, imagina ela. Eu sempre levei o Alexandre a entender o lado dela. Eu sempre falei para ele: “Alexandre, mas pense no lado dela, ela também era uma menina. Os anos estavam passando e ela também não estava vivendo, ela estava com uma responsabilidade que ela não sabia o que era para ela”. Não cuidava nem dela, ela vivia em função dos irmãos. É que foi muito bagunçada essa história do Alexandre. Foi muito bagunçada, né. A família judiando dele, empurrando para lá e para cá como se fosse uma mesa que põe ali, né. Então, é difícil ele entender a irmã dele.

[...] O Alexandre tem um carinho diferente, ele não é muito de abraçar, de... ele cumprimenta com beijo, isso ele gosta, tal. Mas o Alexandre é assim, se ele chegar lá em casa e alguém falar que está com uma dor de cabeça. A primeira pergunta que o Alexandre faz, ele não pergunta por que está com dor de cabeça: “Tem remédio,

quer que vá comprar remédio”? Na mesma hora ele já vai lá e já providencia. Acabou o gás? Ele pode ter o dinheiro para passar a semana, ele vai lá e providencia. Até demais. Tem hora que eu falo: “Alexandre pelo...” “Não tia, mas eu sei que vai entrar, porque não sei o que...”. Nem sempre, nem sempre ele sabe se vai entrar. Mas ele cuida do imediato, entendeu? É o que está precisando ali na hora, e não é comigo, não. Com os cunhados, com a cunhada, com quem precisar. O Alexandre é de correr atrás e ajudar. Então, uma área que reforça bastante isso aí. É uma área muito boa, da pessoa ser um... [...] para mim é uma forma de carinho. Porque, como que você vai dar uma coisa que você não recebeu? Então, você vai aprendendo também. Todo mundo reconhece isso, pelo menos a minha família, também. Não sou só eu quem falo, minhas filhas também, a “N” sempre fala, o Alexandre fala: “Poxa, o Alexandre na hora que a gente está com perrengue, precisa, se ele tem, ele não tem coragem de ficar sem falar alguma coisa e providenciar o que precisa. Olha, não tenho muito, mas está aqui, se servir. Serve? Então é uma forma de carinho, socorrer, dar o socorro para quem está precisando. Eu quero exaltar ele nisso aí.

Ainda sobre a época em que estava na instituição de acolhimento Alexandre mencionou sua relação com a assistente social do judiciário, sra. “G”, que acompanhou seu caso, como alguém que marcou muito a sua vida, porque segundo ele, ela o tratava de forma diferente:

[...] a “G” marcou muito, porque a “G” estava em cima e ela ia e perguntava e conversava e sabia me tratar, era muito gentil. [...] Ah, o jeito de falar, ela sabia conversar, ela sabia. Eu, eu não lembro o que a gente conversava, mas eu tenho um sentimento muito de amor por ela, porque ela sabia conversar, ela sabia tratar. Assim, é isso,. É acho que tem que ouvir mais e tem que, sei lá, dar opções...

A senhora “G” foi quem buscou atendimento psicológico para Alexandre, na época em que morava com Cristina, pouco antes de ir para a Casa Lar. Nesse depoimento Alexandre novamente elucida uma experiência afetiva, significativa, fora da relação familiar.

Se pensarmos na lógica Higienista do Estado, no que se refere à matricialidade familiar, que concebe como eixo estruturante da política de assistência social a família como único núcleo protetivo, que atua no âmbito de relações afetivas como de acessos materiais e sociais, é possível dizer que, no caso de Alexandre, as relações afetivas que geraram algum tipo de vínculo não ocorreram no núcleo familiar, mas, sim, fora dele.

Nesse aspecto é importante pensar na concepção de vínculo produzido a partir do estabelecimento de relações afetivas, da convergência do pensar, do sentir e do agir humano. Tomando por base Sawaia (2018, p. 30), ao se apropriar da filosofia espinosana, considera que afeto deve ser compreendido como a “forma pela qual experimentamos em nosso corpo e mente o efeito das relações que partilhamos com outros corpos”. Nesse sentido, afetar e ser afetado é algo inerente aos encontros entre as pessoas. E são esses encontros que aumentam ou diminuem a potência de ação, ou seja, a qualidade das ações, motivadas pelos encontros, dependem dos afetos, que para Espinosa são de duas ordens: alegres e tristes (Espinosa, *Ética III*). Quando esses encontros fortalecem a potência de vida e a autonomia e têm-se as emoções alegres. Mas, ao contrário, quando esses encontros desvalorizam ou enfraquecem o sujeito, têm-se as paixões tristes:

Por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual o corpo aumenta sua potência de agir e a mente de pensar, passando assim, a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente e o corpo passam a uma perfeição menor. (Espinosa, *Ética III. Prop. LIX*)

Ao correlacionar tal perspectiva com o caso em estudo, é possível identificar que, em várias ocasiões Alexandre refere encontros que o fizeram sentir-se preterido, desvalorizado, esquecido, abandonado, nos momentos em que não pôde permanecer com nenhum dos familiares. Ele era motivo de chacota na escola por ser órfão de pai e mãe. Não se sentia ouvido pelo sistema de justiça, além de experiências de relações conturbadas em contextos laborais. Tais vivências provavelmente produziram tristes emoções e diminuição da capacidade de estabelecer segurança e confiança. Consequentemente, diminuía sua potência de ação, já que em muitos momentos fica evidente uma capacidade reduzida de expansão de vida. Não se pode negar que ele tenha vivenciado situações de bons encontros, quando se refere a algumas pessoas da instituição de acolhimento, como o dirigente, a esposa desse dirigente, e a atual sogra e ex-cuidadora, assim como a assistente social do judiciário e a pesquisadora. Bons encontros ocorreram, e seria possível supor que, em alguns momentos, neutralizaram as paixões tristes, mas, em outros, foram insuficientes para promover afetos mais poderosos e contrários aos tristes que marcaram sua infância.

É possível dizer que não foi na família que Alexandre teve a possibilidade de vivenciar bons encontros. Portanto, a pesquisa ao constatar que nem sempre a família é o lugar de trocas afetivas produtoras de potência, de proteção e acolhida de seus membros, vai na contramão da concepção de matricialidade sociofamiliar disseminada pelo Estado.

Durante a vivência institucional Alexandre elegeu algumas pessoas de referência, o dirigente da instituição, a esposa do dirigente, a cuidadora e sua atual sogra e a assistente social do judiciário e a terapeuta que o atendeu à época do acolhimento institucional, atual pesquisadora. Importante salientar que apesar de no momento não manter relações cordiais com o antigo dirigente da instituição de acolhimento e com a senhora “Landa”, afirma que foram e ainda são referências importantes em sua vida. Inicialmente a irmã mais velha e o cunhado foram referência, mas de acordo com os relatos, evidencia-se que o vínculo foi esgarçado ao longo da história. Outras pessoas apareceram como rede de apoio pontual, lembradas com respeito, mas que não caracterizaram vínculo duradouro, tais como: a empregada da tia, a sra. “E”, que ajudava a cuidar de Alexandre e de Ricardo; o tio “G”, que o levava para passear no parque; a irmã mais nova, com quem residiu por pouco tempo; a mãe do amigo “R”, a sra. “Biru”, que fazia suas refeições, mas logo saiu da instituição; o amigo que o inseriu no universo da informática; e alguns amigos da instituição de acolhimento, com os quais não tem mais contato.

As lembranças de Alexandre vão ao encontro das pontuações de Miranda L, Onocko-Campos RT (2010), no âmbito da saúde mental. Elas trazem a perspectiva de que, dentro da proposta dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os serviços devem estar pautados numa lógica de acolhimento e acompanhamento singular da construção subjetiva feita por paciente. Nesse sentido uma das possibilidades é o trabalho de referência organizado por profissionais ou equipes de referência. A base dessa proposta está na formação de vínculo entre usuários do serviço e os profissionais, de forma que um profissional ou um grupo assume o acompanhamento do paciente nas diferentes peculiaridades da vida, seja no âmbito emocional, familiar, educacional, financeiro e laboral. O profissional ou a equipe desenvolve um projeto terapêutico individual e periodicamente avalia as metas traçadas. As autoras afirmam que, em pesquisa realizada sobre análise das equipes

de referência em saúde mental, identificaram que os profissionais de referência exercem uma função de mediação na vida cotidiana dos usuários do serviço, já que acompanham os pacientes nas diversas esferas da vida.

De acordo com o documento de 2017 “Orientações para Elaboração do Plano Individual de Atendimento de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento”, os serviços de acolhimento devem ser realizados por Planos Individuais de Atendimento (PIA), que estão previstos no ECA (atualizado pela Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009), e na resolução conjunta CNAS/Conanda nº 01/2009 (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes), o que pode ser comparado ao projeto terapêutico individual utilizado na saúde mental. O PIA norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária, e a autonomia de crianças, adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento. Deve ser construído em conjunto com a criança, com o adolescente, com a família e com os profissionais que compõem a equipe do serviço de acolhimento, e sempre trabalhar em parceria com as equipes da rede socioassistencial e do sistema de justiça.

É importante salientar que as orientações técnicas são de 2017, mas que a elaboração do PIA está prevista desde 2009 no Estatuto da Criança e do Adolescente, alterado pela Lei nº 12.010/2009, que, no seu artigo 101, parágrafo 4º, dispõe que “imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento”.

Durante a trajetória de vida institucional de Alexandre, não há indícios, nem documentais, nem verbais, de em algum momento ter havido algo semelhante à elaboração de um Plano Individual de Atendimento. A Implementação do PIA coincide com o ano de saída de Alexandre da instituição de acolhimento, mas alguns funcionários e a direção punham em prática tais fundamentos, demonstrando sensibilidade para o humano das crianças e jovens ali acolhidos.

6 - SAINDO DA INSTITUIÇÃO - Liberdade X Responsabilidade

6.1 - A busca por pessoas de referência fora da instituição

Todo mundo era apaixonado pelas filhas da tia Landa.

(Alexandre, sujeito da pesquisa)

É com essa fala que Alexandre relata o início da constituição do que para ele, hoje, é sua família.

Conheceu sua esposa, Taís, na Instituição de acolhimento, pois na ocasião a mãe da moça era uma das cuidadoras, a tia “Landa”, como era chamada pelas crianças. Desde que foi para a instituição de acolhimento Alexandre convivia com a presença de Taís, pois a cuidadora, tia “Landa”, tinha por hábito levar as filhas para o trabalho, assim como algumas crianças que moravam na instituição frequentavam sua casa em finais de semana e em datas comemorativas.

Mas voltemos um pouco ao período de transição entre a saída da instituição e o início de uma nova etapa. Alexandre conta que após completar a maioridade ainda permaneceu por algum tempo na instituição. Em seguida, mudou-se para a casa do sr. “AP”, dirigente da instituição e sua esposa, a sra. “N”, e lá permaneceu por uns seis meses. Posteriormente, começou a trabalhar e então se mudou para uma casa alugada, que era de propriedade da mãe do dono da empresa para a qual estava prestando serviço na época.

Ao se recordar dessa época Alexandre relata:

E aí eles (dirigente da instituição e sua esposa) falaram: “A Taís vai trabalhar aqui e você não pode ficar aqui”. Mas na época eu não tinha nada com ela, mas assim literalmente, nada. [...] A Taís vai trabalhar aqui e você não pode ficar aqui”. Aí eu maior baque, né. Mas aí ela falou: “vem para minha casa”. Aí eu lembro que eu fiquei em choque assim, “mas e o tio”? Ela falou: “Não pelo tio, tudo bem. Aí eu não trabalhava ainda, nessa época eu não trabalhava e ela falou: “Não, vem e a gente resolve, a gente conhece você, a gente sabe da sua índole e tudo”. Aí eu falei: “Ah, tudo bem, né. Mas assim era mais para dormir na casa deles, do que tudo, né. Então, literalmente, eles sempre obrigaram a gente ir para a igreja. Então quarta-feira eu estava na igreja com ela, sábado eu estava na igreja, domingo eu estava na igreja. Segunda-feira de manhã eu estava na Casa Lar. [...]

[...] Falaram: “Você é muito bem-vindo aqui pelo tempo que você precisar, pelo tempo que você quiser e a gente vai te tratar como um filho”. Porque a relação que a gente tinha nessa época era assim, a N eu falava minha mãe o “AP” é meu pai e não sei o que eles faziam questão, né. E eu também fazia. Aí foi que aconteceu isso. [...] Aí mais tarde eu comecei a trabalhar tudo e não sei o que, e aí eu comecei a conversar mais com a Taís. A gente começou a sair, eu a Taís, a “N”, que é a irmã dela. Aí me surgiu a oportunidade de eu morar lá, na casa do meu patrão, e eu fui.

Durante nossas conversas Alexandre conta que esse foi um período em que tinha liberdade, podia sair a hora que quisesse, com quem quisesse, e ganhava o suficiente para se manter e pagar o aluguel da casa em que morava. Disse, inclusive, que o salário era muito para um menino de 19 anos:

[...] eu ganhava mil e quinhentos reais, na época, e era muito dinheiro, né. Se eu não me engano, pagava quatrocentos ou quinhentos reais de aluguel e o restante era para mim. Então era pizza e cerveja o dia inteiro, o almoço e janta, né. Então, não tinha muita coisa para fazer [...] E aí esses dez meses lá foi bem legal. Foi bem o comecinho da liberdade, né. Então eu podia sair a hora que eu queria, voltava, teve dia que eu perdia chave de casa e consegui entrar dentro da casa (risos). Coisa assim, né. E aí eu não tinha carro e nem nada e a gente ia para longe e aí o pessoal me deixava em casa e cadê minha chave? Aconteceu duas vezes. [...] Mas aí chamava o chaveiro. O chaveiro vinha e resolvia. Tinha dinheiro, não tinha com o que gastar dinheiro... Minha casa era assim era quarto e cozinha, tinha uma super TV na parede e um colchão no chão, para eu jogar videogame, mexer no meu computador. A TV era do meu patrão. Ele trabalhava com áudio e vídeo, então eu pegava o que eu queira lá, computador, TV. [...]

Ao sair da instituição Alexandre contou com uma rede de apoio de amigos antigos, um dos quais havia perdido o contato quando foi para a instituição de acolhimento, e o reencontrou pela rede social Facebook. Era a mãe desse amigo que cozinhava para ele assim que foi morar sozinho, conforme sua narrativa no seguinte trecho:

[...] Aí quando eu fui para a Casa Lar, eu perdi o contato. Aí voltei a ter contato com ele quando eu morei sozinho [...] Facebook... então, comecei a procurar todo mundo lá e aí eu descobri que ele estava nesse lava rápido e aí eu trouxe ele para trabalhar comigo. [...] Depois da N (esposa do dirigente da instituição), a mãe desse meu amigo era quem fazia comida para mim. Eu pagava um valor para eles por mês e eles traziam todo dia o almoço e a janta. A gente até

brincava, o “bandecão”. O “bandecão da Biru”. A gente chama a mãe dele de Biru. Ele trazia a comida para mim, eu guardava na geladeira e pronto.

Mesmo após a saída da instituição Alexandre continuava visitando as pessoas de lá. A instituição de acolhimento ainda era uma referência para ele, fazia parte de seu cotidiano. Ele expressa no seguinte trecho:

Eu continuava indo para a Casa Lar [...] Aí depois eu almoçava em casa, ia para a Casa Lar, ou almoçava na Casa Lar. Saía do trabalho, ia para a Casa Lar [...] quem ficava lá, até oito, oito e meia era a “Landa”. E a “Landa”, eu sempre tive um relacionamento bom com ela e aí a gente ficava lá conversando sobre tudo, depois eu pegava e voltava para a minha casa, ou às vezes eu dormia na Casa Lar. Os meninos já eram maiores, né. Então estava assistindo um filme e aí por exemplo, o “J”, ele ficava na Casa Lar, também, apesar de ele ser maior e já ter ido morar em outros lugares ele voltava e ficava na Casa Lar, entendeu? Então a gente tinha esse relacionamento aí. Eu ia todo dia lá, muito, muito assim. Ficava na salinha de informática. A salinha sempre foi... todo mundo falava: “Ah, a salinha do Alexandre”. Ficava na salinha de informática, montava o computador para as crianças, aí ficava jogando. Ah, alguém tinha alguma dúvida lá, eu ia e ajudava eles nos computadores. Tinha que arrumar o computador do tio que quebrou, eu ia lá arrumava, o da N também. [...] Então, eu ficava por lá mesmo, não tinha o que fazer à noite, né. [...] Eu gostava de sair, tudo, eu gostava de muita coisa, mas eu também gostava da Casa Lar. [...] Foi como eu falei, a minha base é como eu fui tratado na Casa Lar. [...]

Em seu relato fica claro que a instituição era uma referência não só para ele, mas para outros também que já haviam saído, mas que continuavam frequentando aquele lugar, pois representava para eles uma ligação afetiva. No caso de Alexandre é possível dizer que a Instituição representava uma função social importante para ele, uma vez que refere que era um espaço de conversa, de bons encontros e de pertencimento social.

Tomando por base os depoimentos de Alexandre, pode-se articular ao que Espinosa denomina de bons encontros. A filosofia espinosana se contrapõe ao pensamento dualista de Descartes, uma vez que concebe os afetos encarnados no corpo e inseparáveis das ideias, como modos derivados de uma mesma substância. Segundo Musha e Berezoschi (2018), Espinosa traz a ideia de afetação como provocadora de mudanças no corpo e na mente, paralelamente. Não há nada na

mente que não tenha sido afetação do corpo. Bons encontros, segundo Espinosa (Ética III), são momentos em que dois corpos ou mais, no encontro entre eles, se compõem um ao outro e a partir de suas propriedades, aumentam a potência de ação de cada um, o que os leva a sentir afetos de alegria. Ao contrário, em um mau encontro o corpo é impedido de agir, sofrendo uma afecção registrada por um afeto de tristeza.

Em sua narrativa Alexandre evidencia bons encontros, que vivenciou, e que é possível considerar que aumentavam sua potência de ação, quando, por exemplo, dizia que mesmo após sua saída da instituição gostava de voltar lá para reencontrar algumas pessoas e poder fazer reparos nos computadores que as crianças usavam, ou assistir a um filme com os outros que ali estavam. Ao mencionar isso em nossas conversas ele demonstrava satisfação e alegria, esboçando sorriso.

Além do que, se sentia útil ao oferecer suporte de informática, habilidade que desenvolveu no período em que passou dentro da instituição fazendo reparos em computadores usados que chegavam como doação, como demonstrado no trecho abaixo:

Foi lá na Casa Lar. Foi como eu falei, o “R” me iniciou e aqui na casa dele ele tinha uns computadores e eu fui aprendendo com ele e depois teve lan house. Era para o jogo, mas a gente sempre estava olhando os computadores por dentro. [...] E aí na Casa Lar que surgiu mesmo, lá chegava a doação dos computadores, o “C”, filho do “AP”, ele sabia mexer, então, começou a mexer. Aí eu sou fução de tudo, né, aí eu comecei a fuçar também.

Experiência esta que teve influência importante em sua escolha e atuação profissional, como veremos adiante ao discutir a trajetória profissional de Alexandre.

Mas, agora, vamos retomar a constituição da família atual de Alexandre. Como foi explicitado, Alexandre passou a morar sozinho, mas continuava frequentando a instituição regularmente, o que favoreceu sua aproximação com Taís. A moça tinha sido casada e desse relacionamento teve uma filha. Alexandre relata, inclusive, ter ido ao casamento de Taís:

Eu fui no casamento da Taís. Assim não tinha nada, a gente não tinha nada. Inclusive, eu morava com o “AP” e com a “N”, ou se eu não morava, eu estava perto de morar. E eu fui no casamento da Taís e eu conheci o rapaz, tudo. Não era amigo dele, mas conhecia

porque ele também frequentava a Casa Lar. [...] O mundo é pequeno, né. [...] ela casou e aí teve um filhinho que morreu, acho que com uma semana de vida. Isso foi antes de casar. Aí ela casou com o rapaz e teve a “MC”...[...]. Então foi isso, veio a “MC” e dois meses depois se separou do cara [...].

Sobre o início do relacionamento com Taís, Alexandre relata:

[...] Eu já gostava, eu sempre gostei da Taís, muito. Mas era a filha da tia “Landa”, não sei o que tal, aí aumenta mais, tem uma expectativa maior. [...] Eu namorei uma menina aqui, vizinha do meu amigo, do Diogo, aqui embaixo. Mas a gente ficou junto três meses, então nem namoro era. Assim, se contar mesmo, mesmo, a Taís foi a primeira, primeira namorada. [...] E aí foi assim, foi indo e aí eu comecei a trocar um pouquinho mais de ideia com a Taís, a gente começou a se encontrar, tudo e aí que a gente começou a namorar e aí eu fui na casa da tia “Landa” e falei: “Olha, estou namorando com a tua filha [...] Posso, né? Eu fiz questão de ir lá pedir. Apesar de estar namorando já, ela já sabia, mas eu fui lá. “Tua mãe precisa saber, eu vou lá contar” e a Taís: “Eu já sou maior de idade”. Tá, mas vamos lá, né? Aí eu lembro que eu comprei umas coisinhas porque a “Landa” faz esfiha muito gostosa e eu falei: “Tia faz esfiha para a gente”. Com comida o baque é menor (risos). Aí, ela: “Não, tudo bem, a Taís já tinha iniciado o assunto e aí a gente começou. [...]

E aí foi o que eu falei, foi rápido. Eu fui morar sozinho e deu dez meses ela estava grávida [...] a Taís foi morar em casa e eu comprei todos os móveis da casa, gastei dinheiro mesmo montando a casa.

[...] E foi o que eu falei para você, eu frequentava muito a Casa Lar, eu e a Taís, e depois que a gente ficou junto ainda, começou a morar junto, a gente ia mais ainda para a Casa Lar. Porque em casa eu ficava jogando, a Taís ficava na TV, eu ficava jogando. A casa era um quarto e cozinha, pequenininha. Então íamos para a Casa Lar. [...] É porque chegava lá a gente almoçava, ia para a cozinha fazer alguma coisinha, ia no escritório, arrumava alguma coisa, estava uma lâmpada quebrada: “Ah, vou trocar”. A Taís ficava conversando com a Natali, que trabalhava lá, e a “Landa”, também. Ficava conversando com a mãe dela, a gente ficava brincando, aí pegava e voltava para casa. Ficava até umas nove horas e voltava para casa.

Alexandre e Taís moraram por mais algum tempo nessa casa e depois tiveram que se mudar em virtude de desentendimentos de Alexandre com o dono da empresa para a qual trabalhava. Havia pedido demissão do trabalho e como a casa era de propriedade da mãe do dono da empresa, e ficava no fundo da empresa, tudo indicava que a desocupação da casa seria inevitável. Segundo Alexandre, a relação

com seu ex-patrão se tornou conturbada e ele teve que se mudar de lá. Foi uma saída conturbada, com muitos conflitos e dificuldades, conforme conta:

[...] depois ele pediu a casa para mim. Eu falei: “Não vou sair, não vou”. E aí nesse não vou sair, passou seis meses, esse não vou sair. E aí foi um inferno, cortou minha luz, a água era dividida entre as casas, tudo bem. Mas ele cortou minha luz. Eu ia lá religava, ele ia lá e cortava. A gente saiu na mão. E assim, foi terrível. A gente tinha que tomar banho na casa da V, que é irmã da Taís. A “V” mora aqui na rua do Extra, morava na época, aqui na rua do Extra. A gente vinha de lá, pegava um táxi, tomava banho na casa dela. Aí enrolava, na hora de dormir a gente pegava outro táxi, voltava, ia para casa, dormia em casa e aí foi assim durante seis meses. E aí a vida não estava fácil, não arrumava emprego, nem nada. Apesar de ter o dinheiro para manter a casa, tudo, aí a Tais começou a trabalhar com perua escolar. Então, ela era ajudante da perua, né. Então, grávida, o barrigão lá, trabalhando. Então, foi dada essa maturidade de casado, a vida mudou, não é assim, não sei o quê. Então, sempre do modo mais difícil, a gente batendo a cabeça, tanto eu como ela. Apesar de ela ser mais velha, a cabeça está ali, os dois. [...]

Então era sempre assim. Nossa, acho que foi a pior parte da minha vida assim, de casado, foi essa com esse cara aí, porque no começo era às mil maravilhas e depois o cara se mostrou outra pessoa, entendeu. Tudo isso para guardar caixa de computador. Então, foi complicada essa passagem. [...] Aí essa parte da vida foi sempre nariz em pé, mas sempre batendo a cabeça. Hoje a gente bate a cabeça ainda, mas sempre com coisa nova, né. Mas é complicado.

Na ocasião, Alexandre e Taís, sem terem para onde ir, com a filha mais velha de Taís e o primeiro filho do casal, se mudaram para a casa da irmã de Taís, que era casada e residia com o marido, dois filhos, e sua mãe, dona Landa, que ficou pouco tempo morando com eles, cerca de um mês. O casal ali permaneceu por dois anos, até o nascimento do segundo filho do casal. O relacionamento de Alexandre com os cunhados era bom. Dividiam as despesas da casa e tinham um quarto no qual se acomodavam com os filhos. Assim Alexandre descreve esta passagem em sua vida:

Só que a gente não tinha para onde ir, não tinha literalmente e aí foi quando esse cara falou assim: “Ou você sai daqui, ou eu vou tomar outras providências. E aí a gente ficou com medo, né. E aí o que que a gente fez? Pegou as coisas, as crianças, na verdade, e a gente foi para a casa da “V” e do “R” (irmã e cunhado de Taís). Então nessa época foi bem assim: eu ajudei eles a mudar de lá do Extra aqui para

a Rua “C”. Eles mudaram para uma casa bem grande ali e aí foi bem na época em que a Casa Lar fechou, a tia Landa já estava sem casa; a Landa perdeu a casa dela também, era alugada, deu despejo. A Casa Lar fechou, ela não tinha onde ficar, ela foi morar com o “R”. Ela e a “C”, que é a irmã mais nova da Taís. Aí nossa, foi um rolo... Era uma casa de dois quartos, era um sobrado bem grande e a Landa ficava em um quarto, o “R” ficava em outro, eu e a Taís ficamos na sala, com as crianças. Foi mais ou menos assim, eu falei: “R” preciso arrumar uma casa, tem condições de vocês ajudarem, porque lá eu não posso mais ficar”, foi mais ou menos assim. Aí ele falou: “Não, vem, vem que a gente se resolve. Falei: “É no máximo um mês aí, até eu tirar as coisas de lá e arrumar outra casa”. “Alexandre, fica sossegado”. Aí me receberam bem. E a gente ficava dormindo na sala e aí o que acontece é que a mãe da “Landa” que mora em “SM” falou: “Oh filha tem uma casinha”, que é uma casa em cima da casa dela. “Está vazia, você não quer? Eu dou para você”. A “Landa” foi morar lá e a gente ficou. “Já que deu uma diminuída na hospedagem, sobrou um quarto, o que que você acha”? O “R” e a “V” estavam passando por problemas também financeiros. Ele me falou: “Velho você saiu de um aluguel de setecentos reais para pagar mil e quinhentos reais, é o dobro, até mais, você não quer dividir a casa comigo”? Aí ele: “é, então vou conversar com a “V”, mas a ideia não é ruim, a gente se dá bem, tudo”. Aí eles conversaram, sentamos os quatro, conversamos, e aí a gente começou a dividir a casa a partir daquele momento. Mas foi assim, foi muito rápido. Não deu nem um mês que eu estava lá e a “Landa” pegou e foi. Mas aí eu falei: “Mas tem minhas coisinhas lá, não sei o que”. Ele falou: “Velho a casa está lotada aqui, não cabe nada, se você quiser a gente guarda umas coisas ali no quintal”. Mas o quintal é aberto, iria estragar e eu comecei a me desfazer das minhas coisas. Então naquela casa eu tinha comprado tudo do bom e do melhor, meu guarda-roupa do tamanho dessa parede, paguei dois mil reais e me desfiz dele.

Quatro crianças. Aí, no finalzinho, a Taís teve o “E”, bem no finalzinho dessa casa, que ela teve o “E”, aí virou cinco. E aí a gente ficava só no quarto e eu assim sou muito reservado, eu gosto de ficar no meu canto. Então, por exemplo, eu cheguei lá com a minha TV, super TV, jogava videogame, botava na sala e as crianças batiam, as crianças dele. As crianças batiam na TV e eles não falavam nada. Então essa mania de destruir as coisas e eles têm isso mesmo. E eles não falavam nada e as coisas desgastaram e eu ficava só no meu quarto. No começo era às mil maravilhas, né. Aquela coisa bem de gentileza, mas depois a gente estava quase se xingando. Graças a Deus nunca chegou a acontecer briga, nem nada. A gente saiu de lá super bem e hoje nosso relacionamento voltou ao normal. Então ficou bem melhor agora depois que a gente separou, porque morar junto é complicado, cada um tem uma mania.

Tomando por base tais relatos é possível perceber que há tentativas de estabelecimento de relações e de se estar em um território comum com outras pessoas, ou pelo menos próximo a elas. Mas são tentativas infrutíferas, pois acaba desistindo de investir nessas relações, indicando dificuldade de manter relações afetivas. Segundo Winnicott ([1962], 1999), a capacidade de envolvimento é uma questão de saúde, é uma característica importante na vida social, sendo que sua origem se dá a partir da relação mãe-bebê. “É um desenvolvimento que se liga essencialmente ao período de relação de dois corpos” (Winnicott, 1999, p. 112). Nessa concepção teórica, se há um ambiente suficientemente bom que possa atender às necessidades emocionais, a criança pode desenvolver a capacidade de envolvimento, do contrário, poderá experimentar angústias e defesa como a desintegração.³²

Na história de Alexandre as rupturas relacionais vividas nos momentos de idas e vindas para a casa de familiares e para instituições de acolhimento podem ter representado para Alexandre uma não possibilidade de “continuar a ser”, como se seu desenvolvimento emocional fosse prejudicado. É possível supor que essa referência Alexandre encontrou, em alguns momentos, na Instituição de Acolhimento, o que não encontrou na convivência com os familiares, mas sempre procura a convivência familiar.

Depois da experiência de morar com os cunhados, Alexandre com sua família se mudam para outro município, desta vez em local próximo à irmã Fabiana. Nessa época, segundo ele, tinha restabelecido contato com Fabiana, que até aquele momento estava com vínculo rompido.

Aí na casa do meu cunhado, 2013, 2014, eu comecei a conversar com a Fabiana de novo. A gente tinha rompido relacionamento. E aí eu descobri que ela estava morando com um rapaz aqui na Vila “BR”, aqui perto, só que é “SP” já e a gente começou a endireitar a relação de novo. Então eu passei Natal na casa dela, foi em 2013 eu passei o Natal na casa dela e aí esse meu ex-cunhado, porque agora nesse último mês, desde a última vez que eu conversei com você aqui, aconteceu tanta coisa, que olha é complicado. Aí a relação começou a se ajeitar, eles falaram olha: “Vocês querem sair daí, não é”? “É,

³² O termo desintegração é empregado por Winnicott a fim de descrever uma defesa bastante sofisticada, uma defesa que é uma produção ativa do caos que se defende da não integração na ausência de um suporte egoico materno, ou seja, resultante da falha do *holding* no estágio de dependência absoluta.

sim”. Então, tem uma casa aqui na rua, eles me apresentaram a casa e eu falei: “É essa mesmo”. Aí eu mudei para SP. Mas de novo, nem tudo são rosas e eu lá na casa, o dono me roubava luz e água. Minha água vinha cento e vinte reais, minha luz vinha trezentos reais, e aí eu pensava: “O que está acontecendo, o que está acontecendo”? Eu mudei para lá no mês cinco e fiquei até dezembro. Então nesse meio tempo, tinha essas brigas. É periferia mesmo, ali vila “BR”. Eu morava justo na pior rua, quem morava lá falava: “Essa rua antigamente era o bicho”. E a gente não sabia, a rua era bonitinha, assim como toda rua de “SP” esburacada, mas era bonitinha, tem as casas tudo, nada de favela. Eu morava no fundo da casa do rapaz e aí eu brigando com ele constantemente: “O que está acontecendo? Chama alguém para ver, eletricista”. Até que uma hora de novo, a gente quase sai na mão, porque eu sou sangue quente e aí ele também era e a gente quase saiu na mão e ele tinha problema do coração lá e sei lá o que que deu nele lá e veio o filho dele atrás de mim e me apontou uma arma na frente da Taís, das crianças e falou: “Olha o que você fez com o meu pai”. Isso já bem no final. Eu falei: “Cara eu não fiz nada, eu pago meu aluguel aqui”. Era quinhentos e cinquenta reais, eu pagava dois aluguéis de uma vez, eu sempre adiantava, sempre, sempre. E eu falo “cara vocês estão de sacanagem comigo, vocês estão me roubando na cara dura”. E ele com a arma assim. Não tem o que fazer e vamos embora. “Não, você vai sair daqui. “Beleza, você me dá meu dinheiro de volta que eu saio”. E aí eles não queriam devolver o meu dinheiro de caução, era três mil reais. Aí ficamos nesse bate-boca e esse meu cunhado, o marido da Fabiana, ele interveio, ele conhecia o pessoal e falou: “Vamos acertar assim, assim assado”. Aí eles me devolveram, descontaram o aluguel, me devolveram, aí sim eu vim para “SC”.

Entre tantas relações conflituosas, Alexandre continuou em busca de decisões mais assertivas para ele e sua família. E assim decidiu por uma nova mudança de casa e retorno ao município anterior, no qual residira.

Aí morei lá na Rua “L”, olha o pouco espaço de tempo. Do mês cinco até dezembro, aí já dezembro eu estava morando na Rua “L”, isso por imobiliária aqui da “H”. Eu não tenho sorte com essas coisas, eu não tenho. Aí aluguei por imobiliária para não ter problema. Quando eu cheguei lá, era assim... a imobiliária não me falou nada. Eu costumo falar que eu sou “reuevangélico”, né. Eu não sou evangélico, mas se eu entro na igreja eu queimo. Mas eu gosto de outras religiões, mas essas coisas de umbanda, e dá medo esse tipo de coisa, não acho que é certo... e, inclusive, minha irmã é de umbanda e sobre esse assunto a gente não conversa, a gente bota uma baia e lá na casa tinha um terreiro de umbanda, bem no quintal assim. Eram três casas, aqui o terreiro e aqui o quintal. E aí eu não sou de deixar meus filhos largados em lugar nenhum, eles ficam comigo dentro de

casa. E aí só que não dava para perceber, era de dia e aí segunda, quarta e sexta e às vezes sábado, os caras iam até uma da manhã batucando e lá e ohhh, não sei o que. “Logo sai um fantasma daí, daqui a pouco. E aí eu comecei a reclamar com a imobiliária sobre isso. Aí já assim no primeiro mês na frente de casa tinha um estacionamento enorme, era uma boca de fumo, não vendia droga, mas todo mundo se reunia para fumar. Então cheiro... muita coisa... e eu “Vocês não me falaram nada disso e não sei o que”. Aí no primeiro mês não veio conta de energia, no segundo mês não veio conta de energia e eu correndo atrás deles para ver o que estava acontecendo, aí no terceiro mês quando veio conta, tipo trezentos reais. Eu falei: “mas tá errado, minha casa é pequena, não tenho nada para gastar trezentos reais”. Descobri que tinha gato, eu com esse meio de informática... a gente mexe com tudo, desde eletricidade até... só encanamento que a gente não mexe. E aí eu chamando a imobiliária: “olha, vem ver, tem gato aqui. Está aqui”. Mandando, tirando foto para eles tudo documentado e eu falei: “Não dá, eu quero quebrar contrato, eu quero outra coisa”. E aí quando quem quebra sou eu, eu pago multa para eles. Eu falei: “Olha eu vou entrar na justiça”, aí eles falaram: “espera aí que a gente vai resolver”. Aí eu fiquei cinco meses nessa casa, no mês seis desse ano, eu vim para essa aqui. Eles me arrumaram essa aqui. A própria imobiliária deu esse jeito. “Olha Alexandre, você não vai pagar nada. Então nessa casa eu estou superfeliz, apesar que a outra casa era maior, aqui é mais caro, aqui eu pago novecentos reais, a outra eu pagava setecentos. Mas aqui não tenho problema, é prédio. Apesar de ser caro, mas é prédio. Então, eu entro, saio, ninguém enche o saco. É seiscentos e cinquenta reais do aluguel e quatrocentos de condomínio, que eu acho caro porque não tem nem uma garagem. Então é mil e cinquenta tudo. Então meu carro fica na rua, outro dia me roubaram as lanternas do carro aqui, no dia do jogo do Corinthians. Eu desci e falei: “está faltando alguma coisa”... aí olhei assim era a lanterna do meu carro, sabe coisa de doze, treze reais, enfim. Mas aí eles resolveram dessa forma. Então eu estou aqui, renovei contrato, né. Quebrou o contrato com a outra casa, renovei e agora estou aqui.

Quando residia nessa nova casa, nasceu seu terceiro filho, “C”. Era um apartamento relativamente pequeno para acomodar toda a família, não havia espaço para privacidade do casal, nem espaço para as crianças brincarem, assim considerava Alexandre:

[...] para mim a gente não tem privacidade com os filhos, né. Eles estão grandes agora. Então a gente quer namorar, não dá. Então tem que esperar dormir, tem que dá um jeito, né. Eu queria uma casa pelo menos com um quarto e sala, ou dois quartos porque eles estão

crescendo e aí por exemplo, eu quero assistir meus filmes até tarde da noite, eu gostava de novela, não assisto novela. Eu gostava de pânico na Band, não assisto mais, tudo por causa deles. Sabe não é bom para criança. Ah, filme de terror a gente não assiste. Então hoje eu assisto Batman versus Super Men, Chazan, Bob Esponja. Não que eu não goste, eu gosto, mas tá bom, mas a privacidade não é tanta. Tanto que a gente está pensando, fazendo planinho de ir morar lá em Sorocaba. Não é Sorocaba, é Araçoiaba da Serra, é pertinho de Sorocaba. Tem uma parte da família da Taís lá e eles falam que é muito bom. Aí eu sondando a cidade, vi que a cidade é boa mesmo e o custo de vida lá é menor. Então como eu trabalho com internet eu consigo administrar de lá e lá é muito escasso de internet, então quer dizer, quem sabe eu posso até montar um negocinho lá. [...] Quando terminar aqui, eu tenho dois anos e meio aqui. Então, mês seis eu entrei aqui, ainda tem uma jornada aqui. Dá tempo de planejar, muito tempo. Mas essa é a ideia, porque aqui por exemplo, aqui não tem espaço para as crianças brincarem, apesar de ter o parque, a gente vai no parque, mas poxa a gente não vive no parque, né. Eu lembro que na infância, aqui com a Cristina, eu brincava muito na rua. Apesar que passava o ônibus, esperava o ônibus passar, botava o chinelo lá e íamos jogar bola. Então isso me faz falta, faz bastante falta. Então aí eu fico sentido por eles, né, porque não tem. É criança de apartamento a gente fala, porque empinar pipa com o ventilador não pode, né?

Em 2017 nasceu o quarto filho do casal e se mudam para uma nova casa, maior que o apartamento anterior e próximo à casa da mãe de Taís. O casal julgava que estando perto da mãe de Taís poderiam ter um suporte quanto aos cuidados com as crianças. Sobre isso Taís, a esposa de Alexandre relatou:

Ah é, melhor. É melhor porque lá eu era só, era eu e ele só. Porque até hoje eu não tenho amizade, eu tenho amigas assim, mas muito superficial, de conversar na internet, ou coisa assim. Não tenho amizade. [...] Eu tenho esse problema. Eu quando me envolvo eu me envolvo muito e para mim isso é um problema muito sério, porque isso já deu muita dor de cabeça. Eu me envolvo muito, então, eu prefiro não me envolver mais. Prefiro não ter já de uma vez. E eu sempre fui muito só, ele tem as amizades dele, tem bastante amizade. Mas eu não, e aí eu estava longe da minha irmã, porque eu morei junto com a minha irmã. Aí eu saí de perto da minha irmã e eu fiquei sozinha. Era só eu, ele e as crianças. Eu falava: “Meu Deus, eu estou conversando com uma criança de quatro anos”. É complicado, porque eu sou tão só que às vezes eu fico com eles conversando e parece que eu estou conversando com adulto, porque estou com eles o tempo todo. Aí foi bom, porque aqui eu tenho a minha mãe pelo menos por perto, tenho a minha avó, que eu fico lá um

pouquinho. E a gente, na verdade, antes da gente mudar para cá, a gente estava vindo todo dia. Meu avô estava muito doente, então, a gente estava vindo todo dia, já. Aí com a minha mãe aqui é melhor, pelo menos não fica só eu e as crianças (risos). Aí tem minha mãe junto que ajuda bastante, também. Porque é muita criança, é muita roupa, é muita comida.

E os meninos são bagunceiros, eles são muito bagunceiros e eu não sou muito de firmeza na hora de dar bronca com eles. Eu sou mais, eu fico com mais dó e então. [...] Aí é o Alexandre que pega mais no pé e minha mãe. Eu estou melhorando, eu estou começando a pegar. Eu estou começando, eu sou meio frouxa. Agora que eu estou perto da minha mãe a minha mãe me ajuda nesse aspecto, porque antes era só o Alexandre brigando. E eu não, eu até defendo eles demais (risos).

Taís e Alexandre não tem amigos, e suas relações restringem-se à mãe e à avó. Parece não haver projetos comuns do casal para vislumbrar novos horizontes.

6.1.1 - Territórios de afeto

Em fevereiro de 2018, Alexandre, Taís e as cinco crianças se mudaram para uma cidade litorânea. Interessante ressaltar que a casa na qual residem atualmente é construída no mesmo terreno de uma casa que Alexandre frequentava, em períodos de férias, feriados ou finais de semana, na época em que vivia na Instituição de Acolhimento. A casa pertence à sra. “N”, ex-esposa do dirigente da Instituição de Acolhimento. No momento a sra. “N” reside em uma das casas, e a outra alugou para Alexandre. Ao comentar sobre sua nova moradia, Alexandre disse:

Já deve ter percebido que eu sou um andarilho. Dessa vez eu moro no litoral. Surgiu uma oportunidade de vir um pouquinho mais para o interior e morar fora de “SP” lá é tudo muito caro, muito pequeno e com bastante criança não dá. Aqui tem muito mais espaço para as crianças, lá a casinha era pequena, não tinha espaço, aqui já é grande, tem espaço pra caramba para eles brincarem. Então está bem melhor, o valor é acessível para nós e assim em questão de qualidade de vida é bem melhor. A casa não é tão maior do que a que você foi da última vez, mas tem espaço, a escola é perto e tem sol. [...] Aqui em “P”, não sei se você lembra, mas o “AP” e a Noemi tinham uma casa e é nessa casa que eu moro. A “N” ia alugar a casa aí no começo do ano surgiu a oportunidade e veio a ideia. A gente queria mudar, ela queira alugar, então...

Como ele mesmo se define: Alexandre é um andarilho espacial, e sua trajetória não é aleatória, ele destaca que o motivo é financeiro, mas o subtexto destaca que é orientado pela busca de criar, reviver vínculos afetivos, familiares e institucionais.

Tornam-se oportunas as ponderações de Sawaia (1995), ao referir que:

A cidade, a rua, o prédio, a porta representam modelos de subjetividade enquanto portadores de história, desejos, carência e conflitos. Cada cidade, bairro, rua, até mesmo cada casa, tem um clima que não advém, exclusivamente, do planejamento urbano e da geografia, mas do encontro de identidades em processo – identidades de homens e de espaços. Esse clima perpassa diferentes entidades: eu, corpo, espaço doméstico, etnia, arquitetura. Dessa forma os espaços construídos formam discursos e manipulam impulsos cognitivos e afetos próprios. Isso explica por que, periodicamente, algumas ruas passam a exercer sobre nós um fascínio especial. [...] (Sawaia, 1995, p. 25)

Nessa atual morada não existem só o terreno, a casa, mas a presença da sra. “N”, que também foi uma pessoa de referência na vida de Alexandre. Em alguns momentos ele a compara à figura materna.

Morar perto da irmã e da sogra, assim como essa última mudança para o local no qual passava as férias com as demais pessoas da instituição de acolhimento, na época em que esteve institucionalizado, podem indicar a busca de uma referência, de afetos, de vínculos afetivos no passado. O local onde se mora, ou se passa momentos da vida, também é o lugar onde se guardam os afetos, existe uma memória afetiva que ajuda a tecer a nossa história. Os hábitos, as cores, o cheiro, as brincadeiras, as tristezas, as alegrias tornam-se presentes na memória afetiva, mesmo com o passar do tempo.

Estaria Alexandre em busca desse encontro, de um momento em que possa estabelecer afetos que o ajudem a tecer sua história? O encontro com um local que tenha para ele um sentido especial, que revele um pouco de sua identidade?

Em vários momentos da narrativa, ficou evidenciado que Alexandre na ocasião de mudança de casa, procurava manter a ligação com o espaço territorial ao qual se sentia pertencente. Logo ao sair da instituição frequentava o local com frequência, morava no mesmo município da Casa Lar. Chegou a morar em outro município, em uma casa vizinha da irmã Fabiana. Mas, depois, retornou ao

município anterior, o mesmo da Instituição de Acolhimento, no mesmo município da casa da tia com a qual morou com o irmão Ricardo, o mesmo das escolas as quais frequentou e próximo à residência de outros familiares. Mudou-se para outro município a fim de morar perto da sogra, mas os filhos continuaram por algum tempo na escola do bairro onde moravam anteriormente. Conforme mencionou Taís:

Mas foi melhor, porque pelo menos eu não estou só. E ele também tem os amigos dele e não está só e a gente consegue conciliar melhor. E a nossa vida continua lá em “SC”. As crianças estudam lá, a gente vive lá também, vai direto. Então foi mais pela casa e tem mais espaço para eles. Mas a gente quer mudar ainda esse ano.

Nesse sentido, é importante considerar que o território é delineado para além do espaço geográfico, mas é o espaço de convívio, onde as relações sociais se fortalecem ou se enfraquecem. Para explicar tal concepção, Dirce Koga (2005) traz a ideia de territórios vividos, sendo importante conhecer as diferentes formas de vivências que lá ocorrem:

A dinâmica socioterritorial não cabe numa medida simplesmente de relação física da distância maior ou menor entre um ponto ou outro, entre um lugar e outro. Trata-se essencialmente de uma medida de relação social, de relações sociais – dessa dinâmica socioterritorial que vai definindo as formas de distribuição da riqueza e as formas desiguais de acessibilidade aos bens e serviços. Importa considerar também a noção de tempo na dinâmica socioterritorial. Num mesmo território é possível perceber dinâmicas distintas do ponto de vista geracional, marcando diferenças, heterogeneidades, baseadas em experiências de vida particulares, que configuram histórias igualmente distintas. (Koga, 2005, p. 20)

Contrapõe-se a esta visão uma noção de território ator, que interage, que se relaciona com o espaço físico e se expressa nas relações estabelecidas: sociais, econômicas, políticas, culturais. Aqui o território é dinâmico, é movimento, faz parte das tramas do cotidiano e se modifica de acordo como essas tramas se estabelecem. Trata-se de um território mais político, de “sangue quente”. (Koga, 2005, p.19)

Considerando a narrativa de Alexandre, no que se refere à busca por espaços e por pessoas de referência, evidencia-se uma tentativa de se manter perto dessas pessoas e a dificuldade de manter tais relações a longo prazo, provocando rupturas e reatamentos afetivos e mudanças espaciais, como expressa no seguinte trecho,

ao falar sobre o rompimento com a sogra, a pessoa que, na instituição, lhe deu mais carinho e acolhimento:

Péssimo, não estamos nos falando. Assim como o “AP”. [...] Em certas situações as pessoas mostram o outro lado.... e eu sou do tipo que esquece fácil (rs). Sou grato a todos, mas não consigo aguentar muito desaforo, aí o melhor caminho (ao meu ver) é esquecer do que tentar remendar.

A única relação que se mantém é com a esposa, mas segundo Alexandre é uma relação difícil. Em seus relatos mencionou que existem conflitos conjugais, com alguns episódios de violência doméstica, o que lhe gerava bastante incômodo, mas parecia sem muitos recursos emocionais para lidar com a situação naquele momento. Relatou que pensou em buscar ajuda psicológica em decorrência dos problemas que vinha enfrentando. Nesse sentido, trouxe a seguinte fala:

[...] foi assim, eu estou, eu estava, olha de novo eu não sei como falar... muito problema no meu casamento, mas assim demais, demais, demais e uma das coisas que a minha esposa reclamava é que eu não dou carinho, não sou companheiro. Mas eu não enxergo isso, eu não enxergo. [...] a gente brigava bastante por causa disso. Disso e por causa dos meus amigos. [...] Porque desde que eu morava lá na casa da Cristina, eu tenho meus amigos até hoje, o “D”, o “T”, a “P”, e aí é muita coisa para contar, mas resumindo assim, ela não gostava que eu saía, eu os trouxe para dentro de casa, ela se tornou amiga deles e durante algum tempo ficava maravilhoso, porque ela estava comigo, eu estava junto com ela. [...] Aí o ano passado aconteceu uma briga dela com a “P”, por fofoca uma da outra, e aí quebrou esse laço. Então eu quase parei de ver meus amigos por causa dela, mas eu não queria parar de vê-los, porque afinal de contas...

[...] até a gente já pensou em se separar já, nesse tempo, em outras situações, mas não é isso o que eu quero. Eu sei como que é. Eu não sei como é pais separados, mas eu sei como é viver sem pai e sem mãe. Então não é isso que eu quero. [...] nos últimos seis meses assim, eu fiz uma reflexão do que está certo, do que está errado, do que eu poderia ter feito, ou não. E a Taís é o principal, né. Porque lógico, as crianças estão ali, mas assim para as crianças ficarem bem eu também tenho que ficar bem com a Taís e, afinal, são seis anos. Então eu comecei a refletir e falei: “Eu vou dar mais atenção, vou ver mais o que ela quer, reparar mais nela. Então eu estou sendo mais, aliás, eu estava tentando ser assim. Tanto que ela falou que melhorou bastante a nossa relação, mas não estava sendo o suficiente.

Ele se preocupa em manter a família. Sabe bem o que é crescer sem pai e mãe e não quer isso para os filhos, assim insiste em melhorar as relações com Taís.

Hoje eu aprendi que existe família e parente, né. Família, família, família é o que eu fiz, meus filhos, a Taís, essa é a minha família. [...] Família é a minha, meus filhos e minha esposa. Parente é o resto. [...] Meus filhos e minha esposa, que faria falta mesmo e esses meus amigos, o “D”, o “T”, o “R” e a “I”, tem o “A”, que é um cunhado meu e a gente se dá muito bem. Cada um ajuda um pouquinho ali e a gente fica se ajudando, ele é esposo da “N”, que é a penúltima filha da “I”. E acho que só, acho que só. Porque a “P”, minha prima, eu tenho bastante contato com ela. Acho que só, porque o resto a gente não tem muito contato.

Sobre o relacionamento do casal, a esposa Taís trouxe:

É, mas é complicado, relacionamento é complicado. E quando a pessoa é muito diferente de você, é mais ainda. É bem difícil, ainda mais com um monte de criança dentro de casa. Aí fica mais complicado ainda. Mas é mais por isso, porque eu penso de uma forma e tudo eu gosto de comemorar, porque lá em casa a gente sempre foi muito de fazer festa, tudo de comemorar. Dia das mães, dia dos pais... Lá em casa a gente passava uns perrengues, mas sempre estava rindo. [...] Sempre foi rindo, sempre. E o Alexandre, já não. O Alexandre se comemorar dia dos pais está bom, se não comemorar está bom também. Se comemorar Natal está bom, se não, também. E eu já não. Lá em casa a gente fazia árvore de Natal, a gente tinha árvore, tinha presente e colocava embaixo da árvore. Era tudo cheio dessas frescuras. Aí para o Alexandre já não. Isso, a gente tem alguns conflitos por causa disso. Porque eu falo que ele não tem muita consideração e eu tenho demais e ele fala: “Ah, mas não tem que dar tanta importância para isso”. E eu já dou muita. Então a gente é bem diferente nesse aspecto. Eu sou muito carinhosa, ele já não. No começo, eu não podia pôr a mão nele que ele não gostava, ele não gostava que colocasse a mão no pé dele, era bem complicado. Porque eu sou muito chata, eu sou muito grudenta, até com as crianças e ele não podia abraçar, não podia pôr a mão, que ele não gostava. [...] Ele não gostava mesmo. Foi muito complicado, muito mesmo. Até hoje é um pouquinho. Melhorou um pouco, mas até hoje é um pouquinho complicado.

Essa fala de Taís reforça a ideia da dificuldade de Alexandre em lidar com as próprias emoções. A recusa ao toque, ao carinho físico a que a esposa refere pode representar um bloqueio de Alexandre de ser afetado nas relações que partilha com outros corpos, em decorrência de experiências anteriores. Sawaia (2018, p. 32), tomando por base Vigotski, menciona que: “a experiência é sempre permeada por

emoções, é sempre uma experiência emocional. São as emoções que nos indicam a qualidade das afetações recebidas nos encontros, bem como motivam as ações”. E, referendando-se em Espinosa (Ética III), completa afirmando que é o corpo que sofre as experiências. Quando o corpo é bloqueado na sua sensibilidade ele perde a potência de afetar e ser afetado, o que foi acontecendo com ele, na sua trajetória de abandono e institucionalização. Não tem memória da relação entre família e comemorações, mesmo tendo participado de várias delas na casa de dona Landa, enquanto estava na instituição de acolhimento.

6.2 - A busca pela inserção no mercado de trabalho

Mas o problema é que eu não lido bem com autoridade, eu não tenho emprego fixo por causa disso. Então tem o pessoal, e outra questão é do emprego porque eu dou muito e recebo pouco, como é o mundo capitalista, e acabou. Então, quem pode mais, chora menos”.

(Alexandre, sujeito da pesquisa)

É bem provável que a frequência sistemática em *lan house* tenha contribuído para a atividade profissional que Alexandre escolheu. Como foi mencionado em trecho anterior, Alexandre desde os 12, 13 anos, tinha como hábito ir a *lan houses* para jogar, o que propiciou a amizade com um garoto, o “R”, que além de gostar de jogar, desmontava e montava computadores em sua casa.

De acordo com Alexandre, foi o “R” quem o inseriu nessa atividade laboral. Com sua ida para a instituição de acolhimento, tal prática se intensificou, pois “C”, que era filho do diretor da instituição também gostava de computadores e compartilhou com Alexandre seus conhecimentos. Aos poucos Alexandre passou a dar suporte de tecnologia da informação na própria instituição de acolhimento.

Pouco antes de sair da instituição, foi inserido no mercado de trabalho formal, mediado pelo dirigente da instituição de acolhimento. Nessa primeira empresa Alexandre permaneceu por um ano, aproximadamente. Sobre sua experiência com manutenção de computadores na instituição de acolhimento e sobre sua primeira experiência laboral, Alexandre relata:

[...] E aí foi assim, até que eu arrumei um emprego lá na “Inv” em 2008. Acho que foi 15 de novembro, bem perto do meu aniversário.

Eu arrumei o emprego na “Inv” e lá eu aprendi mais e estou aí até hoje. E foi assim que eu aprendi. Nunca fiz curso, não fiz curso nem nada.

[...] Ah, a gente fazia de tudo ali na Casa Lar. Aí depois quando eu entrei na “Inv” foi legal porque eu sabia bastante coisa e eu replicava lá. Era tudo lento, mas dava para fazer alguma coisa e aí tinha alguma dúvida acessava os computadores da “Inv”, fazia lá. Então foi legal porque eu consegui muita coisa. Então, em vez de sair, eu deixava de sair com os amigos e tudo e todo mundo me chama de nerd até hoje. Então, eu deixava de sair para ficar no computador. Então eu ficava lá, tinha o MSN, eu trocava ideia com o pessoal e meu, sexta-feira à noite, eu já era de maior, eu podia sair. Não, eu ficava lá no computador fazendo alguma coisa. Tanto que aí eu acho que eu fiquei muito frustrado com empregos por causa disso. Porque eu me dava muito, porque assim eu aprendi tudo, então, você sente é, é um filho, não um filho, mas aquilo lá é teu queridinho. Por exemplo, tem um cliente que estava com problema no servidor, você vai e arruma e você começa a cuidar. Então, meu, ninguém rela a mão. Na informática é muito assim, é um com ciúmes do outro, porque: “meu, eu fiz isso aqui, por que você mexeu”? E é bem assim, você pode conversar com qualquer pessoa que trabalha com informática, é bem assim. E aí o que acontece é que eu me dava muito e aí eu ficava era três, quatro da manhã e eu estava lá no computador ainda trabalhando para empresa. Mas não porque eles pediam, mas porque eu queria mesmo e no dia seguinte ia lá: “olha o que eu fiz, que legal, que não sei o que”. Ainda mais que todo mundo na empresa era velho de guerra já, né. Então os caras já estavam de saco cheio com atraso de pagamento... sabe a pessoa desmotivada... e eu não, eu estava ali. Então, o que eles não faziam, eu fazia. E assim, eu cheguei no nível deles muito rápido e eu me achava no direito de querer algo a mais. Mas os caras não aumentavam meu salário, os caras não me davam o tapinha nas costas, que às vezes a gente precisa, e aí por isso que eu sou autônomo hoje. Porque eu fico feliz com as minhas conquistas e não tem ninguém. Apesar do cliente me bater todo dia, eu falo: “meu se eu consertar para você, eu estou feliz. Então, foi essa a trajetória com os computadores e eu estou aí até hoje.

[...] Foi esse o primeiro trabalho. E nas outras empresas a mesma coisa, pedia curso. “Ah, não, então faz assim vai lá e estuda, vai lá e tira a certificação que se der certo a gente paga. A certificação é o ápice, né. Mas a certificação custava quatrocentos dólares. Na época quanto que dava? Para o cara que ganhava quinhentos e cinquenta reais e aí eu cheguei lá no Robson que é essa empresa que eu fui morar e lá não exigia muito, era mais, não exigia nada, a verdade, nem um por cento. Era só colocar o computador para funcionar e mais nada, não tinha servidor, não tinha nada. Uma vez que ele me

arrumou um trabalho assim, que foi na empresa do irmão dele e aí lá eu montei os servidores e aí só eu cuidava. No final de tudo ele “Ah, mas não precisa mexer nos servidores todo dia, né. Não precisa de tanto cuidado assim”. Eu falei: “Não precisa, você não entende, não sei o que”. Ele falou: “Você vai fazer outras coisas, vai recarregar tonner”. Aí eu saía da empresa parecendo um mineiro, porque tonner é, o pó é preto, então, meu... para um cara que mexe com informática, recarregar tonner? Então aí você vai se desmotivando, sabe? E esse cara também nunca de pagar curso nem porcaria nenhuma. Então, e aí começa a desgastar, né. Você fica desmotivado. Então, eu saí.

Com relação à saída do primeiro emprego, Alexandre diz que se fosse hoje teria agido de outra forma, pois considera que ainda era muito imaturo e que não deveria ter saído do trabalho sem ter outro em vista, já que tinha família para manter:

Eu era muito nariz em pé. Não tinha nada, não tinha nada, mas fazia meus biquinhos, o aluguel sempre estava pago. [...] Não teria saído, teria engolido sapo ali até umas horas e teria ficado lá.

Alexandre ficou cerca de seis meses desempregado e fazia alguns bicos para conseguir algum dinheiro. Após esse período conseguiu emprego em uma empresa do setor imobiliário. Lá permaneceu por três meses. Relata que além da distância, era designado a realizar atividades para as quais não havia sido contratado.

A situação ficou difícil por um tempo, e em virtude das condições financeiras desfavoráveis, Alexandre foi morar na casa de seu cunhado, como já exposto anteriormente. Pouco tempo depois, Alexandre consegue emprego em outra empresa de informática e, segundo conta, as coisas começaram a melhorar:

Então eu voltei a trabalhar logo que eu cheguei na casa deles, foi quase em dezembro. Eu fiz uma entrevista lá na Lapa, que era “Ifc”, e lá eu consegui um emprego. Eu estava tão desesperado pelo emprego. Aí o pessoal: “Alexandre, você está empregado, fica sossegado, a vaga é tua, mas o que acontece, a gente só vai te chamar no mês que vem, porque a gente precisa acertar as coisas aqui, pegar seus cartões, seu VR”. E eu “Não, pelo amor de Deus, não tem problema, eu me viro, eu venho a pé... Aí o pessoal falou: “tudo bem”. Aí eu comecei a trabalhar. O salário era bom, o salário era mil e quinhentos reais e assim não mudou muita coisa, era o que eu ganhava. Não, não era mil e quinhentos, desculpa, era mil e novecentos reais. Então aí as coisas começaram a melhorar. Aí nessa nova casa eu comprei outra cama, dava para pagar as contas

certinho, tudo. Mas aí voltou algumas coisas lá na “lfc”, eu fiquei dez meses lá. E aí voltou algumas coisinhas que, do tapinha nas costas, sabe, de não reconhecer... porque eu cheguei lá estava um caco, mas um caco assim, o pessoal não sabia mexer no Word sabe, usuário comum não sabia mexer no Word e uma empresa que tinha contrato de um milhão, lucro com a telefônica. Apesar de ser uma empresa pequena, tinha cento e setenta pessoas, era uma empresa que ganhava bastante dinheiro e meu, eu mexia com tudo, eu sabia desde o salário das pessoas, até quanto entrava, quanto saía, porque eu mexia em todo tipo de programa lá dentro, eu dava suporte em tudo. Até café eu fazia, tinha lá a cafeteira e o primeiro que chagava fazia e eu era sempre o primeiro a chegar, então. Mas aí começou a me desgastar também, porque era eu sozinho, era cento e setenta pessoas, coisa besta, sabe. Mas assim no começo era gás, tudo bonitinho. No final de tudo, meu chefe, ele era chefe de outra área, mas cuidava do TI, porque o TI era abandonado. Então, ele sabia formatar o computador, então botaram ele como chefe. Ele estava num processo de ir para uma outra empresa, foi meio sacanagem da parte dele, porque ele sabia que a outra empresa estava querendo comprar uma parte da “lfc”, então ele fez o jogo para ir para a outra empresa e me deixou abandonado, lá. Então isso surtiu muito efeito para eu pegar as minhas coisas e ir embora.

[...] eles gostavam de mim. Eram três donos, um não gostava, ele é físico, é meio assim e aí eu não me dei com ele. Mas os outros dois gostavam de mim. “Então espera que a gente vai te mandar embora, mas espera um pouco, deixa eu arrumar outra pessoa, você passa as coisas para essa pessoa. “Não, tudo bem”. Só que aí acabaram pegando uma pessoa lá de dentro mesmo e aí eu passei tudo para a pessoa, passei todos os procedimentos para eles e tudo bem. “A nossa vida está nas suas mãos, você tem todas as senhas, a gente confia em você”, literalmente assim eles falaram. “Por isso a gente está fazendo um jeito para não te prejudicar e não prejudicar a gente”. E esse dono, esse que não gostava de mim, a gente entrou numa discussão feia via e-mail e ele me xingava, falava que eu não prestava, que eu era imoral e tudo porque na época a Taís ficou doente, ela estava, ela já tinha tido o “E”. Aí a Taís estava doente, ela entrou em depressão. Então eu ficava em casa para cuidar dela, mas eu trabalhava remoto e eu avisava eles tudo, tanto que eles me deram dois meses. Eu tinha dez meses na empresa e eles me deram dois meses de férias. Eles falaram assim: “Alexandre tem lá o sistema de chamados, só atua quando o bagulho estiver crítico, de resto a gente se vira aqui”. Dois meses assim para cuidar da Taís e esse cara não gostou, porque era dois contra um. Aí depois que eu voltei, ele começou a me pressionar, a esposa dele começou a me pressionar, aí eu não aguentei e falei: “Vocês não precisam, estou indo embora”. Aí esses dois caras: “A gente vai te mandar embora, só ajeita as coisas aqui com a gente e está tudo certo”. Aí me

mandaram embora e aí eu estava com o “R” (cunhado de Taís) ainda, lá na casa da “V” e do “R”. Então eles também não pagavam curso, não estimulavam nada e aí depois de um tempo esse “G” assumiu, me chamou de volta, não para trabalhar, porque o dono não gostava de mim. Aí depois que essa outra empresa comprou uma parte da “Ifc”, ficou só dois donos. O terceiro que gostava de mim, foi para essa outra empresa trabalhar como funcionário, de dono para funcionário. Aí esse “G” me chamou para trabalhar remotamente e me pagava por mês, cem reais por mês. Eu disse: “G” dá cem contos aí que eu te ajudo, fica sossegado. Ele: “Não, obrigado, a coisa está feia”. E assim foi, mesmo assim até hoje eu cuido, até hoje. O dono não sabe, um dos donos, o outro sabe, mas um não sabe. Tem dedo meu até hoje lá, os servidores estão até hoje lá, são meus, eu que coloquei sabe. Então vira e mexe eu entro e vejo como estão as coisas. Aí tem o rapaz que cuida lá, esse mesmo rapaz que ficou na época e eu passei as coisas para ele, é o Robson. Vira e mexe ele me chama no Skype e fala: “Alexandre preciso de ajuda”. Então assim eles não investem mesmo. Então aí eu meti o pé e ah... Saí de lá com as continhas tudo certa, mas não quero uma empresa assim. E aí eu comecei a pensar em minha carreira como autônomo. [...] a ideia era essa, mas não dava, o dinheiro não deixa...

Depois desse trabalho, Alexandre ficou desempregado por pouco tempo e entrou em uma empresa de despacho aduaneiro, exercendo suporte na área de Tecnologia da Informação. Considera que o salário era ruim, mas como a empresa ficava perto de casa, tinha tempo de brincar com as crianças quando chegava. Permaneceu nesta empresa por dez meses.

[...] aí foi até muito bom, porque era perto de casa e eu fiz bastante amigos ali e a galera era tudo de “SC”, então a gente se encontrava. Só que esse “F”, ele não admitia que eu sabia mais do que ele. Ele era chefe e tem a diferença de chefe e de líder, né. O chefe é aquele cara que toma porrada, absorve e dá três vezes em cima de você. O líder não, absorve e tenta resolver com você. Então ele queria fazer muita coisa e eu falava: “Não é desse jeito, desse jeito não funciona, você vai ter problema”. No dia seguinte, a ordem... a pior de todas foi sobre um PABX. “Cara não compra, a empresa não é conceituada, você vai ter problema, se fizermos aqui dentro o nosso próprio PABX você vai ter muito mais controle”. Gastou sessenta mil reais num PABX, mas no primeiro mês o pessoal que fazia conferência dos Estados Unidos, México, a ligação ficava caindo, não funcionava, a empresa ficava sem telefone, tudo assim. “É, não sei o que, arruma”. ‘É fechado, quem tem que dar o suporte são os caras, não sou eu. Aí eu já estava com o botãozinho ligado, lá que a gente fala, né e eu falei: Cara não tem o que fazer, eu vou tentar ligar para os caras lá e

tentar resolver”. “É, mas você tem que saber”. “Eu sei de um, mas não sei desse aqui, é fechado, o outro que eu sabia, você não quis colocar”. E ele começou a pegar raiva de mim e eu pegava raiva dele, a gente nem se bicava mais e era uma salinha bem pequenininha, era uma salinha pequenininha e tinha sete pessoas dentro da sala. Ele era tão controlador, que era tudo para as paredes o monitor virado e ele aqui para ver o que todo mundo estava fazendo. O irmão dele trabalhava conosco e ele via o que o irmão dele estava fazendo. Então a gente não podia ouvir uma musiquinha no fone de ouvido, bem controlado, a gente não podia acessar um Facebook, ou alguma coisa do tipo, nada assim. E aí isso me desgasta porque tinha dia que eu dormia na cadeira porque não tinha o que fazer, já estava tudo arrumado. Nessa empresa eu ia trabalhar de sábado, de domingo, não porque eles pediam, mas porque eu queria fazer o negócio, né. Peguei tudo bagunçado também. Eu falo que eu entro para arrumar, eu arrumo, aí não quero mais. Mil reais o cara que tem dois filhos e uma família para cuidar, não faz sentido. [...] E aí começou a desgastar mais ainda quando voltou um ex-funcionário dele, o “G”. O “G” é meu amigo hoje e cliente meu da TV e esse “G” falou: “Alexandre, eu ganhava a mesma coisa que você”. E aí quando o “F” me chamou para voltar ele me ofereceu dois pau e meio. Pera aí: “Eu estou recebendo mil e você está recebendo dois pau e meio”? E esse “G” a mesma coisa, ele estuda administração e ele não sabe muita coisa de informática. E aí quando ele chegou estava tudo arrumado e eu ensinei para ele as coisas, tudo. Só que ele é bem político, ele sabe lidar com as pessoas. Eu não tenho muito isso. Estou aprendendo agora com meus clientes.

[...] ele me despediu, ele pagou tudo certinho e aí vira e mexe me ligavam: “Alexandre, o que está acontecendo, está assim, assim, assado”, porque literalmente era tudo meu ali, era eu que montava a estrutura. Não tinha ninguém dependendo, era eu, tudo eu fazia tudo, eu cuidava de tudo e aí tinha a “M”, uma das funcionárias lá, o marido dela tem uma empresa de turismo aqui no Sacomã, ela me indicou para ele. Falou: “Olha o Alexandre saiu daqui e você está precisando de alguém, troca uma ideia com ele”. E o “I”, esposo dela, hoje é meu cliente. É pequenininha a empresa, mas é meu cliente, então vira e mexe eu estou lá. Então o pessoal lá sempre me viu com bons olhos, só que esse “F” ele é muito manipulador, inclusive agora o irmão dele saiu, ele acabou de sair da empresa também. Aí quando eu saí de lá, eu comecei minha fase autônoma e aí fiquei.

Com exceção da primeira empresa em que Alexandre trabalhou, os demais empregos conseguia por intermédio de cadastro em um site específico para profissionais interessados na área de tecnologia da informação.

Foram quatro trabalhos formais em regime CLT até que Alexandre decidiu administrar seu próprio trabalho e prestar suporte para servidores de canais fechados de TV.

Olha é assim, o bom da CLT é que no final do mês está lá, assim numa empresa séria, porque podem te atrasar aí um mês e você não pode fazer nada. Então o bom da CLT é que sempre está lá e não existe chefe bonzinho, né. Ninguém que vai te reconhecer no primeiro mês. Você tem que estar cinco anos na empresa para a empresa te reconhecer. Então o lado bom é o salário, mas o lado ruim é isso, não existe o mundo ideal. Mas no autônomo tem que driblar tudo, mas ainda é melhor porque eu estou com os filhos em casa, levo para escola, busco na escola, faço o que tem que fazer e faço meu horário. Se eu quiser dormir até meio dia eu durmo, mas eu sei que até meia noite eu tenho que ficar acordado, até duas da manhã eu tenho que ficar acordado. Então, eu ainda acho que autônomo é melhor, apesar que hoje dá medo, dá medo porque você não tem nada fixo, não tem alguma coisa ali. Então, hoje, é... daqui a pouco eu começo a cobrar a galera, mandar mensagem. Então sempre dia três, quatro, eu começo a mandar mensagem até o dia dez, que é a maioria dos meus clientes. [...] Mas ainda assim é melhor autônomo. Descobre um santo, cobre outro, mas mesmo assim é melhor. Então é complicado, é complicado. Complicadinho, mas é o melhor que tem para hoje. Porque fica perto da família. Eu estava até pensando em arrumar algum emprego meio período, alguma coisa. Mas é difícil meio período pagar alguma coisa ou um período integral e aí como é que ficam as crianças, porque o “C” é pequenininho e é muito cedo para colocar ele na escola e até mesmo as crianças para buscar na escola, porque dois saem quinze para as cinco, a “M” sai cinco e meia, serviço até as seis. Mesmo que seja até as cinco, não dá para pegar os outros e aí se for para pagar uma perua escolar é cento e cinquenta reais, para os três é trezentos e cinquenta reais. Então, a gente aperta aqui, aperta o cinto e dá para fazer tudo com eles.

Considerando os relatos de Alexandre, evidencia-se que expressa um sentimento de que, como o território, nas relações afetivas, nas relações de trabalho, não tem oportunidade, não se sente pertencente ou, quando o sente, são relações marcadas por uma sazonalidade peculiar, levando-o a continuar em busca de novas possibilidades de estabelecer vínculos afetivos.

6.2.1 - Necessidade de reconhecimento

Ao analisar a trajetória profissional de Alexandre destacam-se dois aspectos relevantes, que compreendermos ser de ordem social, expressos por meio da

atividade laboral. O primeiro é identificado quando Alexandre relata que um dos problemas é que não lida bem com autoridade. Já o segundo aparece quando refere não se sentir reconhecido no exercício de suas atividades laborais. O que pode ser evidenciado nos seguintes trechos de sua narrativa:

Mas o problema é que eu não lido bem com autoridade, eu não tenho emprego fixo por causa disso. Então tem o pessoal, e outra questão é do emprego porque eu dou muito e recebo pouco, como é o mundo capitalista e acabou. Então quem pode mais, chora menos. [...] Mas os caras não aumentavam meu salário, os caras não me davam o tapinha nas costas, que às vezes a gente precisa.

Deixa claro que gostaria de ser reconhecido e valorizado pelo que realizava, porém, tal necessidade não foi suprida nas organizações pelas quais passou. Nesse sentido, pode-se dizer de um sentimento de inutilidade dentro do contexto organizacional, de uma expressão de desigualdade via relação profissional.

Segundo Carretero (2003), ao discutir a concepção de afiliação social, considera que a sensação de inutilidade é sempre geradora de sofrimento psíquico e, portanto, deve ser considerada sofrimento social. O sofrimento pode ser produzido, por exemplo, por meio de um trabalho não valorizado socialmente. No entanto, não há espaço institucional para reconhecimento desse sofrimento, e isso acaba deslocando o sofrimento do âmbito social para o individual. No caso de Alexandre identificam-se, no subtexto de suas narrativas, expressões de um sentimento de desfiliação, de não reconhecimento no que se refere ao mundo do trabalho, semelhante ao mundo familiar.

Para compor essa ideia recorre-se à concepção de Alex Honneth sobre a Teoria do Reconhecimento. Segundo Honneth (2003, p. 56), o processo da individuação está ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo. Tal concepção considera que o reconhecimento se dá por meio das dimensões do amor, da solidariedade e do direito, e não pela inclusão econômica. A esfera do amor se dá no plano dos afetos entre as pessoas próximas, a dimensão da solidariedade é expressa na convivência em comunidade, já a dimensão do direito está pautada no reconhecimento dos outros membros da coletividade como portadores de direitos.

Nessa perspectiva, quando as dimensões do reconhecimento são negadas, são expressas por meio de maus-tratos; de exclusão dos direitos ou ao precário acesso à justiça; da não possibilidade de desfrutar de um valor social atrelado às características de status de uma determinada sociedade. Dessa forma, o sujeito fica submetido à falta de dignidade e à falta de respeito humano, o que caracterizaria a injustiça social. Segundo Albornoz (2011), o reconhecimento da dignidade das pessoas e do grupo é o elemento central compreendido por ele, como justiça social, sua ausência equivale ao sofrimento ético-político que marca a experiência de vida de Alexandre, que se cristaliza, mediando novas ações e relações. “[...] relações com o próximo (*amor*), na prática institucional (*justiça/direito*) e na convivência em comunidade (*solidariedade*). (Fuhrmann, 2013, p. 87)

Ao discutir sobre a atual situação do mundo do trabalho a partir da teoria do reconhecimento de Honneth, Albornoz (2011), propõe uma reflexão sobre a relação entre reconhecimento e inserção no mundo do trabalho, a partir da dinâmica das relações sociais nas quais se dão as redes de reconhecimento intersubjetivo. Nesse sentido, considera-se que trabalho, família, moradia e afeto parecem apresentar ligações evidentes, fortes e múltiplas, e em suas interconexões, parece fácil supor, são mediadas pela intermitência dos vínculos.

7 - “QUANTO A ISSO FIQUE TRANQUILA” - a eticidade da pesquisa

Quanto a isso fique tranquila... lembrar dessas coisas está me fazendo rever conceitos que aplico em casa. Estou melhorando como pai e marido. (Alexandre, sujeito da pesquisa)

Essa fala do sujeito da pesquisa soou com certa leveza em meus ouvidos. Era como se a escuta ofertada a ele estivesse dando a possibilidade, também, de o sujeito se ouvir, e a partir daí, reconstruir a história com novas conexões até então não alcançadas. O fato de ter sido psicóloga de Alexandre no passado, o auxiliou em sua narrativa, pois em algumas passagens da história ele retomava acontecimentos do passado e contava com as minhas próprias lembranças, ou não, para continuar a narrativa. Nesse sentido pode-se considerar que a minha memória foi um elemento de mediação importante durante o processo, pois nossas conversas aconteciam como uma via de mão dupla. Pode-se dizer que a cada entrevista realizada, me percebia aprendendo, indo em direção ao conhecimento que buscava a partir das informações que o sujeito trazia. Para além de seguir um roteiro de entrevista, procurei deixar o sujeito livre para narrar o que fosse relevante para ele. Na maioria dos encontros, era feita uma pergunta disparadora e a conversa seguia de forma a prevalecer a lógica do sujeito.

Em uma de nossas conversas, Alexandre disse:

Só de falar assim já faz muita diferença na vida de alguém, faz mesmo. Se não, eu não estaria nem aqui. [...] Até me seguro para não fazer disso aqui uma sessão. [...] É muito bom falar, muito bom.

Por muitos momentos houve grande inquietação de minha parte quanto ao que estava sendo desencadeado de emoções no sujeito, ao narrar as lembranças de sua trajetória de vida. Para além das questões burocráticas e institucionais que envolvem a realização de pesquisas com seres humanos, há questões de outra ordem que, por mais que queiramos, não seríamos capazes mensurar e prever.

Não bastaria dizer que os riscos para os sujeitos participantes seriam mínimos, mas foi preciso que eu estivesse muito atenta aos afeitos das narrativas na vida do sujeito, já que os assuntos evocados diziam respeito a uma trajetória marcada por momentos de institucionalização, rompimentos de vínculos,

esgarçamento de relações e busca por um campo relacional capaz de atender às necessidades emocionais.

Portanto, em muitos momentos, coloquei em xeque minha conduta de pesquisadora: estaria oferecendo a escuta adequada às narrativas? Estaria colocando a escuta a serviço do sujeito, ofertando-lhe a possibilidade de silêncio, oportunamente? Conseguiria atribuir significados sendo leal à perspectiva dos sujeitos? Estaria, de fato, compreendendo a subjetividade posta nas expressões dos sujeitos? Durante meses, esses questionamentos me faziam refletir sobre os reais benefícios da pesquisa, para além do avanço do conhecimento científico, mas que evidenciassem o protagonismo dos participantes. Eis aqui um grande desafio!

Como menciona Martinelli:

É preciso reconhecer e respeitar a autenticidade da narrativa, incluindo a voz do sujeito, como foi ouvida, suas palavras como foram ditas. É por isso que temos sempre o cuidado de obter sua autorização para participar da pesquisa, bem como para fazer uso de sua narrativa, recorrendo com frequência às suas próprias palavras. [...] Coloca-se aí um grande desafio: trabalhar com a narrativa de modo a manter sua densidade e preservar a sua historicidade, garantindo a necessária relação entre a palavra e o texto. [...] Transformar o discurso narrado em discurso escrito exige que se mantenha presente a performance oral, não reificando nem a informação nem o sujeito. (Martinelli, 2015, p. 7)

Em outro trecho a autora complementa:

[...] não falamos em informantes ou testemunhas, mas sim em sujeitos, protagonistas históricos, cujas memórias pessoais são de interesse social. A história oral é também a história da memória que, embora se construa no contexto social, é sempre memória pessoal. (Martinelli, 2015, p. 8)

Como pesquisadora foi possível conhecer de que forma tantos acontecimentos foram elaborados pela memória, ao longo do tempo.

Por várias vezes, as narrativas também desencadearam emoção na pesquisadora e, nesses momentos, identificar o que estava sentindo, me possibilitava a reflexão sobre o que estava fazendo e o porquê estava fazendo, o que foi crucial para dar continuidade à pesquisa.

Desde o primeiro contato com os sujeitos foram explicados os objetivos da pesquisa, assim como eles tiveram liberdade de participar ou desistir, a qualquer momento, caso assim o desejassem. Foram garantidos: anonimato e utilização adequada dos dados obtidos, de forma a proteger a identidade dos participantes. Quanto à utilização do gravador, também foi explicado aos participantes que facilitaria para que os registros fossem feitos na íntegra, o que garantiria maior fidedignidade ao transpor as narrativas em formato de texto. Para tanto, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Atendendo ao rigor acadêmico para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, o projeto foi devidamente cadastrado na Plataforma Brasil e enviado para apreciação do Comitê de Ética, tendo como referência o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE 52509715.6.0000.5482, e aprovado sob parecer 1.426.498. Mediante aprovação, iniciou-se o estudo do caso por meio de entrevistas semiestruturadas com os participantes, que foram gravadas com anuência dos mesmos, e que permaneceram sob a guarda da pesquisadora.

Acredita-se que os benefícios da pesquisa sejam traduzidos em avanço do conhecimento científico, sendo que a revisão conceitual atrelada à análise do campo relacional após a saída do acolhimento institucional e reintegração familiar pode contribuir para melhor compreensão da temática estudada, ainda mais se considerarmos que não foram encontrados trabalhos que se dedicaram ao estudo longitudinal de pessoas que passaram pela experiência de acolhimento institucional.

Além das narrativas, fez-se uso de informações existentes no prontuário do sujeito, da época em que foi realizado atendimento psicológico, e coincidiu com sua ida para a segunda instituição de acolhimento. No que se refere à pesquisa nos prontuários, não existiram riscos, tendo em vista que a pesquisadora assegurou o sigilo e a confidencialidade das informações, que foram analisadas apenas em momentos de dúvidas quanto à cronologia de alguns fatos.

No que diz respeito à participação dos sujeitos nas entrevistas, considera-se que os riscos tenham sido mínimos. Embora os assuntos evocados digam respeito à trajetória de vida e mais especificamente sobre a institucionalização e retorno à convivência familiar e comunitária, havia o risco de que o sujeito pudesse se sentir

constrangido em expor sua história ou que pudessem ser evocadas lembranças que lhe causassem sofrimento.

Como dito anteriormente, ao longo da pesquisa, durante as narrativas, algumas lembranças foram disparadoras de emoções, mas não necessariamente sofrimentos, de acordo com a perspectiva dos sujeitos. Nesses momentos, sempre houve o cuidado da pesquisadora em checar se seria viável ou não a continuidade da conversa. Não houve necessidade de interrupções ao longo da pesquisa. Independentemente das emoções desencadeadas, todos os participantes mantiveram a voluntariedade da participação.

Apenas um dos participantes solicitou, ao longo da pesquisa, indicação de profissional psicólogo, uma vez que este estava pensando em iniciar acompanhamento psicológico. A pesquisadora fez o encaminhamento, a partir de algumas possibilidades identificadas na região. Posteriormente, o sujeito mencionou que, por razões particulares, não deu continuidade à procura de acompanhamento psicológico.

A partir do exposto, considero que a eticidade deva estar presente em todo o processo, desde o contato inicial com o sujeito; a forma como nos apresentamos, nosso tom de voz, nossa forma de explicar a pesquisa, de desenvolver empatia, de tratar os dados e apresentá-los, ou seja, todas as sutilezas presentes devem ser consideradas como fonte de mediação diante da complexidade de uma pesquisa.

Durante a qualificação da pesquisa, me foi sugerido que eu mesma fizesse toda a transcrição das entrevistas, o que seria bastante trabalhoso, tendo em vista o volume do material coletado. Mas agradeço imensamente a sugestão, pois ao realizar as transcrições pude me conectar mais com os sujeitos, pois ao ouvir os áudios era possível relembrar cada expressão corporal, cada sorriso, cada silêncio, permitindo-me associar a outras fontes utilizadas na pesquisa, entrelaçando-se como na trama de um tecido, em que cada fio tem a sua importância.

Num movimento de ir e vir, revisitando as fontes da pesquisa, naturalmente, se delineou um contorno que culminou no texto final. Poderia arriscar, dizendo que a principal ferramenta foi a capacidade de interagir com os participantes, permitindo que eles fizessem o uso democrático da palavra.

Talvez nem todas as minhas inquietações, expressas no início, tenham sido respondidas, mas penso que a conduta adotada foi coerente à proposta da pesquisa, tendo a eticidade como mola propulsora.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois que eu saí, pelo que me lembro, a assistente social apareceu uma ou duas vezes, e só. [...] A questão é conversar e tentar entender cada caso, não seguir uma apostila: “ah, foi estuprado, então... violência doméstica, e vai para lá”, porque eu acho que hoje é assim que funciona [...] se é muita gente para atender, bota muita gente para cuidar. [...] Não está lidando com gado não, que você vai lá, e marca, e faz isso e pronto. Não dá não, é diferente. [...] Então, eu acho que o judiciário tem que ter uma forma de tratar... tem que correr atrás de todo mundo, mas tentar entender um pouco de todo mundo. Não fazer uma coisa sistemática.

(Alexandre, sujeito da pesquisa)

Essa fala, no destaque, expressa pelo sujeito da pesquisa, demonstra dois sentidos – que os serviços dos equipamentos públicos a que Alexandre foi submetido – lhe provocam: 1) a massificação promovida pela instituição, que homogeniza todos, desconsiderando suas singularidades a partir de respostas padronizadas; e 2) o abandono após a saída.

Após deixar o acolhimento institucional, Alexandre ficou restrito aos próprios cuidados. O Estado regulador e responsável pela efetivação da “Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” saiu de cena e ao adolescente coube lidar com a desproteção e o abandono. Nesse sentido, evidencia-se uma ambivalência entre o que está previsto nas políticas públicas e o que é realmente efetivado como direito. Porém, no seu caso, por fatores específicos narrados em sua história de vida, pôde contar com uma rede de apoio informal de pessoas conhecidas e de algumas pessoas da instituição de acolhimento, às quais se afeiçoou durante o período de institucionalização.

Nessa pesquisa buscamos compreender esses vínculos e a processualidade dos afetos. Para tanto, procuramos conhecer o contexto relacional do sujeito e como seu cotidiano foi organizado em termos da relação com a família, com a comunidade e com a instituição. Ficou evidente a busca pela singularidade, conforme Alexandre afirma: “A questão é conversar e tentar entender cada caso, não seguir uma apostila [...] tentar entender um pouco de todo mundo. Não fazer uma coisa sistemática”. Tal questão, conforme a trajetória dele se delineava, nos levava a refletir sobre a possibilidade de trabalhar as singularidades dentro das políticas públicas. Ficamos

com a certeza de sua necessidade, mas não de sua efetividade. O trecho acima, expresso pelo sujeito da pesquisa, traz essa concepção ao afirmar que não basta seguir manuais, mas compreender a especificidade de cada caso torna-se fundamental. O indivíduo não deve ter direito garantido, apenas pela via do judiciário, mas seu direito deve ser garantido por meio do reconhecimento do outro de que há demandas legais, sociais e afetivas. Para além da ideia da garantia de direitos jurídicos, é preciso considerar que os sujeitos possuem a capacidade de se afetar mutuamente. E esse princípio torna-se fundamental para a compreensão da importância dessas afetações nas relações estabelecidas nas instituições de acolhimento, pois à medida que os sujeitos se afetam mutuamente, novas conexões são estabelecidas e, como pressupõe Vigotski (2004), é no estabelecimento dessas novas conexões que o adolescente encontra a possibilidade de modificar as relações com o meio em que vive.

Um dos princípios estabelecidos pelo Eca diz respeito à preservação e ao fortalecimento do vínculo familiar, a fim de prevenir riscos sociais, como previsto na Política Nacional de Assistência Social (2004). Mas como se preserva e se fortalecem vínculos nos casos em que as relações afetivas são superficiais ou inexistentes? No caso em estudo foi possível verificar que os familiares não tinham uma relação afetiva com as crianças quando ficaram órfãs, e acabou-se insistindo por muito tempo no estabelecimento de uma relação vincular, que não se constituiu de fato, gerando um sentimento de *“as pessoas desistem de mim”*, um medo de ser abandonado. Nesse sentido, não se preveniram riscos sociais, mas, ao contrário, deixaram Alexandre e seus irmãos expostos a situações de rejeição e ao medo do abandono.

Fica evidente que a medida judicial tomada na época não foi a mais adequada para a criança e para a família, conforme relato de todos os entrevistados. A família não foi o lugar possível de afeto, uma vez que Alexandre estabeleceu vínculos significativos na instituição de acolhimento. Os entrevistados trouxeram, em seus depoimentos, uma insatisfação com relação ao tipo de acompanhamento que receberam do judiciário e dos equipamentos públicos, antes, durante e após a saída da instituição de acolhimento. Da mesma forma, questionam a pressão do Estado

em priorizar a convivência com membros da família, mesmo quando esta não demonstrava disponibilidade para tal feito.

Isso nos reporta a Mészáros (2015), que ao discutir sobre os problemas do estado e como o mesmo foi construído historicamente, menciona que lei, enquanto base regulatória do Estado, só funciona na esfera da disputa ao afirmar-se como a lei do mais forte nos processos de tomada de decisões no âmbito social. No caso de Alexandre, as decisões tomadas estavam apoiadas nos parâmetros legais vigentes na época, mas os aspectos subjetivos presentes não foram levados em conta, e as relações afetivas pouco foram consideradas. Como relatou Cristina, irmã de Alexandre, quando teve de ficar com o irmão mais novo, Ricardo, mesmo contrariando a vontade de ambos:

Aí foi que o juiz pegou e falou assim: “Mas você é irmã, você tem obrigação de ficar com ele. Você tem que ficar com ele. E falou para ele: “Você não tem poder de decisão”. “Vocês não têm escolha, você é a irmã dele, você é obrigada a ficar com ele”. [...] o escrivão foi digitando tudo, que a gente iria levar ele para casa. O juiz deu trinta dias de adaptação. Durante esses trinta dias, foi um período basicamente normal. Tinha uns atritos, aquela coisa de adaptação, novas regras. E aí ele ficou seis meses comigo, de julho até dezembro, e foram os piores seis meses das nossas vidas.

Difícilmente a tentativa de Ricardo ficar sob os cuidados de Cristina seria exitosa, uma vez que o desejo de ambos não foi levado em conta, e a decisão ficou pautada apenas no aspecto legalista e talvez na força ideológica da matricialidade familiar, como se a família fosse de fato o único reduto capaz de prover os cuidados afetivos e relacionais.

Nessa perspectiva pode-se refletir sobre a ideia que muitas vezes prevalece no discurso moderno de que devemos romper a lógica do modelo de família nuclear burguesa, sendo uma das concepções de família, prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, compreendida como um grupo de pessoas unido por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. O laço de consanguinidade não deve ser o único a ser levado em conta, mas ainda observamos uma forte tendência à prevalência do mesmo, em detrimento de outras formas de relacionamento. As funções familiares se naturalizam, reificando a linhagem consanguínea. Conforme

Ferreira (2017), quando a família é vista como único lugar possível para proteção de crianças e adolescentes, institui-se uma lógica que acaba dificultando a construção de novos lugares de pertencimento para os adolescentes prestes a sair do acolhimento institucional e que não puderam retornar à convivência familiar.

Como menciona Ianni (2004), a problemática social suscita vários enfoques, entre os quais podemos inserir o adolescente que vive em acolhimento institucional e sua família, como uma das formas de expressão da questão social que é criminalizada pela situação em que vive. Quando a família é institucionalizada e seus conflitos passam a ser judicializados, o discurso é diferente e cai por terra concepção moderna de família e reaparece a ideia de que família adequada é aquela pautada no modelo nuclear burguês.

Para Ianni (2004), quando se criminaliza o outro defende-se a ordem social estabelecida e não se caminha para um benefício recíproco, e o que presenciamos são ações desarticuladas. No cenário de adolescentes em acolhimento institucional e suas famílias, comumente nos deparamos com ações desarticuladas entre os diversos atores do sistema de garantia de direitos, que muitas vezes tendem a culpabilizar a família e o adolescente pela situação em que vivem. Nesse sentido, o estado torna-se policalesco e punitivo, e tende a fazer uso da política pública como controle, e a família, um dever.

Dessa forma, outra pergunta se tornava insistente: a questão do comum, ou melhor, o que Alexandre aponta é que a singularidade deve estar no comum, formando uma dupla inseparável, que se interdefine e se inter- constitui. Singularidade não é individualismo, ao contrário, ela deve propiciar o sentido de comum, sentido de compartilhar, de forma que o sujeito se sinta pertencente ao espaço público que ocupa. É importante ressaltar que Alexandre encontra o sentido do comum na instituição de acolhimento que, antagonicamente, pode representar espaço de acolhimento, mas também espaço de desproteção.

Uma política de proteção efetiva deve se colocar como referência de apoio, e para tanto é preciso que se tenha um sistema de garantia de direitos funcionando de forma adequada. Esse funcionamento só pode ser efetivado se em todos os equipamentos públicos pelos quais a criança e o adolescente transitarem tiverem o

caráter de acolhimento de fato, e isso envolve a participação de todos os profissionais, do porteiro que os recepciona, do auxiliar administrativo, das cuidadoras da instituição de acolhimento, dos profissionais técnicos, seja da instituição, seja do judiciário. Quanto mais diversos os vínculos, maior a possibilidade de proteção. As relações devem ser alargadas, expandidas e não rompidas. No caso em estudo, evidenciou-se que as pessoas que deram carinho foram os técnicos e os cuidadores, demonstrando que isto é possível dentro de uma instituição de acolhimento.

Não se trata do tipo de instituição, mas do tipo de encontro que se estabelece e de cuidados oferecidos nas diferentes modalidades institucionais que farão a diferença na vida de pessoas que estão sob acolhimento institucional. Como mencionou Alexandre:

Na casa Lar o tratamento era diferente, tinha amizade com todos os funcionários, da cozinha, da limpeza, tudo muito amigável. Eles realmente prestavam atenção em você. [...]

Alexandre demonstra a importância das questões referentes à afetividade nos cuidados destinados às pessoas em situação de acolhimento institucional, e mais, que é possível implementar propostas de intervenção pautadas no cuidar com afetividade, o que na maioria das vezes vai na contramão da política reguladora e punitiva do Estado.

Como se deve trabalhar com a psicologia na assistência social, é sempre uma questão em pauta. O trabalho da psicologia nas políticas públicas é um processo em permanente construção, em que é preciso trabalhar com mediações. Sabemos que a assistência social é uma política pública e, enquanto política pública se ocupa do coletivo. No entanto, a ação interventiva dos profissionais se dá numa esfera privativa, depositando no indivíduo a responsabilidade pelas suas conquistas ou mazelas.

A presente pesquisa destaca uma das contribuições que a psicologia pode oferecer à assistência social, que é justamente acreditar na capacidade do jovem buscar a potência de vida, e essa potência depende dos encontros, da capacidade dele em afetar e ser afetado. Dessa forma, em nossa atuação profissional, devemos buscar compreender o mundo pela experiência, por meio das afetações, pois o

bloqueio da capacidade de ser afetado reduz a potência de ação. Ressalta-se que não se trata de desconsiderar o papel do Estado e nem tampouco atribuir ao indivíduo a plena responsabilidade pela condição desfavorável em que vive. Mas defender que é dever do Estado oferecer oportunidades de convivência social protetiva, e que esta é constituída de afetos:

[...] as experiências de convivência social não estão restritas às oferecidas nos serviços públicos, mas essa experiência coletiva e pública deve ser capaz de trazer elementos positivos e protetivos que ao serem experimentados e vividos serão levados para outras relações, em outros espaços de sociabilidade. (Torres, 2013, p. 22)

No Brasil está em curso a regulamentação federal do Programa Guarda Subsidiada, que visa à colocação de crianças e adolescentes aos cuidados da família mais ampla, com apoio financeiro. Alguns municípios já regulamentaram esse cuidado alternativo e o estão adotando como forma de garantir que a criança esteja inserida no contexto familiar e comunitário, conforme os preceitos legais. Mas seria a Guarda Subsidiada a solução para os problemas que crianças, adolescentes e suas famílias enfrentam nos casos de acolhimento institucional?

A necessidade financeira pode existir, mas não deve estar no topo de uma escala de necessidades a ser atingida. Conforme Torres (2013), e reafirmado neste estudo, não basta assegurar acesso à questão material, como suprimento das desigualdades sociais. É preciso considerar as desigualdades expressas no campo relacional. Ferreira (2017) aponta que o fracasso da política socioassistencial e da rede de apoio territorial muitas vezes é transferido para o adolescente, atribuindo-lhe uma identidade de imaturo, irresponsável, preguiçoso e acomodado.

Cenário esse que suscita pensar quais seriam as intervenções possíveis, de forma que o adolescente não seja culpabilizado e discriminado pelas dificuldades que deverá enfrentar e não se sinta abandonado e desprotegido. Nas narrativas de Alexandre aparece, em vários momentos, um dos significados centrais de sua memória, que é o sentimento de que as pessoas desistem dele. Porém, também se refere à pesquisadora e ex- terapeuta:

É o que eu falei, você foi muito importante, mas muito, muito mesmo. Porque eu até lembro que você falou: “Ah, não vou desistir de atender você, não vou desistir de você [...] Se para uma pessoa é

importante o pai e mãe cuidar dela, imagina quando não se tem isso. Então foi muito importante saber disso que você falou”.

Não se trata de reduzir intervenções ao acompanhamento psicológico, mas de pensar que para Alexandre foi importante saber que alguém não desistiria dele. Essa fala vai ao encontro de outras histórias de pessoas que vivenciaram o acolhimento institucional, como os depoimentos de Dorival Storari e Kennedy da Silva Martins, disponíveis no Museu da Pessoa, que também verbalizam a importância de ter encontrado ao longo de suas trajetórias pessoas que não desistiram deles.

Ao correlacionar a realidade brasileira, com o cenário internacional, é interessante notar que, apesar de estarem inseridos em realidades tão distintas, em virtude da localização geográfica e do contexto sócio-histórico, os jovens que passaram por acolhimento institucional em território nacional, como aponta Assis, Farias, 2013; Ferreira (2017) , ou em países mais desenvolvidos, como a Suécia, conforme os estudos de Bengtsson, Sjöblom, e Öberg (2018), vivenciam as mesmas dúvidas e inseguranças, o que nos alerta que não basta investimento substancial no serviço de acolhimento, se após a saída não existir qualquer apoio.

Ao sair da instituição de acolhimento não basta emprego, mas é primordial que os adolescentes sintam que não estão sós. Eles precisam de segurança, de orientação, o que foi evidenciado na pesquisa, já que o sujeito pontuou em suas narrativas que não houve um direcionamento para ele e para os demais quando atingiram a maioria e no momento da saída da instituição. Não receberam suporte dos serviços socioassistenciais. Refere o fato não apenas como desconfortável para si, mas como desamparo, também, para os demais colegas da instituição com os quais se relacionava.

Aspecto elucidado, também, no depoimento de adolescentes participantes do Seminário sobre qualidade do serviço de acolhimento, realizado pelo Neca em 2017, os quais trouxeram em suas falas que os serviços de acolhimento pautam suas ações nos encaminhamentos e instrumentalização técnico-operativa dos profissionais. Segundo o relato dos adolescentes, o processo é falho em vários aspectos e faltam algumas coisas dentre as quais: escuta; uma pessoa de referência; preparo para a vida pós- saída da instituição. Assim, resta ao

adolescente, considerado como *sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento*, conforme previsto no Eca, lidar com o desacolhimento e a desproteção do Estado como menciona Alexandre: *“Depois que eu saí, pelo que me lembro, a assistente social apareceu uma ou duas vezes, e só. E complementado pela fala de sua ex- cuidadora, a sra. Landa: “Porque é verdade, eles têm que ser preparados para lutar lá fora. E lá fora não vai ter ninguém. Não tem, não tem mesmo. É difícil falar isso, mas é verdade”.*

Ao analisar a trajetória de Alexandre evidencia-se que faltou orientação: quanto às situações do cotidiano, quanto à condução de sua vida nos aspectos profissionais, financeiros, sociais e emocionais. Saiu de uma situação em que era provido de necessidades básicas (alimentação, vestimenta e higiene pessoal), para uma condição em que teria que administrar a própria vida. No que se refere às relações afetivas, nota-se que Alexandre estabelece vínculos, que no início vão bem, mas assim que surgem os conflitos é como se as relações não tivessem estofo para suportá-los e o desfecho se encaminha para o rompimento vincular. O sentimento cristalizado de que as pessoas desistem dele, facilmente, atravessa a vida de Alexandre, constituindo-se na mediação da forma de experimentar o mundo, o que fica evidenciado em sua busca de criar e de reviver vínculos afetivos, familiares e institucionais.

São essas as ponderações que procuramos tecer aqui, que nos colocam na posição de constante inquietude e reflexão sobre novas práticas psicossociais, para além da instrumentalização técnico-operacional, mas que possam considerar vínculo e afetividade como mediadores imprescindíveis da ação profissional. Assim, seguimos fazendo parte desse processo ético-político com a pretensão de contribuir permanentemente para a construção de novas práticas voltadas à qualidade dos serviços de acolhimento e ao acompanhamento pós-desligamento do serviço, diante de um cenário desafiador, com um Estado que judicializa as relações e cristaliza instituições.

Ainda há um longo caminho a percorrer no que se refere aos avanços necessários na política de assistência voltada ao acolhimento institucional e na concepção de sociedade sobre o tema da institucionalização, portanto, este estudo não se esgota aqui, mas torna-se importante para subsidiar novas pesquisas.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAM, Jan. **A linguagem de Winnicott**. Tradução: Marcelo Del Grande da Silva. Rev.: José Outeiral. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: IEE/PUCSP, Cortez, 2007.

ALBORNOZ, Suzana G. **As esferas do reconhecimento**: uma introdução a Axel Honneth. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2011, v. 14, n. 1, p. 127-143. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25720/27453>. Acesso em: 1º. dez. 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2ª. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P (org.) **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367 p. Disponível em: http://www.neca.org.br/images/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

BAPTISTA, Myrian, V. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. (Coletânea abrigar;1).

BENGTSSON, Mattias; SJÖBLOM, Yvonne; ÖBERG, Peter. **Young care leavers' expectations of their future**: a question of time horizon. Child & Family Social Work. 2018; 23:188-195. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/cfs.12399>. Acesso em: 15 out. 2018.

BENTO, Rilma. **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

_____. **Integração familiar de crianças e adolescentes**: possibilidades e desafios. São Paulo: Veras, 2014. (Série o Q fazer).

_____. A criança, a família, o abrigo e o psicólogo clínico: parcerias. In: **Cada caso é um caso**. A voz de crianças e adolescentes em situação de abrigamento. 1, 2010, v. 5, p. 125-137.

BERNAL, Elaine M.B. **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1983-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BLEGER, José. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: KAËS, R. [et al.]. **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. Tradução: Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 set. 2017

_____. **Código de menores de 1927**. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ipea/Conanda. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, DF, 2004.

_____. **Lei nº 12.010**. 3 ago. 2009. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério Social de Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS / 2004**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, junho de 2009. Disponível em: <www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/conanda_acolhimento.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. **Orientações para elaboração do Plano Individual de Atendimento de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. Brasília, abril de 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/MODELO_PIA_MDSA.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018

CAPUCCI, Raquel R. **Perejivanie**: um encontro de Vigotski e Stanislavski no limiar entre psicologia e arte. Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

CARDOSO, Gracielle F. L. **(Re) produção de famílias “incapazes”**: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. 2017. Dissertação (Mestrado) 199 p. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

CARRETEIRO, Teresa C. **Sofrimentos sociais em debate**. Psicologia USP, 2003, 14(3), 57-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/a06v14n3.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CAVALCANTE, Claudia V. **A importância da sociologia da infância e as práticas pedagógicas**: a criança como sujeito histórico e de direitos. In: Caderno de artigos: infâncias, adolescências, juventudes e famílias - desafios contemporâneos. 1ª. ed. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014. (Publicação Conanda.)

COLE, M.; SCRIBNER, S. In: VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente**: a formação dos processos psicológicos superiores. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ENRIQUEZ, Eugène. O trabalho da morte nas instituições. In: KAËS, R. [et al.]. **A instituição e as instituições**: estudos psicanalíticos. Tradução: Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

ESPINOSA, B. **Ética**. Tradução: Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Simões. Nova Cultural (Os Pensadores), 1991.

FÁVERO, Eunice T.; VITALE, Maria A. F.; BAPTISTA, Myrian V. (org.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados**: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FERREIRA, Mariana. **Impasses do desacolhimento institucional por maioria**: psicanálise e articulação de rede territorial. Dissertação (Mestrado) 215 f. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

FUHRMANN, Nádia. Luta por **Reconhecimento**: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 79-96, jan./jun. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Rilma/Desktop/Tese%20-%20conte%C3%BAdo%202018/Artigo%20sobre%20teoria%20de%20Axel%20Honneth%20n38a06.pdf. Acesso em: 1º. dez. 2018.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Icléa T. M.; GONDAR, Jô. (org.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

HONNET, A. **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KAËS, R. [et al.]. **A instituição e as instituições**: estudos psicanalíticos. Tradução: Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

KOGA, Dirce. **O território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social**. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 2 (2005): Suplemento - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Assistencia_social_V/texto_base_5_conferencia_assistencia_social.pdf#page=17.

Acesso em: 28 nov. 2018.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LANE, Silvia, T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCILIO, Luiza, M. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **História oral: exercício democrático da palavra**. Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário - ACASPJ. Texto didático, PUC-SP, 2015.

Disponível em: <http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf>.

Acesso em: 29 set. 2018.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MUSHA, Elisa H.; BEREZOSCHI, Juliana. O lugar do singular no comum: experiências afetivas em movimentos sociais. In: SAWAIA, B.; ALBUQUERQUE R.; BUSARELLO, F. **Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: UNB Editora: CFESS e ABEPSS, 2009. p. 667-700.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vigotski: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993. (Série pensamento e ação no magistério.)

OLIVEIRA, Rita C. S. **Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo**. São Paulo: AASPTJ/SP, 2007. 152p.

PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015.

PURIN, Gláucia T. **Rádio Comunitária e potência de ação coletiva: uma análise da perspectiva do radialista da Rádio Comunitária Heliópolis FM**. Dissertação

(Mestrado) 137 f. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

_____, Irene. **O século perdido - raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Irene, BARKER, Gary e CASSINGA, Neide. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: USU/Instituto Promundo, 2000.

SÁ, A. A. **Justiça restaurativa: uma abordagem à luz da criminologia crítica no âmbito da execução da pena privativa de liberdade**. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, v. 1, p. 28-37, 2008.

SAFI, M. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SAFRA, Gilberto. **Curando com histórias**. São Paulo: Sobornost, 2005.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: IEE/PUC-SP, Cortez, 2007.

SAWAIA, Bader. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. In: Revista Psicologia & Sociedade; 21 (3): 364-372, 2009.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: Sawaia, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____, B. e SILVA, D.N.H. Pelo reencantamento da psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no desenvolvimento humano. In: **Desenvolvimento humano: história, natureza e cultura**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 343-360, out., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35nspe/1678-7110-ccedes-35-spe-00343.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____, B. **O calor do lugar: segregação urbana e identidade**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n.2, abr./jun., 1995. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/nexin/artigos/download/o-calor-do-lugar.pdf>>. Acesso em 02 Nov. 2018

_____.B.; FRAZATTO, C.F.; **As (IM) Possibilidades de “reinserção social” no contexto da saúde mental.** In: Psicologia e Direitos Humanos: Formação, Atuação e Compromisso Social. VI CIPSI - Congresso Internacional de Psicologia da UEM, Maringá, 2015. Disponível em:
<<http://cipso.vwi.com.br/anais/publicacoes/modalidade/2>>. Acesso em: 20 set.2017.

SCHRITZMEYER, Ana L. P. **Fios da vida:** crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. In: Vivência: revista de antropologia. Natal-RN: UFRN/DAN/PPGAS, v. 1, n. 46, jul./dez. 2015. Disponível em:
<<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8775/6260>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

TAVARES, Rosana C. **“Eu já perdi muita coisa, minha família principalmente”:** um estudo psicossocial sobre duas políticas de desinstitucionalização do adolescente. Tese (Doutorado) 277f. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Goiás: Pontifícia Universidade Católica de Goiânia, 2014.

TOASSA, Gisele. **Emoções e vivências em Vigotski:** investigação para uma perspectiva histórico-cultural. Tese (Doutorado). 348p. Programa de pós-graduação em psicologia escolar e do desenvolvimento humano. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

TORRES, Abigail S. **Segurança de convívio e de convivência:** direito de proteção na Assistência Social. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

TRINDADE, Judite M.B. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio.** Rev. bras. Hist. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35-58, set. 1999. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003. Acesso em: 15 nov. 2018.

VICENTE, Cenise M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1994.

VIGOTSKI, Lev S. **Teoria e método em psicologia.** Tradução: Claudia Berliner. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____, Lev S. **A formação social da mente: a formação dos processos psicológicos superiores.** 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____, Lev S. Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. Tradução: Márcia Pileggi Vinha. Psicol. USP v. 21 n.4, São Paulo, 2010.

_____, Lev S. **A transformação social do homem, 1930: Socialisticheskaja peredelka cheloveka.** Tradução: Nilson Dória, 2004. Disponível em:
<<https://marxists.anu.edu.au/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____, Lev S. **Pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____, Lev S. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico**. Apresentação e comentários: Ana Luiza Smolka. Tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

WINNICOTT, Donald W. [1956]. Preocupação materna primária. In: **Da pediatria à psicanálise**. Tradução: Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

_____. [1956]. A tendência antissocial. In: **Privação e delinquência**. 3ª ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rev. Mônica Stahel, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Os bebês e suas mães**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. [1950]. Sobre a criança carente e como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 3ª ed. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **O brincar e a realidade**. Tradução: José Octavio de Aguiar Abreu, Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. [1960]. Segurança. In: **Conversando com pais**. 2ª ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rev. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

10 - APÊNDICES

10.1 – Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “A vida após dez anos do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos”, que se refere ao projeto de Doutorado vinculado ao programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Objetivo do estudo é contribuir com subsídios para políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional e retornam ao contexto familiar e comunitário.

A pesquisa se justifica pela necessidade de discutir sobre proteção social de crianças e adolescentes, já que a prática de institucionalização de crianças e adolescentes em nosso país é antiga e ainda não há consenso entre os profissionais sobre qual é a melhor alternativa para a criança – retornar à sua família, permanecer na instituição de acolhimento, ou ser inserido em uma nova família.

Os procedimentos de coleta de dados referem-se à realização de entrevista biográfica, que permita reconstruir a sequência de acontecimentos na vida dos sujeitos participantes. As entrevistas que serão gravadas e posteriormente transcritas deverão acontecer em espaço reservado preservando o sigilo das informações do participante. Poderão acontecer no consultório da pesquisadora ou na residência do participante, conforme acordo entre as partes, considerando o que for mais seguro e confortável para o pesquisado.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não estão previstos ressarcimentos ou indenizações.

No que diz respeito à sua participação na pesquisa, os riscos são mínimos. Embora os assuntos evocados digam respeito a trajetória de vida, caso você se sinta constrangido em expor sua história ou que possam ser evocadas lembranças que lhe causem sofrimento, a pesquisadora compromete-se a estar atenta a estes efeitos, a esclarecer e apoiar qualquer forma de dúvida.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a

participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Eu, *(nome do sujeito / representante legal)* acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim, descrevendo o estudo: “*A vida após dez anos do acolhimento institucional: a processualidade dos afetos e vínculos*”.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo, sem penalidades ou prejuízos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____ Data / /
Assinatura do sujeito/representante legal Local

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

_____ Data / /
Pesquisadora Local
Rilma Bento
RG

10.2 - Apêndice B – Roteiro de Entrevista

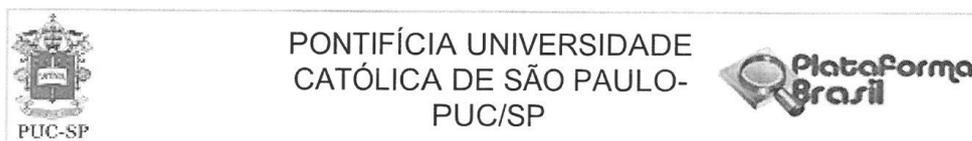
Roteiro de Entrevista

Este roteiro terá a função de sistematizar as questões levantadas durante a pesquisa e servir de base para um roteiro individual. A entrevista terá uma questão norteadora que é a solicitação de que o sujeito relate sobre sua trajetória de vida. Este roteiro é flexível e serve para orientar e ajudar a pesquisadora a acompanhar a narração do sujeito. Portanto, a partir da narrativa inicial do sujeito o pesquisador desenha um roteiro individual, que inicialmente trará como sugestão as questões que seguem:

- 1) Idade, sexo, escolarização, profissão, pessoas com quem reside
- 2) Atualmente quem são as pessoas mais importantes na sua vida
- 3) Como é sua rotina de vida, pessoal, profissional e social
- 4) Quem você considera que seja sua família, hoje
- 5) Atualmente, como é seu relacionamento com sua família
- 6) O que pode dizer sobre o momento em que foi para a instituição de acolhimento
- 7) Com que idade foi para a instituição de acolhimento e com que idade saiu
- 8) Como era sua vida antes de ir para a instituição de acolhimento
- 9) Você passou por mais de uma instituição de acolhimento
- 10) Durante a permanência na instituição de acolhimento, quais foram as pessoas mais importantes para você, dentro e fora da instituição
- 11) Como foi a experiência de sua saída da instituição de acolhimento
- 12) Em algum momento, você saiu da instituição para conviver em família e depois teve que retornar
- 13) Na sua opinião quais as principais diferenças entre viver em instituição de acolhimento e viver em uma família
- 14) Como você percebe as decisões tomadas pelo judiciário sobre sua entrada, permanência e saída da instituição de acolhimento
- 15) Quais os momentos de vida foram mais importantes para você e quais foram os mais difíceis
- 16) O que é família para você

11 – ANEXOS

11.1 – Anexo 1 – Parecer Consubstanciado de CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Convivência Familiar e um estudo da trajetória de vida de Crianças e Adolescentes que passaram por Instituições de Acolhimento e retornaram ao contexto familiar

Pesquisador: Rilma Bento

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52509715.6.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.426.498

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Tese de Doutorado no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia: Psicologia Social (PEPG em PSO), vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FCHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Rilma Bento, sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

"(...) Essa pesquisa tem como objeto de estudo a convivência familiar de crianças e adolescentes que passaram por instituição de acolhimento e retornaram ao contexto familiar. A primeira estratégia é a de revisão da literatura sobre reintegração familiar de crianças e adolescentes, procurando elaborar uma análise crítica sobre o conceito e a ideia de reintegração. Os sujeitos e seus familiares serão convidados por telefone, ou por correio eletrônico, quando serão esclarecidos seus objetivos e a forma como será conduzida. Os encontros acontecerão nas dependências do consultório da pesquisadora, ou na residência dos sujeitos, conforme acordo entre pesquisador e pesquisado. A coleta de dados será de tipo longitudinal por meio do método retrospectivo que utiliza as narrativas de vida ou entrevista biográfica que permitam reconstruir seqüências de acontecimentos na vida dos indivíduos, de forma a englobar a totalidade da vida.

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO-
PUC/SP



Continuação do Parecer: 1.426.498

No método retrospectivo a qualidade dos dados depende da capacidade de o indivíduo reconstituir seu passado e da interpretação que ele faz do seu passado. Neste sentido poderá haver confronto de informações colhidas com informações objetivas que estejam registradas em documentos, por exemplo. Cada encontro, nos quais serão abordados assuntos referentes a permanência na instituição e retorno ao convívio familiar e comunitário, será gravado em áudio, ouvido apenas pela pesquisadora e sua orientadora e descartada ao fim da pesquisa. Esclarecemos que no primeiro encontro, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de modo a garantir a voluntariedade do participante e os demais direitos (desistência, anonimato). A partir do material coletado será possível a criação de categorias de análise para aprofundarmos nossa reflexão sobre a concepção de reintegração familiar e compreender como as famílias que vivenciaram esse processo se reorganizaram. Todas as informações coletadas serão registradas em diário de campo.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a trajetória de vida de crianças e adolescentes para analisar o campo relacional – qualidade do vínculo existente entre as pessoas – após a saída do acolhimento institucional e reintegração familiar, considerando o retorno à família de origem/extensa, ou inserção em família adotiva

Objetivo Secundário:

Contribuir com subsídios para políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional e retornam ao contexto familiar e comunitário.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados de forma adequada de acordo com as normas éticas em pesquisa, vigentes no país.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo-se concluir que a pesquisa possui uma linha metodológica definida, base da qual será possível auferir conclusões consistentes.

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 Fax: (11)3670-8466 E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 1.426.498

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados a contento, conforme orienta a Resolução CNS/MS nº 466/12, os Regimento e Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP e o Manual Ilustrado da Plataforma Brasil, disponíveis para consulta no site: www.pucsp.br/cometica

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C	CEP: 05.015-001
Bairro: Perdizes	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466	Fax: (11)3670-8466
	E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 1.426.498

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_640428.pdf	07/12/2015 18:26:12		Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	07/12/2015 18:24:25	Rilma Bento	Aceito
Outros	Parecer_Projeto_de_Pesquisa.pdf	07/12/2015 17:44:28	Rilma Bento	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado_Rilma_Dez_2015.pdf	07/12/2015 17:42:11	Rilma Bento	Aceito
Outros	oficio_de_apresentacao.pdf	07/12/2015 17:39:58	Rilma Bento	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/12/2015 17:38:01	Rilma Bento	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Plataforma_Brasil.pdf	07/12/2015 16:35:45	Rilma Bento	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 26 de Fevereiro de 2016

Assinado por:
Edgard de Assis Carvalho
(Coordenador)

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 Fax: (11)3670-8466 E-mail: cometica@pucsp.br

11.2 – Anexo 2 – Parecer sobre o projeto de pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA
SOCIAL

End.: Rua Monte Alegre, 984. Perdizes. 05014-901 - São Paulo-SP - Brasil
Fone/fax: (011) 3670 8520 E-mail: pssocial@pucsp.br

Parecer sobre o projeto de pesquisa: “Convivência Familiar – um estudo da trajetória de vida de Crianças e Adolescentes que passaram por Instituições de Acolhimento e retornaram ao contexto familiar” de autoria da aluna de Doutorado Rilma Bento.

1. Dados identificadores do projeto de pesquisa

O projeto ora analisado é de autoria de Rilma Bento, aluna regularmente matriculada no curso de Doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social (PEPGPSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo por orientadora a Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia. O objetivo do estudo é contribuir com subsídios para políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional e retornam ao contexto familiar e comunitário. O projeto integra a linha de pesquisa *Análise psicossocial da dialética exclusão/inclusão* do referido Programa e tem como referencial teórico o materialismo histórico dialético e a Psicologia sócio-histórica. Esta linha produz investigações na interface da Psicologia Social com as diferentes formas de exclusão / inclusão perversa e desqualificação psicossocial, identificando o papel das políticas públicas frente aos processos liberais de integração e à desigualdade social. A área temática é a Psicologia (área 7.07).

2. Descrição sucinta das justificativas e objetivos do projeto

Considera-se que a prática de internação de crianças ocorre em território brasileiro desde a época da colonização. Com isso a institucionalização passou a fazer parte de nossa cultura, como uma alternativa de proteção e assistência a crianças de famílias pobres ou em situação de risco. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, sejam um marco importante no que se refere à proteção social de crianças e adolescentes, ainda não há consenso sobre qual é o melhor para a criança – retornar à sua família ou permanecer na instituição de acolhimento. Muitos profissionais e diversos setores da sociedade ainda não assimilaram as mudanças advindas com a concepção de família e ainda reproduzem o viés da

1

família desestruturada. O reconhecimento de que a criança tem o direito de crescer no interior de uma família, ou de permanecer na família de origem, se depara com as representações negativas sobre as famílias de classes populares. Com isso propagava-se o mito da desorganização familiar que leva à culpabilização da família. O lugar destinado a essa população e o tipo de tratamento que lhes é imposto denunciam a reprodução de um histórico de privações, sofrimentos e violência a que estão expostas - vivem na condição da ordem social desigual num processo de inclusão excludente.

Desse modo, o objetivo principal da pesquisa é acompanhar a trajetória de vida de crianças e adolescentes para analisar o campo relacional – qualidade do vínculo existente entre as pessoas – após a saída do acolhimento institucional e reintegração familiar, considerando o retorno à família de origem/extensa, ou inserção em família adotiva. Especificamente se propõe a: investigar as condições psicossociais em que se encontram as crianças e adolescentes após a reintegração no contexto familiar; identificar como as crianças sentem as diferenças entre acolhimento institucional e família e quais problemas apontam ter vivido em ambos; refletir sobre a importância do acompanhamento psicológico nos casos de reintegração familiar; e por fim analisar as ações e estratégias da instituição de acolhimento, do CREAS e do poder judiciário para alcançar o retorno ao contexto familiar, durante o período de acolhimento e após a reintegração familiar.

3. Descrição do desenho e metodologias do projeto

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a convivência familiar de crianças e adolescentes que passaram por instituição de acolhimento e retornaram ao contexto familiar.

A primeira estratégia é a de revisão da literatura sobre reintegração familiar de crianças e adolescentes, procurando elaborar uma análise crítica sobre o conceito e a ideia de reintegração. Os sujeitos e seus familiares serão convidados por telefone, ou por correio eletrônico, quando serão esclarecidos seus objetivos e a forma como será conduzida. Os encontros acontecerão nas dependências do consultório da pesquisadora, ou na residência dos sujeitos, conforme acordo entre pesquisador e pesquisado.

A coleta de dados será de tipo longitudinal por meio do método retrospectivo que utiliza as narrativas de vida ou entrevista biográfica que permitam reconstruir sequências de acontecimentos na vida dos indivíduos, de forma a englobar a totalidade da vida. No método retrospectivo a qualidade dos dados depende da capacidade de o indivíduo reconstituir seu

passado e da interpretação que ele faz do seu passado. Neste sentido poderá haver confronto de informações colhidas com informações objetivas que estejam registradas em documentos, por exemplo.

Cada encontro, nos quais serão abordados assuntos referentes a permanência na instituição e retorno ao convívio familiar e comunitário, será gravado em áudio, ouvido apenas pela pesquisadora e sua orientadora e descartada ao fim da pesquisa.

Esclarecemos que no primeiro encontro, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de modo a garantir a voluntariedade do participante e os demais direitos (desistência, anonimato).

A partir do material coletado será possível a criação de categorias de análise para aprofundarmos nossa reflexão sobre a concepção de reintegração familiar e compreender como as famílias que vivenciaram esse processo se reorganizaram. Todas as informações coletadas serão registradas em diário de campo.

4. Referência sucinta aos critérios de participação

A pesquisa requer a colaboração sujeitos que estiveram em acolhimento institucional e retornaram à família de origem, família extensa ou família adotiva. Os sujeitos serão escolhidos mediante os seguintes critérios: ter sido atendido pela pesquisadora através do programa de “Recolocação Familiar” entre os anos de 2006 e 2007, em município da região do ABCD Paulista e ter saído da instituição de acolhimento. Para garantir a diversidade de gênero, reincidência e tipo de família, serão objeto de estudo da pesquisa 4 casos.

5. Identificação dos riscos e possíveis benefícios aos sujeitos

Os benefícios da pesquisa são indiretos e se referem ao processo de avanço do conhecimento científico. A revisão conceitual atrelada a análise de campo relacional após a saída do acolhimento institucional e reintegração familiar pode contribuir para uma melhor compreensão da temática estudada, ainda mais se considerarmos que poucos trabalhos se dedicaram à estudo longitudinal de crianças e adolescentes que passaram pela experiência de acolhimento institucional. No que se refere à pesquisa nos prontuários não existem riscos, tendo em vista que a pesquisadora assegurará o sigilo e a confidencialidade das informações contidas nos prontuários, que serão analisadas e apresentadas posteriormente de forma generalizada. No que diz respeito à participação dos sujeitos nas entrevistas, os riscos são mínimos.

Embora os assuntos evocados digam respeito a trajetória de vida e mais especificamente sobre a institucionalização e retorno à convivência familiar e comunitária, o risco é que o sujeito possa se sentir constrangido em expor sua história ou que possam ser evocadas lembranças que lhe causem sofrimento. Em qualquer um desses casos e a todo o momento, a pesquisadora compromete-se a estar atenta a estes efeitos, a esclarecer e apoiar qualquer forma de dúvida, bem como garantir a voluntariedade da participação.

6. Grau de vulnerabilidade dos sujeitos e medidas protetoras previstas e garantia dos direitos fundamentais do sujeito de pesquisa

A pesquisadora compreende que a ética exige cuidar para que os colaboradores sejam capazes de reconhecer e exigir os direitos oferecidos (garantia de anonimato, revelação velada, desistência), compreender os objetivos e procedimentos da pesquisa, assim como consentir sobre a utilização de seus dados. Os Termos de Consentimento referem-se expressamente a esses direitos.

Conclusão do parecer:

Aprovado


Prof. Dra. Maria Lúcia Martinelli